

T 338.1771

MES 7

peq

VALTER DE MESQUITA

**OS PEQUENOS PRODUTORES FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES NO
AGRONEGÓCIO DO LEITE EM MINAS GERAIS:
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador: Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2002**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Mesquita, Valter de

Os pequenos produtores face às transformações no agronegócio do leite em
Minas Gerais: estudo de caso / Valter de Mesquita. – Lavras : UFLA, 2002.
144 p. : il.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

**1. Agronegócio. 2. Pequeno produtor. 3. Leite. I. Universidade Federal de
Lavras. II. Título.**

CDD-306.852

-338.1771

VALTER DE MESQUITA

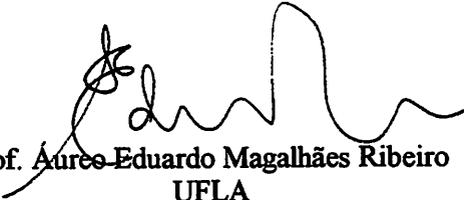
**OS PEQUENOS PRODUTORES FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES NO
AGRONEGÓCIO DO LEITE EM MINAS GERAIS:
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2002

Prof. Ricardo Pereira Reis - UFLA

Prof. José Flores Fernandes Filho - UFU



Prof. Aures Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

AGRADECIMENTOS

**À minha mãe pelas inúmeras preces nas idas e vindas pelas estradas;
à Rosa, Adriana, Rosana e à turma do mestrado 2000 pelo convívio, amizade e
às horas de debates e reflexões...
à Cooperativa Agropecuária de Bom Despacho pelo apoio na pesquisa;
aos produtores entrevistados, pela paciência e colaboração;
ao professor Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, pelo apoio e fé depositados
neste trabalho.**

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
INTRODUÇÃO	01
1 O PROBLEMA, O OBJETO E O MÉTODO	04
1.1 O problema	04
1.2 O objeto	07
1.3 O método	07
2 COMPLEXOS PRODUTIVOS, MUDANÇAS TÉCNICO-POLÍTICAS E PEQUENA PRODUÇÃO LEITEIRA	17
2.1 Trajetórias do complexo Agroindustrial no Brasil	17
2.2 Complexo Agroindustrial Leiteiro: constituição e trajetória	19
2.3 Produção Familiar	26
2.4 Relações Complexo Agroindustrial/pequeno produtor de leite	30
2.5 Alternativas de reconversão para pequenos produtores	36
2.6 Caracterização das regiões da pesquisa	39
2.6.1 A região Sul de Minas Gerais e o município de Lavras	39
2.6.2 Região Centro-Oeste (Alto São Francisco) e Bom Despacho	41
3 DIVERSIDADE NA AGROPECUÁRIA: O CASO DE LAVRAS	45
3.1 A pequena produção leiteira no município de Lavras	45
3.2 O perfil sócio-econômico dos produtores do grupo de Lavras	47
3.3 Sistemas de produção agropecuária do grupo de produtores de Lavras	54
3.3.1 A produção leiteira do grupo de produtores de Lavras	54
3.3.2 Outras produções agropecuárias	57
3.3.3 Produção para autoconsumo	60

3.4 Gestão, trabalho e organização das atividades nos estabelecimentos	62
3.4.1 Administração dos estabelecimentos	66
3.5 O trabalho da mulher, do idoso e da criança	70
3.5.1 O trabalho feminino	70
3.5.2 O força de trabalho contratada	73
3.5.3 O associativismo no trabalho	74
3.6 Relações entre produtores e o agronegócio no município de Lavras	75
3.7 Relações comerciais para outros produtos agrícolas	84
3.8 Importância estratégica de negócios não agrícolas	85
4 DIVERSIFICAÇÃO NA PECUÁRIA: O CASO DE BOM DESPACHO	87
4.1 A pequena produção leiteira de Bom Despacho	87
4.2 Perfil sócio-econômico dos produtores do grupo de Bom Despacho	89
4.3 A família	90
4.4 Sistemas de produção agropecuária	93
4.4.1 Produção leiteira	96
4.5 Outras produções agrícolas como estratégias de reconversão	100
4.6 Produção para autoconsumo	101
4.7 Gestão, trabalho e organização das atividades nos estabelecimentos	103
4.7.1 Administração nos estabelecimentos	103
4.7.2 O trabalho masculino	104
4.7.3 O trabalho feminino	106
4.7.4 O trabalho do idoso	106
4.7.5 A força de trabalho contratada	108

4.7.6 A utilização de trabalho técnico	108
4.8 Relações entre produtores e o agronegócio no município de Bom Despacho	111
4.8.1 Relações entre os produtores e o complexo agroindustrial (CAI) leiteiro	112
4.9 Importância estratégica de atividades agrícolas e não agrícolas	115
4.10 Exclusão, a subjetividade implícita	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
5.1 Microeconomia da produção familiar	119
5.2 As alternativas de reconversão	121
5.3 As aberturas do CAI leiteiro	123
5.4 As economias locais	127
5.5 Envelhecimento e exclusão	128
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
ANEXOS	135

RESUMO

MESQUITA, Valter de. **Os pequenos produtores face às transformações no agronegócio do leite em Minas Gerais: estudo de caso.** 2002. 144p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG*.

Este estudo analisa as relações e alternativas da pequena produção leiteira mineira face ao agronegócio do leite, no contexto das transformações econômicas e institucionais ocorridas no período de 1995/2001. A pesquisa baseou-se, principalmente, em metodologia qualitativa, através de estudo de caso nos municípios de Lavras e Bom Despacho localizados em duas importantes regiões leiteiras do Estado de Minas Gerais. A coleta de dados se deu através da aplicação direta de questionários e roteiros estruturados e semi-estruturados junto aos produtores, além de observações de campo, levantando informações sobre o funcionamento da administração, trabalho, tecnologia e negócios para o leite e outros produtos agropecuários. Para compreensão do funcionamento do agronegócio foram entrevistados representantes de laticínios de vários portes, além de técnicos extensionistas de organizações governamentais ou não. O estudo revela que os produtores de Lavras apresentam maior proporção na recorrência a atividades agrícolas alternativas à produção leiteira, enquanto que em Bom Despacho a produção é mais concentrada na atividade pecuária. Nos dois casos utiliza-se de atividades não agrícolas para complementação de renda. As relações com as agroindústrias leiteiras são também distintas nos dois municípios, revelando diferentes níveis de integração dos produtores às políticas dos laticínios. Por parte da indústria percebe-se um desnível econômico e tecnológico, o que viria a influenciar também nas relações com os produtores. As transformações econômicas e institucionais no agronegócio do leite afetam a sobrevivência e desenvolvimento da pequena produção, mas também são fatores influentes a capacidade de reconversão econômica desses indivíduos e os aspectos sócioeconômicos no âmbito local e regional.

* Orientador: Prof. Dr. Aureo Eduardo M. Ribeiro – UFLA.

ABSTRACT

Mesquita, Valter de. **The small farmers in face of the transformations in the milk agribusiness in Minas Gerais: case study.** 2002. 144p. Dissertation (Master in Administration) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG*.

This study analyzes the relations and alternatives to Minas small dairy production in face of the milk agribusiness in the context of the economic and institutional transformations taken place over the period of 1995/2000. The research work was based, chiefly, upon qualitative methodology through the case study in the towns of Lavras and Bom Despacho situated in two important dairy regions of the state of Minas Gerais. Data collection was performed through the direct application of questionnaires and itineraries structured and semi-structured together with the farmers, in addition to the field observations, raising information on the functioning of management, work, technology and business for milk and other agricultural products. For understanding the functioning of agribusiness, representatives of dairy factories of several sizes in addition to extension technicians of governmental or non-governmental organizations were interviewed. The study reveals that Lavras farmers present a greater proportion in the recurrence to agricultural activities alternative to dairy production, whereas in Bom Despacho, production is more concentrated on animal farming. In both cases, non-agricultural activities are utilized to complement income. The relations with the dairy agro-industries are also distinct in both towns, showing different levels of integration of farmers to the policies of the dairy factories. On the part of the industry, an economical and technological unevenness is realized, which would come to influence also the relations with farmers. The economical and institutional transformations in milk agribusiness affect the survival and development of the small farm but also are factors influencing the economical re-conversion of those individuals and the social-economical aspects in the local and regional range.

* Major Professor: Áureo Eduardo M. Ribeiro – UFLA.

INTRODUÇÃO

O intuito de realização desta pesquisa surgiu por volta do ano de 1995, a partir de observações de campo durante atividades de extensão desenvolvidas junto a produtores da Cooperativa Agropecuária de Bom Despacho, Minas Gerais.

Como era bastante comum naquela época, a maior parte dos trabalhos de extensão rural em regiões leiteiras era marcada pelos princípios da especialização, aumento de escala e adequação da produção às exigências das empresas compradoras do produto. Todo trabalho técnico seguia uma cartilha de princípios elaborada pela cooperativa central. A busca de incorporação de tecnologia era apresentada por técnicos e lideranças rurais como uma necessidade geral e inquestionável. Quem não seguisse aquela direção estaria condenado à exclusão da atividade, à falência ou à pobreza crônica.

Parte dos produtores, orientada pelo departamento de extensão, procurava então implementar todas as recomendações apresentadas pelos técnicos, investindo em tecnologia e em aquisição de equipamentos, muitas vezes recorrendo a empréstimos de agências bancárias.

Um pouco alheio a esse alarde, outro segmento de produtores continuava insensível, relutante em implementar os sistemas propostos. Participavam de reuniões, ouviam palestras, mas mantinham os mesmos procedimentos na produção. Apesar de ouvirem profecias calamitosas, no máximo incorporavam, de vez em quando, uma pequena recomendação técnica.

Com o passar do tempo, em face das avaliações desses programas de extensão, já no final da década, percebeu-se que vários produtores ligados aos programas de extensão e modernização apresentavam dificuldades para capitalizar-se com base nos sistemas especializados implantados em suas

propriedades, apresentando também problemas de endividamento. Enquanto que, no outro segmento, não havia enriquecimento, mas não se verificava a falência profetizada pela cartilha da agroindústria.

A questão para esta pesquisa então se impôs com vigor: se sistemas de produção “conservadores”, mantidos por um segmento de produtores, não propiciavam sobrevivência e desenvolvimento, as transformações produtivas no caminho da modernização também apresentavam suas falhas.

Desta forma surgiu a necessidade de entender quais aspectos foram omitidos na análise e previsões sobre o destino e perspectivas dos produtores que foram pela contramão da modernidade. Se não implementaram as medidas de modernização e ainda sobreviviam na atividade, por certo deveriam ter algo a ensinar. Surgiu aí uma questão que somente seria resolvida adequadamente através de pesquisa. Seria necessário ouvir aquele produtor que se encontrava na rota da exclusão. Com esse propósito, a pesquisa procurou fazer com que este indivíduo pudesse revelar os caminhos que trilhou nesta década de tantas turbulências no agronegócio leiteiro.

Com este espírito, o presente trabalho procura primeiramente descrever as características da pequena produção e as dinâmicas dos pequenos produtores, em seus aspectos local, social e microeconômico. Apresenta-se depois dois estudos de caso, realizados nos municípios de Bom Despacho e Lavras, ambos localizados em importantes regiões leiteiras de Minas Gerais.

Em seguida apresenta a situação de alguns laticínios, que também revelam dificuldades na busca da modernização. Contrariando a teoria, se mostram por esse motivo incapazes de pressionarem os produtores nessa direção. Várias formas de acordos e negociações são desenvolvidas então, num clima de parceria e de oportunismo nas relações produtor-indústria.

Finalmente o trabalho discute as várias saídas e alternativas que este segmento de produtores encontrou no “caminho da exclusão”, dentro e fora do

agronegócio. Na contramão da modernidade existem várias trilhas que levariam os pequenos produtores para direções bem diferentes da exclusão. Desta forma, as reflexões deste trabalho consideram outras possibilidades e fenômenos, mas questionam a suposta fatalidade de desaparecimento que atingiria todo o segmento como uma tendência tão certa ou dogmática.

1 O PROBLEMA, O OBJETO E O MÉTODO

1.1 O problema

Um conjunto de transformações econômicas e institucionais ocorridas a partir dos anos 1990 tem afetado profundamente a pecuária leiteira no Brasil. Esses fenômenos trouxeram dificuldades para a sobrevivência na atividade, principalmente do segmento de pequenos produtores.

Desde os anos finais da década de 1980, culminando no governo Collor, o Estado reduziu sua interferência na promoção de políticas de apoio à produção agrícola, como um todo. Houve redução dos programas de crédito e de desenvolvimento para o setor e os produtores com escassez de capital foram afetados. Com o afastamento do Estado, o complexo agroindustrial afirmou-se como a principal estrutura gestora do agronegócio do leite (Silva et al., 1996).

Em segundo lugar, houve a liberação do preço do leite, ocorrida no ano de 1991. O produtor, acostumado ao tabelamento, tornou-se responsável pela negociação dos preços direta com as indústrias, o que naturalmente não era sua prática. Os laticínios adotaram regras de competição para a negociação com os produtores, instituindo, inclusive, preços diferenciados por quantidade vendida, preços profundamente diferenciados regionalmente, adotaram práticas seletivas em relação ao volume de leite transportado em certas linhas e estes condicionamentos afetariam, principalmente, os pecuaristas com menor produção e poder de mercado mais reduzido (Alves, 2000).

Depois, o plano econômico de estabilização (Plano Real, implantado em 1994), aumentou o poder aquisitivo da população que, por sua vez, aumentou o consumo de produtos lácteos. Para manter os preços internos estáveis, o governo acelerou a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, propiciando a importação de leite e derivados de menor preço, em muitos casos

garantidos pela existência de subsídios praticados nos países de origem (Alves, 2000).

As indústrias instaladas no Brasil passaram a buscar, então, a redução de custos e maior qualidade dos industrializados lácteos, com objetivo de obter maior competitividade. Para alcançar esses propósitos pressionaram os produtores para aumentar a escala, que reduziria custos de gerência, controle, coleta, produção e padronização da qualidade, através da modernização tecnológica, conforme afirmou um estudioso do tema:

“(...) a instabilidade reduziu, significativamente, as margens de lucro, pela queda do preço do leite. A redução da margem de lucro colocou em dificuldades todo o segmento da produção, com maior pressão nos sistemas menos eficientes” (Gomes, 2000: 68).

Em síntese, a pressão por modernização tecnológica, a queda de preços, a falta de créditos oficiais e o sistema de pagamento em função do volume, praticado por algumas indústrias, constituíram as principais dificuldades enfrentadas por pequenos produtores no Brasil de 1990 em diante.

Diante desse quadro, dirigentes de cooperativas, sindicatos, técnicos do governo e alguns estudiosos do agronegócio leiteiro no Brasil teriam anunciado a saída inevitável de pequenos produtores da atividade por apresentarem incapacidade para aumentar a escala de produção e dificuldade para adaptação tecnológica ao ritmo requerido pelas indústrias.

Alguns autores afirmam ser fatal a saída da atividade de “produtores extrativistas”, não predispostos à especialização, que trabalham com tecnologia rudimentar. Nessas condições seriam incapazes de sobreviver num mercado que valorize qualidade e volume (Bortoleto, 1996). Ou, ainda, que, a exemplo de países como os Estados Unidos, haveria uma redução significativa do número de propriedades produtoras de leite no Brasil.

Apesar das dificuldades inerentes ao processo, a integração aos laticínios tem sido apontada por alguns estudiosos como a única alternativa econômica válida para os produtores de leite que enfrentam essas dificuldades. Segundo Gomes (2000):

“A integração com a indústria laticinista é a única saída para o pequeno proprietário, que hoje é pequeno produtor. Muitas vezes ele quer evoluir mas não pode. Aí entra a agroindústria para viabilizar sua evolução” (Gomes, 2000: 14).

A idéia da integração dos produtores à agroindústria decorre naturalmente da interdependência da agricultura à indústria. Neste sentido afirma Muller (1989) que o processo implicaria na “perda do antigo caráter autônomo da agricultura bem como da capacidade decisória dos grupos sociais rurais”. Ocorre que, dentro dessa visão, o pequeno produtor é analisado exclusivamente a partir de seu envolvimento na atividade leiteira. O seu sucesso ou ruína é avaliado considerando seu desempenho nessa atividade, somente. Outras atividades e estratégias de geração de renda, complementares, alternativas e localizadas, não são devidamente consideradas por esta perspectiva, resultando em interpretações incompletas do que ocorre no meio rural e, conseqüentemente, na falta de direcionamento de políticas para essas atividades alternativas.

Por isso, torna-se importante compreender qual tem sido, enfim, o destino dos pequenos produtores face às transformações impostas pelo complexo agroindustrial leiteiro. Estariam empobrecendo? Integrando-se, total ou parcialmente? Estariam vendendo suas propriedades ou mantendo-se através de outras alternativas existentes no meio rural? Estas são as principais questões tratadas neste estudo.

1.2 O Objetivo

O objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos das transformações ocorridas na pecuária leiteira na década de 1990 sobre os pequenos produtores de leite e suas alternativas de reconversão em duas regiões de Minas Gerais, ambas relativamente especializadas na produção de leite.

Como objetivos específicos, pretendeu-se discutir as relações entre tecnologia, força de trabalho familiar e desenvolvimento dentro da pequena propriedade leiteira. No plano do relacionamento com o mercado, buscou-se conhecer e, posteriormente, analisar as propostas apresentadas pelo complexo agroindustrial leiteiro, sob o ponto de vista do pequeno produtor. A respeito do fenômeno da integração ao complexo, procurou-se investigar a intensidade, a intermitência e a sazonalidade de sua ocorrência entre o segmento estudado, analisando as diversas circunstâncias do fenômeno. Buscou-se, por fim, identificar e analisar a importância de nichos de negócios agrícolas e não agrícolas, descobertos, potenciais e utilizados por pequenos produtores que não se integraram, ou se integraram parcialmente ao complexo agroindustrial leiteiro.

1.3 O Método

Há vários conceitos para definir pequeno produtor. O próprio Estado, na promoção de políticas para o setor, tem apresentado conceitos que consideram critérios variados para delimitação dos beneficiados de seus programas. Programas de modernização do pequeno produtor do nordeste brasileiro, nos anos 1970, tipificaram os seus beneficiados como “unidades de produção familiar que sejam auto-suficientes, tanto em termos de renda quanto de trabalho, mas que não gerem excedentes para investimento” (Wilkinson, 1986: 31).

O conceito de pequena produção está intimamente associado ao conceito de agricultor familiar, o qual, segundo estudos da FAO e INCRA, apresentam as seguintes características: “trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo” (MA/SA/DATER, 1996: 13).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (PRONAF), que tem como beneficiários os agricultores familiares, define esta categoria como aqueles indivíduos que atendam, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- a) utilizar o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até 2 (dois) empregados permanentes e recorrer à ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- b) ter, no mínimo, 80% da renda familiar originados da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa;
- c) residir no estabelecimento ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- d) não deter, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor .

Lamarche (1993) define agricultura familiar como aquela que possui uma ligação íntima entre propriedade, família e trabalho, permitindo a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Embora esses conceitos sejam importantes e de alguma forma estejam relacionados ao tema, são insuficientes para definir o sujeito deste estudo, pois, pequeno produtor de leite poderia ser o grande proprietário que produz pouco leite; também, poderia ser o produtor que desenvolve outras atividades, inclusive

não-agrícolas e também produz leite; ou ainda o pequeno proprietário intensivo em capital, que emprega trabalho assalariado.

Mas, para fim deste estudo, define-se o pequeno produtor de leite como o indivíduo que ocupa pelo menos metade do seu tempo de trabalho na atividade rural, retira maior parte de sua renda da atividade rural (excluindo aposentadoria) e utiliza mão-de-obra familiar para realizar pelo menos metade do trabalho permanente que é consumido no estabelecimento rural.

Na pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Os métodos da pesquisa quantitativa foram aplicados para avaliar a evolução e desempenho dos estabelecimentos estudados. Utilizando-se também de séries históricas de dados, foi possível analisar, quantitativamente, as formas de reconversão em dois períodos diferentes: Lavras, 1998-2001; Bom Despacho, 1995-2001.

Pesquisa qualitativa é quando o pesquisador vai ao campo captando o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas. Consideram-se os pontos-de-vista relevantes, procedendo à análise dentro de uma perspectiva integrada (Godoy, 1995). Neste sentido, a pesquisa atendeu ao objetivo de propiciar uma abordagem da perspectiva do segmento social estudado. Foi realizado um estudo de caso, analisando trajetórias de produtores em relação à integração e exclusão do complexo agroindustrial leiteiro. O estudo de caso não é, em si, uma metodologia, mas a escolha de um objeto a ser estudado (Alencar, 1999). Este objeto, conforme o autor, pode ser um indivíduo, ou um conjunto de indivíduos. O estudo de caso não permite a utilização de grandes amostras; portanto, não possibilita generalizações. Sua aplicação nesta pesquisa tem o objetivo de testar uma teoria geralmente aceita acerca do destino dos pequenos produtores de leite, estudando uma situação específica.

Foram acrescentadas informações colhidas através de entrevistas com familiares, diretores e gerentes de empresas de laticínios, bem como técnicos

extensionistas. Foram utilizados roteiros, questionários estruturados e semi-estruturados que estão apresentados em anexo.

O roteiro de entrevista considerou os objetivos da pesquisa possibilitando o levantamento de informações, tais como:

- tipo de mão-de-obra empregada no estabelecimento (contratada ou familiar),
- desenvolvimento de atividades não agrícolas,
- atividades agrícolas além da pecuária leiteira,
- tecnologia de produção, sistemas de manejo, tipo de rebanho (raça),
- canais de comercialização dos produtos,
- desempenho e perspectivas de cada atividade desenvolvida,
- importância das atividades na composição da renda

A pesquisa qualitativa foi realizada por amostragem. Alencar (1999) define amostragem como o processo pelo qual uma parte representativa da população é selecionada. A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população). Entendeu-se que a amostragem não probabilística por julgamento atenderia melhor ao desenvolvimento desta pesquisa.

O grupo estudado refere-se a produtores de leite do município de Bom Despacho, localizado na região Centro-Oeste mineira, próxima do eixo da rodovia 262 (acesso ao Triângulo Mineiro) e do município de Lavras, região Sul de Minas. A escolha destas duas regiões se deveu, primeiramente, ao fato de, nos dois locais, ter sido realizadas pesquisas relacionadas ao tema e que propiciaram dados e informações importantes para uma análise histórica e comparativa. Como critérios de amostragem utilizou-se de estratos retirados de microrregiões ou comunidades onde se localizam as propriedades, visando melhor à distribuição geográfica e representatividade dos dados. A escolha desses dois municípios como locais de realização da pesquisa se deve,

principalmente ao fato de representarem duas importantes bacias leiteiras do Estado de Minas Gerais.

Para a amostragem da pesquisa nos dois municípios, foram escolhidos produtores com o seguinte perfil:

- utiliza-se de mão-de-obra familiar para realizar pelo menos metade do trabalho permanente, que é consumido no estabelecimento rural;
- ocupam pelo menos metade do seu tempo de trabalho na atividade rural;
- retiram maior parte de sua renda da atividade rural (excluindo aposentadoria).

A pesquisa em Bom Despacho teve como suporte dados e levantamentos de uma pesquisa, denominada: “Produtor e Produção de Leite – Perfil do Associado da COPERBOM”, realizada em 1995, no município de Bom Despacho, através de parceria entre a Cooperativa Agropecuária de Bom Despacho - COOPERBOM e o Departamento de Administração e Economia da UFLA, coordenada pelo professor Áureo Eduardo Ribeiro Magalhães. Essa pesquisa procurou analisar uma amostra representativa dos associados desta cooperativa coletando dados sobre: área de terra, produção e produtividade do rebanho, sexo, idade, educação e participação do produtor, emprego e renda.

A distribuição espacial dos produtores entrevistados levou em consideração aspectos agrário/ecológico/produtivo da área de atuação da Cooperativa, bem como critérios de fertilidade natural, topografia, distribuição da terra e tecnologia agropecuária empregada. Na pesquisa de 1995, o questionário foi aplicado por empregados de vários setores da COOPERBOM.

As entrevistas foram feitas nas instalações da Cooperativa em dias de pagamento do leite, ocasião em que havia uma concentração e permanência dos produtores para acertos e outras atividades. O levantamento começou a ser feito em setembro de 1995 e foi concluído em abril de 1996. Os dados sempre diziam respeito à seca (maio/outubro) de 1995. As últimas entrevistas aconteceram

entre março e junho de 1996, completando então um total de 329 questionários dentro de uma população de 1300 associados. A análise dos dados quantitativos foi feita na Universidade Federal de Lavras e a análise qualitativa contou com o apoio de uma equipe multidisciplinar.

Na pesquisa em Lavras foram utilizados como fonte de dados quantitativos questionários aplicados no ano de 1998 na realização de outra pesquisa denominada: "Histórico salarial, dinâmica das contratações e relações trabalhistas no Mercado de Trabalho Rural", desenvolvida por pesquisadores do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG. Tal pesquisa teve como objetivo básico analisar o funcionamento do mercado de trabalho rural no município de Lavras e nela foram utilizadas técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa baseadas em informações do Censo sobre a agropecuária municipal. A amostra foi definida a partir do cruzamento de informações disponíveis nos dados cadastrais do INCRA e de informações qualitativas fornecidas pela EMATER, levando-se em consideração as características geo-ambientais, demográficas e econômico-produtivas das unidades de produção. Seguindo estes critérios foram formatadas cinco regiões rurais no município: Cerro, Pimenta-Serrinha, Capivari, Ijaci, Ponte do Funil. Procedida esta regionalização, procurou-se combiná-la com a distribuição encontrada no Censo Agropecuário dos estabelecimentos por grupos de área total para definição da amostra de 46 unidades de produção, ou 6,5% do total de estabelecimentos rurais de Lavras. Foi elaborado um roteiro de entrevistas bastante amplo, com perguntas abertas e fechadas, para coleta de informações qualitativas e quantitativas. O questionário foi pré-testado, reformulado e aplicado a todos os 46 produtores da amostra.

Foi com base nos resultados e questionários usados nas pesquisas de Bom Despacho (1995) e Lavras (1998) que se iniciou o trabalho que deu origem a esta dissertação de mestrado.

Esta pesquisa iniciou-se primeiramente no município de Lavras. Foi realizada entre janeiro e junho de 2001. Para conhecimento dos entrevistados acompanhou-se primeiramente a aplicação de alguns dos questionários na execução da versão 2001 da referida pesquisa DAE/UFLA/FAPEMIG. Aproveitando a oportunidade, expôs-se ao produtor o propósito e os objetivos desta pesquisa, solicitando também licença para voltar ao estabelecimento. No princípio houve uma certa desconfiança por parte de alguns produtores no que diz respeito ao intuito da pesquisa, bem como sobre a procedência do pesquisador. Essa situação foi facilmente contornada com a apresentação de documentos (crachá, identidade estudantil) que identificaram a pessoa e a instituição.

Tendo acesso aos arquivos daquelas pesquisas, foi possível selecionar, dentro dos questionários respectivos de Bom Despacho e Lavras, produtores com o perfil e as características necessárias à presente pesquisa, que são: ocupação de pelo menos metade do tempo com atividade rural, tirar daí maior parte de sua renda, usar mão-de-obra familiar para realizar pelo menos metade do trabalho permanente.

No município de Lavras o grupo estudado constituiu-se de 14 indivíduos, cujos estabelecimentos estão distribuídos geograficamente na área desse município. No estudo de Bom Despacho foram escolhidos 21 indivíduos, também atendendo o perfil acima, distribuídos geograficamente na área do município.

A pesquisa, tanto em Lavras, quanto em Bom Despacho, constituiu-se basicamente da elaboração de um roteiro de questões pertinentes aos objetivos propostos no projeto. Em seguida, esse roteiro foi aplicado junto aos produtores

nas propriedades. O entrevistado, em todos os casos, foi o produtor. Mas houve, em algumas entrevistas, a oportunidade de conversar com outros membros da família, esposa e filhos, naqueles estabelecimentos em que estes estavam presentes.

O processo da entrevista, muitas vezes, iniciava-se com uma conversa sobre a atividade desenvolvida no momento pelo entrevistado, ou sobre algo interessante ou pitoresco dentro do cenário de trabalho, no momento da chegada do pesquisador. Aos poucos abordavam-se as questões do roteiro. Houve caso em que um produtor não pôde atender o pesquisador no momento e saiu para realizar um trabalho. Já dentro do carro, o pesquisador foi chamado por um dos filhos para voltar e tomar um lanche. Enquanto o pesquisador degustava um café, a esposa do produtor narrou, com riqueza de detalhes, toda a trajetória da família, informando também sobre a produção e o funcionamento do estabelecimento. Pôde-se perceber que era ela quem liderava o grupo familiar, inclusive nas decisões relacionadas ao processo produtivo.

Para melhor entendimento sobre os programas de desenvolvimento tecnológico implementados neste município, entrevistaram-se técnicos extensionistas da Emater local e da Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande Ltda. As entrevistas foram em parte anotadas e em parte gravadas.

A parte desta pesquisa, referente ao município de Bom Despacho, foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2001, no período da entressafra da produção leiteira. Os critérios de definição dos indivíduos a serem entrevistados foram os mesmos da referida pesquisa ("Produtor e produção de leite – Perfil do associado da COOPERBOM"), definindo-se quatro regiões rurais como forma de distribuição espacial da amostra. O grupo estudado foi composto por 21 produtores que foram entrevistados pela primeira vez em 1995. Desses, 17 continuam produzindo leite e 04 saíram da atividade.

A realização da pesquisa foi relativamente facilitada devido ao conhecimento do pesquisador sobre a região. Indagado sobre o propósito da pesquisa, informava-se apenas que era um trabalho de escola, argumento suficiente para convencê-los a conceder a entrevista. Mas houve casos em que o pesquisador, primeiramente, foi inquirido com questões como: naturalidade, procedência familiar, ocupação, estado civil, etc. Em alguns casos, em que se descobria algum conhecimento ou amizade entre membros antepassados da família do pesquisador e do entrevistado, a entrevista se atrasava em muitas horas para que o entrevistado fizesse longas narrativas históricas. Mas isso era muito bem compensado depois, a entrevista transcorria com muito mais naturalidade e profundidade.

Um indivíduo disse que não negociava leite e que não possuía tanque de expansão. Ao sair da propriedade por um caminho distinto pelo qual o pesquisador chegou, avistou a casinha com o tanque de expansão. Naturalmente esta entrevista foi invalidada.

Em alguns estabelecimentos a entrevista foi feita durante a ordenha, em outras encontrava-se o entrevistado em pleno gozo da aposentadoria recente, disposto a falar sem pressa e com gosto. Alguns produtores foram contatados primeiramente por telefone, pois quase não paravam na propriedade em busca de “catira”. Neste caso a entrevista teve que ser combinada bem antecipadamente.

Utilizou-se nesta pesquisa do levantamento de informações gerais relacionadas ao processo de modernização e políticas do negócio do leite. Periódicos especializados e documentos produzidos por cooperativas singulares filiadas ou não à ITAMBÉ (Cooperativa Central dos Produtores Rurais do Estado de Minas Gerais), por órgãos de classe como FAEMG (Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais), OCEMG (Organização das Cooperativas dos Estado de Minas Gerais), artigos de publicações locais, regionais e de circulação nacional, além de fitas com filmagens de palestras e

eventos técnicos, efetuadas por professores, técnicos, autoridades do governo, da agroindústria leiteira e do sistema cooperativista da ITAMBÉ, foram também de grande utilidade. E, finalmente, o uso da Internet, acessando sites científicos e institucionais.

2 COMPLEXOS PRODUTIVOS, MUDANÇAS TÉCNICO-POLÍTICAS E PEQUENA PRODUÇÃO LEITEIRA

2.1 Trajetória do complexo agroindustrial no Brasil

Procura-se neste capítulo traçar um panorama geral das transformações técnicas, econômicas e institucionais relacionadas ao agronegócio brasileiro, ocorridas no período estudado (1995 – 2000). Em seguida, descreve-se um pouco da formação histórica do complexo agroindustrial brasileiro e sua trajetória atual, concentrando-se no complexo leiteiro. A partir deste cenário, faz-se uma análise das perspectivas da pequena produção leiteira, discutindo a viabilidade da sua integração a este complexo.

A formação do complexo agroindustrial é um fenômeno relativamente recente na história do Brasil. Está associada ao processo de industrialização da economia brasileira, a partir da segunda metade do século XX. A formação de um mercado consumidor interno, devido à concentração urbana da população empregada nas indústrias, a partir da década de 1930, criou uma demanda intensa por alimentos. Kageyama et al. (1990) descreveram dessa forma o início desse processo:

“Uma vez consolidada a indústria nacional, o que ocorreu com a plena formação de mercados nacionais para produtos agrícolas e para a força de trabalho e, principalmente, com a constituição da indústria de base, a agricultura brasileira iniciou sua própria industrialização” (Kageyama et al., 1990: 118).

Criou-se um novo padrão agrícola no Brasil, apoiado em uma estrutura que integrava agropecuária e indústria. A agropecuária passou a responder às demandas da indústria e a depender da utilização de insumos industrializados,

como adubos químicos, fertilizantes, máquinas e implementos, com o objetivo de alcançar maiores escalas produtivas e a padronização de alimentos e matérias-primas. A esta estrutura de integração denomina-se complexo agroindustrial, Kageyama et al. (1990).

O processo de modernização técnica da agricultura propiciaria o aumento da capacidade das unidades para atender às demandas da indústria. Kageyama (1990), conceituando esse fenômeno, escreve:

“Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola, que transforma a produção artesanal do camponês, à base de enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim numa nova maneira de produzir” (Kageyama, 1990: 113).

Delgado (1985) e Kageyama et al. (1990) enfatizaram a participação do Estado na estruturação e desenvolvimento do complexo agroindustrial através de políticas institucionais de créditos, de subsídios para a modernização das unidades de produção integradas, como aquisição de máquinas e implementos integradas. Um sistema financeiro específico, o Sistema Nacional de Crédito Rural, integraria esse novo padrão agrícola, fornecendo capital para transações entre os setores produtivos e industriais à montante (meios de produção para a agricultura) e à jusante (processamento de produtos agrícolas). Destaca-se aí a associação entre o Estado e o capital transnacional, principalmente na produção de adubos e fertilizantes.

Entre as políticas de concessão de crédito à produção, implantadas pelos governos brasileiros no sentido da integração ao complexo agroindustrial, no período de 1967 a 1979, destaca-se em importância o que foi denominado “modernização compulsória” (Kageyama et al., 1990). A concessão do crédito era condicionada ao cumprimento de algumas especificações técnicas, como o

uso de sementes certificadas e assistência técnica; em contrapartida, os juros incidentes sobre os empréstimos ficavam abaixo da inflação e o governo garantia a comercialização do produto através das políticas de preço mínimo.

No entanto, conforme descreve Muller (1989), haveria uma desigualdade na difusão do progresso técnico na agricultura brasileira nas formas de organização da produção, no acesso ao financiamento, na organização institucional dos interesses sociais associados às atividades agrícolas. Isto deveu-se à forma desigual – regionalmente, socialmente e produtivamente – como foram alocados os benefícios dos créditos e subsídios, que contribuíram para viabilizar certos segmentos de produtores e excluir outros tantos dos mesmos benefícios.

A partir dos anos 1980, houve uma retração do Estado em relação às políticas de crédito para a modernização agrícola. Contudo, o Estado continuou cumprindo um papel importante na área de pesquisas ligadas à agricultura. O complexo agroindustrial, com a saída do Estado, assumiu o controle do processo de modernização, influenciando nas políticas de preços e também no perfil produtivo das propriedades integradas. Silva (1996) e Gomes (2000) argumentam que, com o avanço da abertura da economia ao mercado internacional a partir dos anos 1990, a busca pela competitividade, através da redução dos custos ao longo de toda a cadeia produtiva, passa a ser o principal objetivo dentro do complexo agroindustrial.

2.2 Complexo agroindustrial leiteiro: constituição e trajetória

A compreensão da evolução do setor leiteiro no Brasil passa pela análise da história econômica, associando-se ao processo de industrialização da agricultura e estruturação do complexo agroindustrial. Até o século XIX a atividade leiteira no Brasil esteve ligada à pecuária de corte. Conforme Alves (2000), não se constituía em uma atividade específica. A partir da decadência da cafeicultura no início do século XX, principalmente no Estado de São Paulo, a

atividade começou a adquirir expressão econômica. Com a expansão da urbanização, aumentou a demanda pelo produto e a produção artesanal tornou-se insuficiente para o abastecimento. As autoridades sanitárias intensificam a fiscalização, no sentido de adequar a produção e a distribuição às necessidades da população. Naquela época, o sistema de transporte ferroviário facilitaria o processo de distribuição. Em seu estudo, Alves (2000) afirma que os primeiros laticínios surgiram por volta da década de 1910, em Minas Gerais, sendo pioneira a “S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor”. Ainda, nesse período, surgem as primeiras cooperativas para atuarem nesse setor, juntamente com empresas de capital internacional. Cresceu também o número de pequenos estabelecimentos de caráter familiar de condições tecnológicas rústicas.

Na década de 1930 o governo do estado de São Paulo regulamentou o Policiamento do Serviço de Alimentação Pública. De acordo com esse instrumento, ficou expressamente proibida qualquer forma de comercialização e industrialização de leite que não seja pasteurizado. Alves (2000) relata que, com o avanço das indústrias de laticínios, surgiram novas bacias leiteiras no país. A produção de leite cresceu de 1,8 milhão de litros em 1939, para mais de 2,7 milhões de litros em 1949, no país.

Em meados da década de 1940 o governo federal instituiu o tabelamento do preço do leite, interferindo diretamente na política de preços do leite fluido no país, com o objetivo de propiciá-lo a preço baixo, de boa qualidade e em quantidade suficiente para a população. Contudo, na opinião de estudiosos do assunto, esse objetivo não teria sido alcançado, ao contrário:

“passados mais de 30 anos de tabelamento, o consumo de leite fluido continua baixo e extremamente concentrado nas classes de renda mais elevada” (Farina, 1990: 465).

Para alguns autores o tabelamento constituiria o principal entrave à modernização da atividade leiteira e do setor industrial. Argumentam que, em

uma conjuntura de preços baixos da matéria-prima, haveria um esforço no sentido da modernização, da redução de custos e do aumento da produtividade, condições necessárias aos produtores para se manterem na atividade. Ou seja, as políticas de preços forçariam o processo de modernização (Jank et al., 1999).

De qualquer forma, a expansão das vias rodoviárias nos anos 1940 e 1950 possibilitou uma melhor distribuição do produto e um avanço significativo do setor. A implantação das indústrias de equipamentos também possibilitaram uma modernização do setor industrial e a expansão do leite tipo B, de melhor qualidade.

Segundo Alves (2000), em 1950 o governo instituiu um regulamento segundo o qual todas as etapas do processo produtivo passaram a ser fiscalizadas e a obedecer a critérios mais rigorosos em relação à higiene e sanidade. A fiscalização passou a ser feita pelo Serviço de Inspeção federal (SIF), atuando diretamente nas indústrias.

Ao final dos anos 1960 foram introduzidas as embalagens descartáveis, em substituição aos recipientes de vidro. Nos anos 1970, a indústria de laticínios passou por um intenso processo de diversificação e expansão de seus mercados, não havendo, no entanto, uma evolução correspondente por parte da produção. O mercado das bebidas lácteas foi inteiramente dominado pelas empresas multinacionais que, nesse período, realizaram um série de incorporações e fusões, conquistando a hegemonia do mercado. As empresas brasileiras continuaram a concentrar a maior parte de seus rendimentos na produção de leite pasteurizado, diferentemente do que ocorreu com as cooperativas que conseguiram ampliar sua área de ação e diversificar a produção industrial.

O surgimento do leite B demonstrou certo avanço técnico da produção. No entanto, a sazonalidade constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento industrial. Surgiu, então, o sistema de pagamento baseado numa produção referencial, a partir da média da produção da entressafra, denominada “cota”.

Por esse sistema, o volume de leite produzido no período da safra que excedesse à média de produção diária do período da entressafra seria pago a um preço menor. Assim, o produtor se vê forçado a aumentar ao máximo a produção da entressafra, para que tenha o mínimo de leite excedente no período da safra (Alves, 2000).

Ainda na década de 1970 houve um grande crescimento na economia brasileira, que se refletiu na expansão do setor agroindustrial leiteiro. No período seguinte, conforme descreve a autora, com a crise dos anos 1980, houve uma redução da demanda e das políticas de apoio ao setor agropecuário. Conseqüentemente, houve queda na produção e uma brusca redução no ritmo da modernização da indústria láctea. Nesse período, o setor que mais apresentou dinamismo foi o mercado de leite “longa vida”, que passa a ocupar espaços comerciais do leite em embalagens plásticas. O surgimento do leite “longa vida”, com um tempo maior de conservação (até quatro meses), causou uma profunda modificação nas condições de comercialização e na estrutura de concorrência junto ao mercado consumidor, na medida em que pode ser comercializado pelas empresas em regiões distantes, ameaçando outros mercados locais. A década de 1990 pode ser entendida como importante transição na economia leiteira brasileira. Destacam-se a liberação do preço do leite em 1991 e a abertura da economia do país para importações dos mercados internacionais, que vêm alterar, significativamente, a competitividade e a dinâmica do setor do leite no Brasil.

Desde então o setor do leite no Brasil vem passando por mudanças profundas. O acirramento da competição internacional, o fim do tabelamento do preço da matéria-prima e a estabilização da economia provocaram um grande aumento na oferta de produtos lácteos importados nos supermercados e uma queda nos preços dos mesmos produtos nacionais. Aumentou-se a demanda

pelo leite “longa vida” e, conseqüentemente, a concorrência deste com o leite integral pasteurizado (Alves, 2000).

Com relação à importação deve-se lembrar que, historicamente, o Brasil é um país importador de leite. Apesar de a oferta interna ter aumentado, ainda está longe de atender à demanda. E o leite importado entra no país com preços altamente competitivos. Além da eficiência produtiva dos países exportadores, existem favorecimentos em termos de tarifas alfandegárias, prazos, financiamentos para exportação e subsídios à produção praticados nesses países (Alves, 2000).

No mercado interno, surgiu então uma onda de alianças estratégicas e incorporações de empresas. As multinacionais ampliam significativamente o poder competitivo. Conforme Alves (2000), mais da metade dos grandes laticínios existentes em 1981 foi adquirida ou fez alianças estratégicas. Tais alianças constituem base para formação de oligopólios regionais determinando políticas de preços desfavoráveis aos produtores. As empresas também pressionam os produtores para a modificar os sistemas de produção, a especializar-se e aumentar a escala como formas de reduzir a sazonalidade e aumentar a qualidade da matéria prima. Segundo Alves (2000), uma aliança entre o Ministério da Agricultura e organizações de produtores, resultou o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), com o objetivo de acelerar o processo de tecnificação da pecuária brasileira.

Ao mesmo tempo, o complexo agroindustrial leiteiro sugere um endurecimento da fiscalização do leite informal, que estaria aumentando no Brasil e uma modificação da legislação em relação às normas de qualidade.

Ocorre que, mesmo não sendo auto-suficiente, o Brasil é um dos maiores produtores de leite do mundo, ocupando o sexto lugar no ranqueamento mundial. A produção brasileira é duas vezes maior que a da Nova Zelândia e mais que o dobro da produção argentina, países que são considerados

expressivos na produção mundial. A produção brasileira estava em torno de 21,0 bilhões de litros/ano em 1998; a produção média era 27 litros/produtor/dia em 1996. Nas últimas décadas, no Brasil, a produção de leite vem crescendo a taxas superiores às do crescimento da população: de 1990 a 1998, a taxa média anual de crescimento foi de 4,2% (Alves, 2000).

Aconteceram também modificações na participação das regiões na produção do país e as mudanças mais expressivas aconteceram no Sudeste, cuja participação caiu de 48% para 45% e no Centro-Oeste, que aumentou de 12% para 15%, no período de 1990-97. Minas Gerais, entre os estados, continua ocupando o primeiro lugar na produção brasileira, embora sua participação tenha-se reduzido de 30% para 28% de 1990 a 1997, segundo dados do IBGE (1996).

É difícil determinar o número preciso de produtores de leite no Brasil. A atividade não é bem definida, pois fazem parte deste segmento desde aqueles produtores que produzem um litro por dia até aqueles outros que produzem mais de 20 mil litros. As estatística incluem também produtores de gado de corte, que têm o leite como subproduto da criação de bezerros. Dados do IBGE (1996), informam que existiam no Brasil 1.810.041 produtores de leite.

Existem várias formas de classificação dos produtores de leite. Do ponto de vista da empresa, os produtores podem ser considerados especializados. São definidos assim:

“têm como atividade principal a produção de leite, obtida a partir de rebanhos leiteiros especializados e outros ativos específicos para este fim, tendo investido em know-how, tecnologia, economias de escala e até alguma diferenciação do produto” (Jank et al., 1999: 45)

Outra categoria seria a de não-especializados:

“também chamados de extratores ou extrativistas, são aqueles que trabalham com tecnologia extremamente rudimentar, para os quais o leite ainda é um subproduto do bezerro de corte (ou vice-versa, dependendo da época do ano). Trata-se, na sua maioria, de produtores que encontram no leite uma atividade de subsistência, portanto não-empresarial” (Jank et al., 1999: 45).

Do ponto de vista do produtor, a condição de especializado ou não poderia ser estratégica, interessando ou não a integração ao complexo agroindustrial em diferentes momentos e circunstâncias.

O pequeno produtor não integrado ou semi-integrado pode ser um negociante por excelência. Este caracteriza-se principalmente pela autonomia na condução de seu negócio, intensificando ou mudando de atividades conforme estas se lhes apresentem mais economicamente interessantes para o momento. Aos olhos da assistência técnica do complexo agroindustrial é classificado como imediatista, extrativista, safrista, ou simplesmente catireiro. Desenvolve uma pecuária mais rústica em termos de técnicas. É relutante e, às vezes, céptico quanto às inovações tecnológicas, adotando novos métodos na medida de sua conveniência; tende a praticar paralelamente uma agricultura diversificada para subsistência e excedentes para negócio. Aproxima-se ao conceito do camponês, que vive na propriedade e ali trabalha com sua família e raramente usa mão-de-obra contratada. E é exatamente sobre essa condição que se assenta sua estrutura e capacidade de reconversão, fora ou parcialmente integrado ao complexo agroindustrial.

2.3 Produção familiar

Grande parte dos produtores de leite são produtores familiares. Em geral, a conceituação de agricultor familiar leva em consideração as relações que este indivíduo tem com o mercado, com a terra e a sua disponibilidade e acesso ao capital. Além desses aspectos, que seriam mais importantes, consideram-se as relações com a sociedade, com a comunidade e a família. A família constitui uma estrutura social produtiva; ao mesmo tempo é produtora e consumidora da produção. A relação com o mercado, no caso, seria complementar, para venda dos excedentes da produção e aquisição de mercadorias não produtíveis pela estrutura familiar (Ribeiro, 1997; Abramovay, 1998b).

Embora exista em todo mundo, em alguns países a produção familiar desenvolveu-se mais, devido às circunstâncias econômicas e políticas, principalmente relacionadas à ação do Estado. Em economias mais desenvolvidas (França, EUA, Bélgica), a produção de alimentos e fibras e o desenvolvimento da agricultura ocorreram a partir dos pequenos estabelecimentos rurais sob a direção do trabalho familiar, com o apoio do Estado. No Brasil, a agricultura foi desenvolvida através do latifúndio, com a monocultura da cana-de-açúcar e do café, baseada em uma organização social, escravista e depois patronal, também com apoio do Estado (Abramovay, 1998b; Lunardi, 2000).

No entanto, a agricultura familiar existe no Brasil desde o princípio da colonização. Naquela época já revelava a sua importância, conforme descreve Ribeiro (1995), a produção familiar funcionava:

“como complemento da grande empresa exportadora ou mineradora que, graças a ela, se desobrigava de produzir alimentos para a população e para seu próprio uso nas

quadras de maior prosperidade econômica” (Ribeiro, 1995: 176).

Segundo Guanziroli & Cardim (2000), 74,8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são compreendidos nos critérios de agricultura familiar. Conforme a pesquisa, esses estabelecimentos ocupariam 22,2% da área total de produção agropecuária no país, participariam na produção total de produtos da cesta básica, respondendo por 26,3% de arroz, 46,4% de feijão, 71,5% de mandioca, 44,5% de milho produzido no Brasil.

A produção de leite está presente em 36% dos estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, representando 13,3% de todo valor bruto da produção nacional da agricultura familiar; os agricultores familiares são responsáveis por 52% do valor bruto da pecuária de leite nacional (Guanziroli & Cardim, 2000).

Embora tenha, reconhecidamente, grande importância social e produtiva, a produção familiar é objeto de algumas indagações técnicas. A maior delas, talvez, relaciona-se à possibilidade desses produtores conseguirem realizar economias de escala. Este é um debate que dura há mais de um século.

Kautsky (1968), na obra “A questão agrária”, descreveu uma série de vantagens técnicas da grande exploração em relação à pequena exploração agrícola. Analisou, sob a perspectiva da evolução da economia capitalista no campo, os efeitos do fator escala na pequena e na grande exploração. Primeiramente, pondera esse autor que seria bem mais econômico estruturar e dar manutenção a uma grande fazenda do que a um grupo de pequenas fazendas equivalentes àquela em termos de área. Em relação à utilização da mão-de-obra, a grande propriedade, contando com um número maior de trabalhadores, pode operar uma divisão do trabalho, ocupando-se cada trabalhador da função para a qual tiver melhor desempenho. A cooperação metódica entre eles proporcionaria, segundo Kautsky (1968), um avanço em termos de

produtividade. Acrescenta ainda a possibilidade de a grande exploração poder contar com gerenciamento e assistência técnica barateados pela escala maior de operações. Tais possibilidades não estariam acessíveis à pequena produção; nesta, conforme o autor, o trabalho é um suplício, pois, com a inserção no mercado, em condições de carência de recursos técnicos e de capital, resta ao pequeno produtor e à sua família se exaurirem no trabalho diário.

Kautsky (1968), no entanto, pondera que a falta de mão-de-obra seria a maior ameaça ao desenvolvimento da grande empresa agrícola. A concorrência da atividade agrícola com a indústria e outros setores da economia, seria a principal causa dessa carência. O autor admite que há, também, perdas em termos de economia de escala, do ponto de vista gerencial quando se relaciona área e número de trabalhadores:

“Quanto mais extensa é a propriedade, tanto mais
difícil a fiscalização dos operários dispersos”

(Kautsky, 1968: 163).

Seriam comuns nos grandes empreendimentos agrícolas perdas advindas de estragos em equipamentos e desperdícios de insumos, devido à dificuldade de gerenciamento.

O autor discute a importância do fator escala no processo de modernização da agricultura, argumentando que: seria mais fácil e barato mecanizar uma grande fazenda do que dez pequenas fazendas, sendo que aquela poderia produzir o mesmo volume que estas. Além disso, o aproveitamento dos serviços mecanizados em uma área maior seria mais intenso do que em uma pequena propriedade, onde a demanda de serviços não viabilizaria, por exemplo, a aquisição de um trator. Kautsky (1968), porém, admite que uma pequena terra cultivada de maneira intensiva pode constituir uma exploração maior que uma área mais ampla cultivada de maneira extensiva. Esse aspecto toca em dois pontos importantes: a) as conseqüências da intensificação do uso

de tecnologia por parte do pequeno produtor e, b) origem das fontes de financiamento para modernização da pequena produção.

O fator “escala” adquire uma importância significativa em relação à aquisição de crédito para modernização e aumento da produção nas unidades familiares: despesas bancárias para liberação de um montante de \$ 400.000,00 são as mesmas para outro valor de \$ 4.000,00. Segundo esse autor, do ponto de vista da economia capitalista, emprestar \$ 4000,00 para cem agricultores implica em cem vezes mais garantias, cadastros, monitoramento e cobrança do que emprestar \$ 400.000,00 para um só agricultor.

O fator escala determinaria também melhor desempenho na comercialização, na medida em que a compra ou venda de um produto em maior quantidade proporciona, em regra, um preço menor por unidade. A grande exploração negocia produtos e insumos ao atacado e a pequena unidade negocia pequenos volumes, ao varejo. O custo do transporte torna-se, também, um fator limitante dos mais importantes em se tratando de pequenos volumes.

As sociedades cooperativas, na visão de Kautsky (1968), apresentariam também restrições aos pequenos agricultores. A começar pela indisponibilidade que esta categoria teria, no sentido de cuidar dos afazeres administrativos que o empreendimento exige. Mas, se de alguma forma, poderia ser útil ao pequeno produtor, como é no caso da aquisição de créditos, é o grande agricultor que realmente se beneficia delas, pois é ele que dispõe de tempo e conhecimentos necessários para constitui-las e administrá-las.

Por esses motivos, na visão de Kautsky (1968), a pequena produção seria relativamente inadequada para o desenvolvimento da economia capitalista. O pequeno produtor seria inviável como agricultor, como negociante empresário. Devido à impossibilidade de implementar a economia de escala, em relação a todos os aspectos apresentados acima, o camponês não estaria apto para abastecer a indústria agrícola.

No entanto, apesar das limitações apresentadas, conclui o autor que a pequena exploração não desapareceria, devido à existência de produção para autoconsumo, à economia de gastos com mão-de-obra, à presença contínua das pessoas da família encarregadas dos diversos serviços, propiciando maior cuidado no uso dos materiais e recursos próprios. Tais fatores permitiriam a sobrevivência do pequeno produtor a conjunturas adversas.

Abramovay (1998b) e Veiga (1997) argumentam que a história mostrou, na realidade, que justamente sobre a base de unidades familiares de produção é que se desenvolveu e tem se desenvolvido a produção de alimentos e matéria-prima nos países mais industrializados. Segundo Abramovay (1998b), a análise do camponês, do ponto de vista meramente econômico, tende a possibilitar uma visão incompleta do que ele realmente seja, ignorando aspectos sociais, antropológicos culturais que, sem dúvida, tem importância significativa na sua capacidade de sobrevivência e produção. A perspectiva econômica dos teóricos, inclusive marxistas, da questão agrária, talvez tenha falhado exatamente na desconsideração desses aspectos que, sem dúvida, terão importância neste estudo. A maximização do lucro não faz parte da racionalidade econômica do camponês. O seu empenho no trabalho, na produção, cessa quando as necessidades suas e de sua família são atendidas. Ir além disso é pôr em risco toda sua estrutura de sobrevivência.

2.4 Relações complexo agroindustrial/ pequeno produtor de leite

O propósito desta conceituação é no sentido de favorecer as análises das relações produtor-indústria, conquanto as indústrias se posicionam como parte do complexo com interesses distintos, ora conflitantes, ora convergentes em relação ao produtor.

Os estabelecimentos laticinistas podem ser tipificados conforme o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de Origem Animal – RISPOA da seguinte forma:

- 1- usina de beneficiamento, assim denominado o estabelecimento que tem por fim principal receber, filtrar, beneficiar e acondicionar higienicamente o leite destinado diretamente ao consumo público ou a entrepostos-usina;
- 2- fábrica de laticínios, assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e creme para o preparo de quaisquer produtos de laticínios;
- 3- entreposto-usina, assim denominado o estabelecimento localizado em centros de consumo, dotado de aparelhagem moderna e mantido em nível técnico elevado para recebimentos que satisfaçam as exigências deste Regulamento, previstas para fábrica de laticínios;
- 4- entreposto de laticínios, assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento, maturação, classificação e acondicionamento de produtos lácteos, excluindo leite em natureza.

Segundo Jank et al. (1999), entre os tipos de laticínios que operam no Brasil, encontram-se empresas multinacionais, grupos nacionais, cooperativas de produtores, comerciais importadores e pequenos laticínios. As empresas multinacionais se caracterizam principalmente por maior capacidade financeira para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, maior escala de produção, gastos com propaganda e manutenção de estrutura de assistência técnica. Por outro lado os grupos nacionais têm “menor fôlego financeiro” como fator limitante para o crescimento. Os pequenos laticínios, segundo os autores, “aproveitam-se das lacunas nas áreas tributárias e sanitárias em função da falta de fiscalização”. Têm ainda como característica poder apresentar forte concorrência na captação de matéria prima produzida por pequenos produtores e na venda do produto em mercados regionais.

Wilkinson (1999), talvez se referindo mais às atividades agrícolas que especificamente à pecuária, lembra que o conceito de agroindústria surgiu como elemento para análise do fenômeno da modernização da agricultura. Segundo esse autor, a reflexão sobre o conceito de agroindústria possibilitaria identificar uma “crescente subordinação” da agricultura às políticas das grandes empresas. A unidade de produção rural se adequaria às necessidades da indústria. No caso aqui estudado, produtores de leite em relação aos laticínios. A subordinação dos produtores se daria, principalmente, devido à estrutura de oligopólio que caracteriza o mercado comprador e que determinaria as condições de comercialização em uma determinada região.

O processo de industrialização da agricultura determinou a mudança da base técnica da produção agrícola, estabelecendo várias formas de relação entre os produtores e a agroindústria. Estas relações implicam em graus diferentes de subordinação do produtor: negociação sob contratos ou não, exclusividade de fornecimento da matéria prima ou não, fornecimento de créditos e assistência técnica ou não; a este processo denomina-se integração agroindustrial. Cada empresa possuiria uma proposta de integração, no âmbito da concorrência pela aquisição de matéria-prima. A análise da integração deve considerar, portanto, a diversidade dessas relações, a intensidade em que elas ocorrem, bem como as vantagens, riscos e desvantagens que representariam para o pequeno produtor.

A integração, dentro de uma visão mais ampla e na medida em que se intensifica, significa a submissão do produtor às condições propostas pelo complexo agroindustrial. O produtor integrado está sujeito a um mercado cujas regras são definidas sob a influência de interesses politicamente mais articulados, em um ambiente institucional caracterizado pela interferência cada vez menor do Estado. Dessa forma, o produtor integrado ao complexo agroindustrial se encontra dependente de um negócio sobre o qual possui pouco poder de interferência; na maioria das vezes, apenas sofre as conseqüências que

lhes são repassadas (pacotes tecnológicos, preços do produto e de insumos) pela empresa com a qual negocia. A integração se concretiza na forma de contratos escritos ou orais pelos quais a empresa garante a exclusividade na aquisição de insumos por parte dos produtores, a adoção de padrões tecnológicos e a utilização de serviços diversos (Sorj et al., 1982). Diante disso, por mais que tenha dedicação e eficiência na unidade de produção, não está assegurada a sobrevivência na atividade.

As cooperativas podem ser uma opção de negócio importante para os pequenos produtores, dentro da perspectiva da integração, mas há dificuldade de participação desse segmento nas decisões, devido à existência de processo de exclusão interno. Novaes (1981) descreve da seguinte forma as dificuldades de participação de pequenos produtores:

“Na realidade, as relações estruturais da sociedade reproduzem-se dentro das cooperativas, seja impedindo a associação de assalariados, ou dificultando a associação de parceiros, ou mantendo os pequenos proprietários subordinados a outros associados que possuem diferente origem de classe” (Novaes, 1981: 72).

A cooperativa é um tipo de agroindústria que apresenta várias formas e processos de integração dos produtores. Possui estrutura e natureza social para viabilizar políticas de modernização importantes. Possui canais de comunicação, documentação, informações cadastrais, estrutura técnica e um apoio relativo dos produtores. Está entre aqueles tipos de organização que, conforme Wilkinson (1999), enfrentam problemas típicos da gestão comunitária da ação coletiva no sentido da gestão de um empreendimento econômico. As cooperativas pequenas contam com problemas de capital e mercado, as grandes enfrentam problemas de excesso de contingente, burocracia e conflitos políticos e principalmente a

dificuldade de participação para pequenos produtores (Coradini & Fredericq, 1982).

As cooperativas de produtores de leite têm um papel importante e uma responsabilidade grande em relação ao desenvolvimento sócio-econômico dos pequenos produtores. Trata-se de um compromisso legal, moral e estatutário, na maioria dos casos. Ao implantar medidas restritivas de mercado à pequena produção (como é o caso do sistema de preços proporcional ao volume individual) sem implementar programas de desenvolvimento e apoio a este segmento, estariam facilitando o processo de exclusão. No entanto, a posição e as ações das cooperativas em relação a esse problema dependem, essencialmente, da capacidade dos pequenos produtores se articularem e pressionarem as lideranças cooperativistas no sentido de atenderem seus interesses. Esta capacidade de mobilização ainda se apresenta bastante incipiente, na maior parte das cooperativas de leite.

Em Minas Gerais, na maioria das cooperativas singulares, esse sistema de pagamento, em função do volume, por mais adverso que se apresentasse aos pequenos produtores, foi aprovado por assembleias em que este segmento representava maioria.

No entanto, a integração através de cooperativa se apresentaria como opção em termos de fonte de renda, considerando que esse tipo de empresa tende a apresentar certa eficiência e regularidade no pagamento da produção, configurando-se ao pequeno produtor como uma espécie de assalariamento. Propicia também, através de convênios, assistência médica, odontológica, combustíveis e bens alimentícios para os agricultores integrados. Essas empresas têm desenvolvido ainda programas de incentivo à produção, providenciando crédito, assistência técnica, armazenamento, transporte e fornecimento de insumos para aqueles produtores que se integram e assimilam suas propostas.

Em relação aos laticínios, o pequeno produtor de leite teria menor possibilidade ainda de desenvolver-se de forma integrada, dado o caráter centralizado das decisões.

Na medida em que a pequena produção se apresenta economicamente interessante para o complexo, os produtores são estimulados à integração. Wilkinson (1999) revela que as atividades de autoconsumo do produtor familiar gerariam uma renda que permitiria uma pressão para baixo nos preços dos produtos de integração agroindustrial.

No caso do leite, levando-se em conta alguns dos aspectos considerados pelo complexo agroindustrial como mais importantes e estratégicos (escala de produção e especialização), o pequeno produtor de leite poderia se apresentar como um entrave no contexto da década de 1990 em diante. A tendência à concentração da produção de leite em unidades com maior volume de produção reduziu a importância do pequeno produtor para o complexo; o sistema de pagamento em função do volume individual reflete essa visão por parte das empresas.

No entanto, para o pequeno produtor aumentar a escala de produção, pode não ser uma estratégia racional, principalmente considerando o aspecto administrativo. Com o aumento da produção, pode ocorrer a necessidade de realização de empréstimos e contratação de mão-de-obra; tais transformações poderiam trazer problemas gerenciais e desequilíbrio econômico à propriedade.

A proposta de especialização apresentada ao pequeno produtor pelo complexo implica no direcionamento de toda estrutura produtiva para um só tipo de negócio que, se não der certo (uma queda brusca no preço do leite, em função da conjuntura internacional), todo o patrimônio familiar fica ameaçado. Ocorre que, quanto maior a especialização na produção de leite e menor a sazonalidade da produção, maior é o custo desse produto para o produtor.

Mesmo com ganhos importantes em produtividade, incorre-se em desembolsos monetários maiores para a compra de insumos específicos (Farina, 1990).

Em relação à discriminação pelo critério da qualidade da matéria-prima, a questão é polêmica. Alguns estudiosos acreditam que a pequena produção dificilmente pode melhorar a qualidade do seu produto, implicando isto na sua exclusão (Gomes, 2000). No entanto, a qualidade da matéria-prima não é um atributo específico da grande produção. A atividade leiteira especializada requer cuidados detalhados no manuseio de equipamentos e animais caros. O produtor e seus familiares, em princípio, estariam mais aptos para esses cuidados, por conhecerem o custo desse patrimônio. Empregando equipamentos e tecnologia, a família tenderia a compensar a falta do efeito escala com o efeito trabalho, como sugere Kautsky (1968).

A existência de tantos aspectos desfavoráveis à integração para a pequena produção, via complexo agroindustrial, suscita uma análise sobre outras estratégias, autônomas, de agroindustrialização para os pequenos produtores. Muitos autores chamam a atenção para esse aspecto, colocando a necessidade de aumentar a capacidade desse segmento na compreensão do funcionamento do mercado e a dinâmica envolvida no agronegócio em questão (Sorj et al., 1982; Wilkinson, 1999).

2.5 Alternativas de reconversão para pequenos produtores

A integração parcial ou temporária ao complexo agroindustrial leiteiro demonstra a existência de outras estratégias de reconversão¹ utilizadas por pequenos produtores de leite, dentro e fora da agricultura. Neste caso, a

¹ O conceito de reconversão é utilizado por Garcia Junior (1989) para designar a mudança de posição social de indivíduos diante das transformações no espaço social. A passagem de senhor de engenho para usineiro, de trabalhador “sujeito” a “liberto”, seriam exemplos. Neste estudo, o conceito se refere à substituição da atividade leiteira por outras, agrícolas ou não, visando à reprodução do grupo social pesquisado.

integração não seguiria o ritmo determinado pela agroindústria e a renda obtida na transação com a empresa não seria a mais importante. O pequeno produtor não atrela toda sua estrutura econômica ao complexo agroindustrial, ou o faz temporariamente, conforme sua conveniência. Especificamente na cadeia do leite existe a situação daqueles que desenvolvem atividades como a pecuária de corte, café, fruticultura. Na persistência de redução no preço do leite, conseguem vender ou trocar as matrizes leiteiras por gado “solteiro”, aumentar a produção e a comercialização de frangos, hortaliças, mas sem descartar a perspectiva de voltar à atividade.

O fenômeno da redução da importância de atividades agrícolas na composição da renda de pequenos produtores rurais e a inclusão de atividades não agrícolas em sua economia devem ser considerados em um estudo que pretenda avaliar as perspectivas de sobrevivência e desenvolvimento econômico dessa categoria.

O comércio de gado é uma forma de aumentar o patrimônio e gerar renda muito comum entre produtores de leite. A “catira”, como é denominado o comércio de gado em algumas regiões de Minas Gerais, funciona através de leilões ou diretamente entre os interessados. Ribeiro & Galizoni (1998) descreve algumas formas de os produtores da região Centro-Oeste de Minas fazerem catira: compram-se pequenos lotes bovinos de várias “mãos”, formando um rebanho maior que é revendido para frigoríficos, ou grandes fazendeiros; revende-se um rebanho maior em pequenos lotes para várias mãos. As principais vantagens da catira como estratégia de sobrevivência são negócios sem a utilização de dinheiro e prazo extenso para acerto, no entanto a credibilidade é fundamental para se desenvolver no negócio.

“Novas” atividades intensivas agrícolas e não agrícolas são apontadas por Silva (1999) como alternativas de emprego e renda no meio rural, passando inclusive a integrar cadeias agroindustriais. São exemplos destas atividades:

piscicultura, criação de animais silvestres para corte, produção orgânica de ervas medicinais, criação de rãs, floricultura e mudas de plantas ornamentais, etc. Como atividades não agrícolas: fazenda hotel, exposição agropecuária, festas de rodeio e turismo rural.

Outro tipo de negócio acessível à pequena produção é a agricultura orgânica. A comercialização de produtos provenientes de sistemas de produção alternativos ao adotado na agricultura química tem se ampliado muito devido à procura por alimentos mais saudáveis (Pisa, 2000). Há uma clientela com relativo poder aquisitivo e nível de informação interessada em pagar mais por esse tipo de alimento, principalmente nos grandes centros.

Um aspecto importante a ser observado, quando se trata da perspectiva econômica de atividades não agrícolas para a família de produtores, refere-se ao potencial ou oferta de oportunidades que uma determinada região propicia. Kageyama (1998) chama a atenção para o que ela denomina de outro “nível analítico” da questão, ou seja o contexto local ou mesoeconômico referente ao mercado de trabalho e de oportunidades que não devem ser muito distantes das propriedades. A possibilidade de recorrência à estratégia da pluriatividade dependeria da oferta de emprego e de demanda adequada para trabalho pluriativo existente na região.

O associativismo na comercialização de produtos agrícolas representa uma estratégia importante possibilitando a criação de canais de comercialização alternativos como feiras e a venda direta ao consumidor, criando marcas que padronizem e identifiquem a produção familiar. Várias experiências neste sentido são desenvolvidas no Brasil com o apoio de sindicatos, Igreja, centros de tecnologia alternativa. Santos (1999) relata várias experiências ocorridas na Zona da Mata de Minas Gerais, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Apesar das dificuldades relacionadas à organização e administração desses projetos eles podem ser desenvolvidos.

Como perspectiva de desenvolvimento rural, Fernandes Filho et al. (2000) destacam a importância da indústria rural para geração de emprego e renda, aproveitando-se excedentes que o produtor não consegue colocar no mercado. Este tipo de empreendimento, segundo os autores, representaria uma forma de enfrentar conjunturas desfavoráveis, agregando valor à produção agrícola. A indústria rural, com um suporte tecnológico e institucional, orientada para auto-sustentação, pode ser uma alternativa de reconversão importante para produtores ameaçados de exclusão.

2.6 Caracterização das regiões da pesquisa

2.6.1 A região Sul de Minas Gerais e o município de Lavras

A região Sul de Minas Gerais, embora sofra muitas mudanças na sua definição, compreende aproximadamente 64,5 mil km², distribuídos em 178 municípios, correspondendo a 11% da área do estado. Predominam dois tipos de clima subúmido e úmido, com temperaturas médias de 19° a 21° C, mas a parte sul apresenta as temperaturas mais baixas do estado, com médias inferiores a 19°C. As precipitações médias estão entre 1.200 e 1.500 mm. A maior parte dos solos da região é considerada de aptidão regular para culturas. Apesar de sua topografia movimentada, o Sul de Minas é uma das regiões consideradas de melhores terras do estado (Simões, 1994).

É uma das maiores bacias leiteiras do Estado de Minas Gerais. Em 1990 contava com 660 mil vacas ordenhadas, com uma produção de leite de cerca de 812 milhões de litros por ano. A área total média dos estabelecimentos dessa região, em 1995, era de 50,41 hectares (Zocal, 1998).

O percentual das pastagens em relação à área dos estabelecimentos corresponde a aproximadamente 72% para o estrato de até 50 hectares, 70% para o segundo estrato que vai de 50 a 250 hectares e 75, 20% para o terceiro estrato,

acima de 250 hectares. Esses índices estão abaixo da média mineira que corresponde a 75,20% (Santos et al., 1998).

O potencial da região é grande. Além de ser uma das maiores regiões produtoras, constata-se que parte significativa do rebanho, nos três estratos, é constituída de animais não totalmente inseridos no perfil do produtor especializado, revelando-se a presença conjugada de garrotes machos para engorda, machos para recria e bezerros, perfazendo percentuais aproximados de 45%, 48%, 45%, para os três estratos citados.

O município de Lavras localiza-se na região Sul de Minas Gerais. Possui uma área territorial de 565 km². Segundo o Censo de 2000, a população total era de 78772 habitantes com uma taxa de alfabetização de 94,5%; apenas 4476 (5,7% do total) pessoas residiam na região rural. A área antropizada pela agricultura em relação à área total do município é de 34%. Quanto aos estabelecimentos agropecuários a área média é de 53 hectares. A agropecuária proporcionava ocupação para 4028 pessoas e o número de domicílios particulares permanentes na área rural era de 1264 (IBGE, 2000).

A área rural do município de Lavras apresenta características físicas diversificadas. Há regiões de morros, no sentido do rio Capivari e Serrinha e há muitas terras planas para o lado dos Rosas e Cervo. Há resquícios de cerrado, campos, terras de cultura favoráveis para a agricultura e criação de gado. Há capoeiras e pequenas matas de reserva nas baixadas. As partes altas dos morros apresentam baixa densidade de arbustos e árvores, possivelmente consequência da exploração de madeira. Existem várzeas úmidas, cachoeiras, rochas de pedras, lajes e cascalho. Nas regiões montanhosas a água pode ser captada de nascentes altas, fontes primárias, abundantes em toda a região do Capivari, Itirapuã, Cachoeirinha. Há pouca erosão nos solos.

As principais estradas de acesso aos povoados encontram-se relativamente bem conservadas, mas pioram à medida que se afastam da sede do

município. Algumas obras de restauração estão em andamento, em geral as pontes são boas e a sinalização está sendo melhorada. Foram vistos poucos focos de lixos na beira das estradas. A proximidade com a BR 381 facilita o escoamento dos produtos agrícolas, leite e café para as comunidades de Cajuru e Cervo. A rodovia que liga a BR 381 a Tiradentes serviria de escoamento para os produtores da região do Capivari. Em alguns estabelecimentos, nessa região, o caminhão acoplado com tanque isotérmico para coleta de leite dos laticínios não consegue chegar. Raramente as estradas de acesso às propriedades são boas.

Nos povoados habitam famílias de trabalhadores rurais, colhedores de café, diaristas e vaqueiros. Algumas escolas rurais estão fechadas devido ao sistema de nucleação, ou porque as crianças estudam na cidade, transportadas diariamente por um carro escolar da prefeitura. O serviço de transporte coletivo atende bem às regiões como Pimenta, Rosas, Serrinha, mas é um pouco precário na região do Capivari.. A região ribeirinha do Rio Grande está sob o impacto das construções e instalação da UHE do Funil; muitas famílias terão de mudar de lugar; terras baixas, (geralmente mais férteis) serão inundadas.

2.6.2 Região Centro-Oeste (Alto São Francisco) e o município de Bom Despacho

Esta região totaliza 63 mil Km² distribuídos em 60 municípios, o que corresponde a 10,8% da área do estado. O clima da região predominantemente é do tipo úmido. Quase toda a região possui médias de precipitação em entre 1.200 e 1.500 mm, com exceção de pequena área mais a nordeste que está entre 1.000 e 1.200 mm. A temperatura varia de 19° a 24° C, sendo que 1/3 da região está entre 19° e 21° C, no centro norte (Simões, 1994).

Os solos, se de um lado não apresentam níveis de aptidão agrícola muito elevados, de outro também não apresentam restrições relevantes, sendo

uma região de dominância de cerrados e pastagens, com topografia bastante favorável à atividade agropecuária (Simões, 1994).

Esta região é a segunda de menor importância para formação do PIB do estado (3,6%), mas dentro da região da agricultura ainda é o setor responsável pela maior parcela do PIB (27%) e, em termos de valor bruto da produção, é a quarta região mais importante, com 10% do total do Estado. Quanto à situação fundiária é uma região de transição, começando a aumentar o número dos estabelecimentos, prevalecendo, contudo, o caráter de concentração; cerca de 77% dos estabelecimentos estão entre 0 a 100 hectares, correspondendo a apenas (18%) da área total; 20,45% dos estabelecimentos estão entre 100 e 1.000 hectares e correspondem a 57% da área; os imóveis de mais de 1.000 hectares (1,6%) são responsáveis por 25% da área (Simões, 1994).

Em relação à pecuária de leite, dados do IBGE de 1995/1996 indicam 9.752 produtores de leite, com a área de pastagem correspondente a 691.774 hectares. Menos de 1% do total usa ordenha mecânica e inseminação artificial (Alves, 2000).

O município de Bom Despacho está situado a 150 km de Belo Horizonte no sentido do Triângulo Mineiro. A população total, segundo o Censo de 2000, era de 39.943, a taxa de alfabetização era de 91,5%. Possui uma área territorial de 1209 km².

A população residente no meio rural era de 2.722 pessoas e a porção antropizada pela atividade agropecuária representava 56% da área total do município. A área média dos estabelecimentos era de 122 hectares. O número total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários era de 596; o número de domicílios particulares permanentes na área rural era de 997 (IBGE, 2000).

A vegetação natural predominante é o cerrado. O município fica entre os rios Lambari, São Francisco e Picão. São consideradas as terras mais férteis e de

maior valor aquelas situadas nas margens desses rios. Há terras brancas cascalhadas e íngremes do lado sul da BR 262 e terras vermelhas e planas do lado norte. Quase não há lavouras em grande escala para produção de grãos.

As principais formas de povoamento da região foram através da migração de negociantes de gado nordestinos que subiram o rio São Francisco, possuíram terras e por ali ficaram. Vários paulistas também passaram pela região a caminho de Pitangui, município produtor de ouro e pedras preciosas, na época do império. Mas antes desse processo migratório já havia na região uma grande população indígena.

As carvoarias possibilitaram riqueza para algumas pessoas na região de Bom Despacho. A extração facilitada pelo vazão legal permitiu que muita gente vendesse mato ou fizesse o carvão, fornecendo diretamente para a siderúrgica local. Esgotado o cerrado na região, os carvoeiros, entre eles, produtores rurais, migraram para Goiás para produzir carvão. Muita gente voltou, comprou mais terra e mais gado com a renda do carvão. Atualmente essa atividade praticamente não mais existe na região e as condições de produção de carvão em Goiás já não são tão favoráveis

A exploração de madeira, carvão e o alargamento das áreas de pastagens destruíram uma porção importante das matas ciliares. Na década de 1960 o rio Picão, cujo fluxo corria através de uma enorme região pantanosa, foi drenado para aumentar a área de exploração agropecuária, causando uma enorme perda na flora e na fauna. Outra cultura de impacto ambiental incalculável é a de eucalipto, implementada por volta de 1970 pela Companhia Florestal Santa Bárbara, subsidiária da multinacional Belgo Mineira. Como à época não havia tecnologia intensiva e políticas públicas favoráveis para a produção agrícola no cerrado a custos viáveis, vários produtores venderam terras a preços simbólicos para essa empresa. A área ocupada pelas plantações de eucalipto está exatamente do lado norte do município, onde as terras são mais planas e possivelmente mais

férteis. Alguns estabelecimentos ficaram escondidos entre os eucaliptos; não é raro algum viajante se perder por entre as infinitas galerias de eucaliptos tentando localizar alguma propriedade. Na época do corte da madeira a paisagem fica semelhante a um deserto, formado por tocos em terra seca.

Do lado norte do município há a BR-164. Essa rodovia corta os municípios de Bom Despacho e Martinho Campos ligando a BR-040 à BR-262 facilitando o percurso entre São Paulo e Bahia. Na região ainda ficam muitos nordestinos, que se empregam em fazendas e também alguns paulistas. Segundo dados do Censo, havia grande incidência de migrantes paulistas e nordestinos (IBGE, 2000).

Ao norte estão os maiores estabelecimentos produtores de leite onde a agropecuária mais se desenvolveu e também se especializou. São comuns grandes plantações de milho, sorgo e extensas pastagens. A região sul do município, talvez por apresentar menor porção de terras agricultáveis devido à incidência de morros e cascalho, possui maior quantidade de matas, cerrados, capoeiras e os rios menos afetados por processos de lixiviação e assoreamento. É nessa parte do município que corre o rio Capivari, responsável pelo abastecimento da cidade. Nessa região há uma maior frequência de pequenos estabelecimentos rurais.

As estradas rurais apresentam condições razoáveis, considerando o fluxo de caminhões e máquinas das carvoarias em alguns trechos. Na beira das estradas se vêem algumas faixas de parco cerrado e extensas pastagens de brachiária. É bastante comum a existência de focos de lixo urbanos e animais mortos, entre esses bezerros holandeses sacrificados segundo a lógica da pecuária leiteira especializada. Alguma mata que se vê é restrita a alguma área de nascente.

3 DIVERSIDADE NA AGROPECUÁRIA: O CASO DE LAVRAS

3.1 A pequena produção leiteira do município de Lavras

No meio rural de Lavras, normalmente, as casas são feitas ao pé das encostas. Na frente das casas, sem proteção de cercas, encontram-se quase sempre os terreiros de café, alguns em plena utilização, outros abandonados por uma cafeicultura que ora se expande, ora se retrai, conforme o interesse das sucessivas gerações de agricultores e as flutuações do mercado. O terreiro fica próximo às residências. Belas e antigas casas foram construídas talvez no tempo de opulência do café. Algumas foram conservadas, restauradas, mas há muitas abandonadas, substituídas por construções menores e mais modernas.

Em torno, ou ao lado das casas, algumas árvores propiciam sombra para bebedouros, animais, equipamentos agrícolas, tralhas, ferramentas diversas, ou escoram peças de madeira a serem utilizadas em futuras benfeitorias. Entre as principais construções existem as garagens improvisadas e, muitas vezes, um carro para transporte da família e serviço.

Na sala há móveis e eletrodomésticos. Na cozinha um fogão a gás e um fogão à lenha, com sinais de uso permanente emanando fumaça em um naco de carne ou lingüiça. Um quarto serve de despensa, guardando latas com gordura, sacos de feijão, arroz limpo, abóboras e cachos de banana. As instalações para manejo do gado: curral, cocheiras, barracão de ordenha, não ficam longe da residência, facilitando o acesso de quem ali trabalha. Notam-se poucos investimentos no sentido de embelezar ou aumentar o conforto desses pequenos galpões: as colunas são de alvenaria e as paredes apresentam parco reboco. O telhado é de engradamento de madeira e a cobertura é com telhas francesas ou amianto. Os pisos são de terra batida ou cimento grosso, normalmente limpos,

pois o esterco é diariamente ajuntado para servir de adubo. No interior desses cômodos funcionam picadeira de capim, debulhador ou triturador de milho.

A estrutura física dos estabelecimentos visitados atendem às necessidades de trabalho e residência. O critério operacional sobrepõe-se ao aspecto estético na maioria das situações. A preocupação com a economia de investimentos e a funcionalidade não permitem benfeitorias com acabamento caro no sentido de proporcionar conforto. Predomina o aproveitamento de materiais e todos os estabelecimentos pesquisados possuem energia elétrica e água encanada.

Planta-se muito para autoconsumo na maioria das unidades de produção em que vive a família. Hortas são feitas em locais distantes das casas, quase no meio do mato, para não serem descobertas pelas galinhas e outros animais. Pomares variados exibem mexericas, laranjas, bananas e abacates no ponto de serem colhidos. Mais ao fundo do quintal vê-se um chiqueiro com uma ou duas crias para abate. A importância social e econômica dessas áreas está na produção variada de alimentos e outros produtos úteis, servem também como espaço de complementação de renda, enriquecimento da dieta alimentar e tratamento de doenças (Pacheco, 1996).

Saindo do quintal começam as lavouras e pastagens, predominando o café, milho, feijão e pastagens. As pastagens são divididas em próprias para gado solteiro, para bezerros e para vacas paridas apartadas. Alguns produtores consorciavam culturas como café e feijão, milho e capim, café e banana.

Para bombeamento da água utilizam-se carneiros, rodas d'água, motor elétrico. Alguns estabelecimentos que têm queda natural captam das nascentes altas, comuns na região do Capivari, Serrinha, Rosas. Poucos produtores utilizam irrigação, com exceção dos horticultores.

Terreiros limpos, fumaça na chaminé, flores e arbustos de jardim evidenciam a presença feminina no estabelecimento, contrastando com caixas,

entulhos, ferramentas espalhadas e certa desordem doméstica em estabelecimentos de solteiros ou residentes solitários.

3.2 O perfil sócio-econômico dos produtores do grupo de Lavras

O produtor rural do grupo (14 indivíduos) em maioria é idoso: 46,6 % deles estão na faixa de 65 a 74 anos e 50% destes recebem aposentadoria. O total do grupo pesquisado é representado pelo sexo masculino, dos quais 20% não freqüentaram escola e o restante não concluiu o primeiro grau (Tabela 1).

Tabela 1 - Escolaridade do grupo de produtores de leite de Lavras, 2001

Escolaridade	Percentual (%)	Acumulado (%)
Não freqüentou escola	20	20
Primeiro grau incompleto	80	100
Primeiro grau completo	0	100
Segundo grau incompleto	0	100
Segundo grau completo	0	100
Superior incompleto	0	100
Superior completo	0	100
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

Esses produtores possuem família pequena, em média 3 filhos e apenas um produtor (7,14% do grupo) é solteiro. Residem no estabelecimento rural 78,6% deles.

Como forma de aquisição inicial de terra, metade dos entrevistados a adquiriu através de herança; 35,7% receberam herança e compraram mais terras. Possuem terras compradas 14,3% (Tabela 2). Há casos de ex-trabalhadores

rurais que adquiriram terras combinando atividades agrícolas e não agrícolas, através de um esquema rigoroso de economia.

Tabela 2 - Distribuição percentual das formas de aquisição dos estabelecimentos pesquisados no município de Lavras no período de 2001

Classificação	Percentual (%)
Herança	50
Herança e compra	35,7
Compra	14,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

Em geral, os pequenos produtores de Lavras são pessoas nascidas no próprio município; apenas um entrevistado, representando 7,14% do grupo, nasceu em Itumirim (município vizinho de Lavras). Ou seja, o pequeno produtor de Lavras é gente da terra, não é imigrante. Pela forma predominante de aquisição da terra (herança), trata-se de descendentes de agricultores que dão continuidade à atividade rural. Apenas um entrevistado (7,14% do grupo) se declarou profissional não agrícola. Não há casos significativos e relevantes de emigração entre eles.

São pessoas que trabalham com a terra desde a infância, mesmo tendo desempenhado esporadicamente outras profissões. Possuem conhecimento empírico do trabalho agrícola, adquirido através de um aprendizado na esfera familiar. Apenas 21,42% fizeram algum curso ou capacitação profissional para a agricultura, nos últimos 5 anos. O pequeno produtor familiar de leite do município de Lavras possui um conhecimento bem diversificado no que se refere à sobrevivência na roça. É um sábio agricultor, conhece mudas, sementes, bem como os processos de plantio, tratamentos culturais e também os estágios

favoráveis e desfavoráveis da lua. Domina bem o manejo do gado, evitando, através de métodos preventivos, problemas de saúde mais graves. Possui algumas habilidades básicas no tratamento médico do gado: cura de feridas, assistência aos partos, vacinação, descorna, aplicação de antibióticos. É relativamente bem informado sobre preços de insumos e produtos, tem um bom relacionamento no círculo comercial, na cidade tem amizades com comerciantes de hortifrutigranjeiros, donos de açougue, frigoríficos, lojas de insumos ou com particulares que lhe compram queijo, mel, frangos, fumo.

O número de produtores que estava na faixa de 11 a 20 hectares passou de 21,4% para 28,5% (Tabela 3). Houve redução do número de produtores nas faixas de 21 a 50 hectares e de 101 a 200. As causas para passagem de uma faixa de terra menor para uma maior se deve a, principalmente, recebimento de herança. Mas, 21,4% compraram terras no período de 1998 a 2001. Há produtores que receberam terras de herança e venderam-nas, investindo em construção de imóveis.

Tabela 3 – Distribuição por extratos das áreas do estabelecimentos do grupo de produtores de leite de Lavras; dados comparados de 1998/2001*

Área total (hectares)	1998		2001	
	Percentual (%)	Acumul. (%)	Percentual (%)	Acumul. (%)
Até 10	21,4	21,4	21,4	21,4
11 a 20	21,4	42,8	28,5	49,9
21 a 50	28,5	71,4	14,2	64,1
51 a 100	0	71,4	14,2	78,2
101 a 200	28,5	100	14,2	92,5
201 a 210	0	100	7,1	100
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisas de Campo, Lavras, 1998, 2001.

(* Nota: trata-se das mesmas explorações, pesquisadas com intervalo de 3 anos. Ver capítulo I, método.

Mais da metade dos estabelecimentos pesquisados possui área de até 50 hectares (64,1%). Os produtores, neste caso, não dispõem de muita pastagem; se quiserem intensificar a produção pecuária são obrigados a plantar forrageiras e tratar o gado no cocho por um período extenso durante o ano. A criação intensiva implica naturalmente custos adicionais à produção leiteira.

Em Lavras ocorreu um aumento na produção leiteira de 4%, no período estudado. É quase insignificante (Tabela 4): revela pouca resposta por parte do pequeno produtor aos programas propostos pelas agroindústrias, no sentido de obter escala e ganhar prêmios e bonificações. A definição do volume a ser produzido seguiria muito mais a um esquema próprio de administração, implementando estratégias internas de uma microeconomia diversificada, do que a tais programas.

Tabela 4 - Produção média de leite do grupo de produtores de Lavras nos períodos de 1998 e 2001

	1998	2001	Aumento (%)
Produção diária (litros)	1512	1572	3,8

Fonte: Pesquisa de Campo, Ribeiro et al., Lavras, 1998, 2001.

A família do pequeno produtor de leite de Lavras conta, em média, com três pessoas. Das pessoas que moram no estabelecimento, 72% são do sexo masculino e 42% possuem acima de 21 anos de idade. Dos filhos, 33,3 % têm o segundo grau completo e 44,4% têm o primeiro grau completo (Tabela 5).

Isso indica uma certa disponibilidade de população em idade economicamente produtiva entre os membros das famílias rurais de pequenos produtores de leite do município. Um pouco mais da metade dos filhos dos pequenos produtores de Lavras vive e trabalha no estabelecimento; os demais

são crianças estudantes ou adultos, principalmente do sexo feminino, que se casaram e moram em outros lugares.

Tabela 5 - Distribuição por faixa de idade do número de filhos dos produtores do grupo de Lavras no período de 2001

Idade (anos)	Número de filhos	Percentual (%)
até 10	3	6,6
11 a 15	3	6,6
16 a 20	6	13,3
21 a 40	3	66,6
Acima de 40	3	6,6
Total	45	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

Sobre a relação família e terra percebeu-se que o estabelecimento se apresenta para aqueles membros da família que nela moram como alternativa econômica e profissional escolhida. Alguns viveram na cidade, mas não se adaptaram ao trabalho e às condições de vida urbana. O estabelecimento rural teria, em primeiro lugar, importância como local de trabalho temporário para uns e permanente para outros. No grupo de entrevistados encontraram-se filhos de produtores que, encontrando-se desempregados, formaram sociedade com o pai, principalmente no gado e na produção de leite. Passaram a trabalhar no estabelecimento enquanto não surgia melhor opção. Há casos em que o tempo de vida na cidade é somente o necessário para concluir o primeiro grau e depois retornar ao estabelecimento, definitivamente. Essa situação encontra-se hoje um pouco modificada em função de as crianças serem levadas diariamente para estudar nas escolas da cidade, possibilitando a moradia no campo em idade escolar.

Há produtores que mantêm residência na cidade para que os filhos tenham onde morar enquanto estudam. Normalmente a mãe da família permanece na cidade com eles durante a semana e, aos finais de semana, todos se encontram no estabelecimento. Mas há situações em que casais vivem uma espécie de separação temporária, ela vivendo com os filhos na cidade, raramente indo ao sítio, enquanto o marido, às vezes idoso, ali vive sozinho durante a semana.

Alguns filhos dos produtores do grupo prolongaram os estudos. Há entre eles alguns que seguiram carreira relacionada às ciências agrárias e se revelaram consultores técnicos da propriedade familiar.

Há casos em que um filho ou filha, que tem uma boa renda pessoal, emprestam ou doam recursos para investimentos no sítio da família. Ocorre também o inverso, em que os difíceis excedentes da economia do sítio venham a tirar um filho do aperto financeiro. Aí vende-se um gado ou alguns porcos para resolver o problema. Em várias circunstâncias, bens do sítio, como gado, produtos e até mesmo área de terra, podem ser vendidos para socorrer uma emergência de saúde ou desemprego. Tal propósito, inclusive, parece ser estratégico.

A produção para autoconsumo e lazer também é bastante explorada pelos familiares dos produtores. A partilha ou distribuição de produtos como arroz, feijão, carne de porco, frangos, ovos e frutas, verduras, entre os filhos casados, residentes ou não no estabelecimento, é uma prática comum. São benefícios considerados quase como naturais. Normalmente não são contabilizados e, muitas vezes, nem são devidamente valorizados por parte de quem os recebe.

O lazer é uma forma de benefício muito importante propiciado pelos sítios. Ali se mantém o cavalo para as crianças passearem aos finais de semana e nas férias; cria-se uma rês, presente do avô para o neto recém-nascido. Aos

finais de semana torna-se um ponto de encontro de irmãos, sobrinhos, cunhados, tios. Alguns filhos de produtores, moradores da cidade e com ocupação não rural, construíram em suas glebas de herança casas com estrutura de lazer, pequenas hortas e galinheiros sem nenhum intuito mercantil.

Há, entre estes filhos, 44,4% que possuem o primeiro grau completo e aqueles 33,3% que concluíram o segundo grau (Tabela 6); uma proporção significativa morando no estabelecimento; o quadro geral apontaria para um ganho em termos de execução de tarefas que requerem conhecimentos elementares teóricos da matemática; que requerem maior capacidade de leitura; capacidade operacional e até técnica para o manejo de máquinas agrícolas; manipulação de medicamentos e cálculos de formulações.

Tabela 6 - Escolaridade dos filhos dos produtores do grupo de Lavras em 2001

Escolaridade	Percentual(%)
Não freqüentou escola	0
Primeiro grau incompleto	3,7
Primeiro grau completo	44,4
Segundo grau incompleto	11,1
Segundo grau completo	33,3
Terceiro grau incompleto	0
Terceiro grau completo	0
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001

Os jovens, estudantes ou formados, representariam uma força de trabalho importante e de qualidade dentro do estabelecimento rural. Há operadores de motosserras, contadores, motoristas e técnicos agropecuários entre

eles. Naturalmente uma esfera de conhecimento e trabalho que falta aos 20% de analfabetos e 80% de pouco alfabetizados, existentes entre os idosos.

3.3 Sistemas de produção agropecuária do grupo de produtores de Lavras

A caracterização do sistema de produção feita a seguir é importante para a compreensão da capacidade de reconversão econômica do segmento de produtores pesquisados. As peculiaridades no sistema de gestão, a organização do trabalho, a forma de destinar e aplicar as diversas rendas advindas de atividades agrícolas incluindo o leite, são fatores que influem no sentido de propiciar a permanência e o desenvolvimento desses indivíduos na atividade agropecuária.

3.3.1 A produção leiteira do grupo de produtores de Lavras

O leite, segundo alguns entrevistados, se presta para manutenção do estabelecimento, pagando despesas como energia elétrica e despesas da casa. Serve também para ajudar nos gastos com manutenção do sítio, cobrindo gastos como combustível para o trator e outros insumos. O sistema de produção leiteira do grupo de produtores de Lavras é simples e barato. No período pesquisado pouco investiram em gado especializado com intuito de aumentar produtividade leiteira. Inclusive a produtividade média dos produtores pesquisados sofreu uma redução média em torno de 4,8% entre 1998 e 2001. Não houve, nesse segmento, uma resposta significativa em termos de investimento em tecnologia e ampliação da produtividade.

A maior parte do gado utilizado pelos pequenos produtores não apresenta um padrão genético muito definido: misturam-se Holandês com Simental, Nelore, Guzerá. Há bois Caracu, pequenas vacas mestiças da raça Jersey, Gir ou suíças. A diversificação de raças, ao contrário da especialização, poupa cuidados e custos de manutenção e proporciona animais mais rústicos

para criar e fáceis de negociar. Segundo alguns entrevistados, o gado mestiço é mais resistente a infestações gerais e requer menos cuidados. Há uma certa predominância de gado holandês, mas, no entanto, a utilização do grau de sangue dessa raça, no momento da pesquisa era cautelosamente controlada por esses produtores. Os bezerros de raça holandesa têm preço baixo, informam.

A formação do rebanho é feita, principalmente através de criação própria e, de forma secundária, através de trocas; para adquirir matrizes leiteiras, o interessado oferece no mercado de gado do município bezerros ou novilhas. Há uma diversidade constante da demanda nesse mercado. Sempre há alguém querendo comprar e alguém querendo vender, alguns estão aumentando o rebanho leiteiro, enquanto outros – que podem ser vizinhos - estão diminuindo. Há quem disponha de pastagens, enquanto alguém não as tem; este tende a vender, aquele outro quer comprar. Em Lavras existe um mercado ativo de gado, o sistema de trocas é bastante dinâmico, o comprador viaja até aos estabelecimentos rurais para propor negócios, ou se encontram em estabelecimentos comerciais, há também negócios entre vizinhos. A maioria recorre a esse sistema. Por último, utiliza-se o sistema de compra.

A alimentação do gado bovino baseia-se em pastagens e milho. A silagem é um sistema bastante difundido. Utilizam-se também capineiras formadas com variedades como: porto rico, napier, camerum e cana de açúcar.

Alguns produtores usam rações prontas à base de proteínas concentradas para alimentação das vacas leiteiras. Elas comem a ração durante ou após a ordenha, depois pastam ou comem silagem. A alimentação com maior emprego de pastagem torna o sistema produtivo mais econômico, mas é uma alternativa limitada para quem tem pouca área. Sal mineral é administrado para todo o rebanho.

O manejo do rebanho consiste na alimentação, ordenha, cuidados sanitários (vacina, aplicação de vermífugos, combate aos parasitos). A estrutura

de trabalho é simples. Utilizam carroças puxadas por cavalos para transporte de capim, cana ou milho e apenas um terço dos pesquisados possui tratores. O maquinário básico é composto de uma picadeira e um triturador de grãos; apenas um dos estabelecimentos pesquisados possui ordenha mecânica. Equipamentos mecânicos específicos para a pecuária leiteira - como ordenha mecânica, tanques de expansão, bujões de sêmen - não foram incorporados ao instrumental do pequeno produtor de leite de Lavras, M.G..

Dos estabelecimentos pesquisados, 64% empregam a mão-de-obra com maior intensidade na atividade leiteira; os 36% restantes estão trabalhando com atividades agrícolas distintas da pecuária leiteira. Um dado favorável para a diversificação agropecuária.

Metade dos entrevistados não utiliza de forma alguma assistência técnica em seus estabelecimentos (Tabela 7); a outra metade a utiliza irregularmente. Alguns, cerca de um quinto dos pesquisados, contrata eventualmente veterinário, ou um filho, que também é técnico em alguma atividade pecuária, presta uma assessoria informal. A figura do curador prático existe na região empregando técnicas à base de plantas nativas. Alguns produtores se declaram capazes de resolver os problemas mais comuns que acometem as crias, a ponto de prescindirem de assistência técnica.

Tabela 7 - Percentual de produtores do grupo de Lavras que utilizou ou não assistência técnica no período de 2001

Tipos de assistência técnica	Utiliza (%)	Não Utiliza (%)
Agronômica	28,6	71,4
Veterinária	21,4	78,6

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

O fato de utilizarem menos assistência técnica veterinária que agrônômica seria um indicio de maior importância da atividade agrícola que pecuária. Neste sentido o café mereceria mais cuidados do que vacas; o café, milho, pastagem, hortaliças demandariam mais cuidados especializados que as reses, considerando a natureza mais resistente do gado criado, além da importância diferencial das atividades agrícolas.

3.3.2 Outras produções agropecuárias

Embora a região do município de Lavras esteja inserida em uma das principais bacias leiteiras do Estado de Minas Gerais, outras atividades agropecuárias são bastantes desenvolvidas também, conforme Tabela 8. Além do café encontra-se milho, hortaliças, frutas e gado de corte. Indagando a um produtor qual a atividade agrícola mais importante para gerar renda, ele respondeu: “Depende, às vezes o café, quando tem bom preço, ou a venda de bovinos para o açougueiro”.

Tabela 8 - Principal atividade geradora de renda entre os produtores do grupo de Lavras em 1998 e 2001

Atividade	Percentual de produtores que a desenvolvem	
	1998	2001
Leite	50,00	71,42
Café	28,57	14,28
Hortaliças	7,14	0
Batata	0	7,14
Venda de gado	7,14	0
Salário	7,14	0
Suinocultura	0	7,14
Totais	100	100

Fonte: Pesquisas de Campo 1998, Lavras, 2001.

(*) Nota: nesta pergunta o produtor indicava apenas a atividade principal, o que não significa que ela deixa de desenvolver outras atividades.

O fato de uma atividade não apresentar, em um determinado momento, muita importância em termos de geração direta de renda, não impede que ela tenha uma importância estratégica em termos de negócio, para troca, ou para a acumulação gradativa, como é o caso do café. A diversificação nos estabelecimentos dos pequenos produtores de Lavras advém, primeiramente, da existência do café como atividade bastante antiga e difundida na região, historicamente financiadora de outras atividades agrícolas e não agrícolas.

O milho, embora não tenha muita importância direta como gerador de renda, é básico na economia de subsistência. Planta-se o milho para se ter alimento para as pessoas e para as criações. Todos os produtores entrevistados o cultivam. O feijão planta-se consorciado com o milho ou em roças separadas em

mais de dois terços dos estabelecimentos. Além de ser um produto importante para o consumo da família, muitos o comercializam também.

A produção de hortifrutigranjeiros nas propriedades pesquisadas obedece ao princípio do autoconsumo e ao intuito da comercialização. Em duas famílias houve e há experiência de produção e comércio integrados de hortifrutigranjeiros nas formas de mercado e sacolão. Uma das experiências não deu certo: fatores como distância da propriedade, transporte e gerenciamento inviabilizaram o negócio. Mas, no período analisado, foi a única atividade que apresentou crescimento na produção: 7,14% do grupo entrevistado. O fato indica a diversificação, através do aumento do cultivo de hortaliças, mais especificamente de batata.

As frutas são produzidas para a família, amigos, visitas. Mas sempre sobra. Como forma de evitar o desperdício, ou como aproveitamento, alguns produtores fazem a colheita e levam para a cidade. A aparente insignificância da renda obtida na venda das frutas pode pagar, por exemplo o combustível da camioneta ou a passagem de ônibus. Uma clientela conhecida encomenda semanalmente frutas sadias, sem agrotóxicos. Aqueles produtores que tiram proveito desse pequeno negócio, passam a cuidar melhor do pomar. Também entram nesse negócio ovos, queijos, frangos etc.

Gado solteiro ou vacas para descarte são também produtos importantes na economia dos pequenos produtores de Lavras. A produção rápida de matrizes saudáveis possibilita uma média de quase um filhote por vaca, por ano. As fêmeas são recriadas com o intuito de substituir velhas matrizes, mas os bezerras são negociados após o desmame, ou são recriados em pastos próprios, aguardando a oportunidade de venda ou troca. Para quem dispõe de mais de um estabelecimento é praxe uma servir exclusivamente à criação de machos ou recria. A venda de uma rês serve para se obter dinheiro rápido no caso de doenças na família, serve como complemento de negócio na aquisição de um

veículo, é moeda corrente entre produtores, açougueiros, frigoríficos e negociantes sem terra. Um produtor da região do Cervo disse que por um bom tempo ganhou dinheiro com negócio de gado: “(...) nos tempos mais favoráveis do Plano Real. Hoje – diz ele – gado desvalorizou muito, não se conseguem boas margens, o lucro não compensa”. Dessa forma optou pela produção leiteira. A venda de gado apresentou uma redução no período estudado em termos de importância como geradora de renda. Mas não deve ser esquecida sua importância estratégica em trocas diretas e como mercadoria de venda em situações de emergência.

3.3.3 Produção para autoconsumo

Apenas em três circunstâncias a produção para autoconsumo não é suficiente para abastecer a família: aqueles estabelecimentos em que o morador vive sozinho, no caso do proprietário e a família morarem na cidade, ou quando o sistema de produção é especializado. Apenas um quinto dos estabelecimentos pesquisados se encontra em uma dessas situações.

Em 2001 mais de 90% dos entrevistados moravam com suas famílias no estabelecimento. Isto facilitava bastante a manutenção de galinhas, hortas, chiqueiros. Existe ainda o fato de a compra de produtos alimentícios estar dificultada pela distância da cidade. Outro aspecto considerável é o custo comparativo dos alimentos para se produzir e para comprar. A permanência constante no estabelecimento permite o acompanhamento e a aplicação de cuidados necessários, como podas e a alimentação das criações no horário certo, permite perceber a tempo sintomas de doenças nos animais, possibilita retirar um feijão recém colhido de uma chuva iminente, ou ainda detectar um ninho de galinha exposto a predadores. Todos os cuidados minuciosos exigidos no cultivo e na criação doméstica podem ser desempenhados perfeitamente por moradores.

Em relação à produção de carnes, 60 % dos entrevistados criam porcos. Os exemplares vistos são mestiços. Um porco abatido com um peso médio líquido de 40 kg dá para uma família de 5 pessoas comer carne todo dia, por mais de 40 dias. A alimentação dos animais consiste de, além do milho, restos de fruta, cana, mandioca e restos de alimentação humana. Um sitiante, mais empenhado na suinocultura, recolhe restos de comida num restaurante da beira da rodovia, para aproveitamento como alimento para seus porcos. Naqueles estabelecimentos que produzem queijos utiliza-se também o soro de leite na alimentação dos animais. Em geral, a carne de bovinos é comprada na cidade. A dificuldade de manuseio e a fiscalização sanitária seriam fatores restritivos para essa prática.

Todos os produtores entrevistados possuem galinhas. Normalmente são criadas soltas, construindo-se apenas uma estrutura para abrigo noturno. Uma vez ao dia, pela manhã, joga-se milho para elas, o resto da alimentação são gramíneas, insetos, restos de alimentos. Em alguns estabelecimentos elas invadem as coqueiras disputando com o gado leiteiro a ração. Dos ovos se fazem biscoitos, bolos ou substituem a carne, no dia em que esta falta.

O leite serve para a produção de queijos, doces bolos, manteiga. Dos entrevistados, 14,2%, comercializavam em 1998 na rua e com a cooperativa.

Produzem-se hortaliças o ano inteiro. Uma área mais úmida e fértil, em geral retirada da sede, é utilizada para esse propósito. Há verduras de verão e de inverno, de forma que se dispõe de alguma ou outra variedade o ano inteiro.

Distribuídas irregularmente entre as verduras se encontram espécies medicinais. Ramos, folhagens, raízes, frutos diversos para cólicas, enxaquecas, reguladores intestinais, antibióticos, cicatrizantes, calmantes, são cuidadosamente cultivados para as emergências.

Há quem plante eucaliptos para produção de madeira, beneficie para uso próprio e também vende. A madeira, após derrubada, é transformada em postes,

mourões de cercas, batentes de porteiros, colunas e engradamento para galpões. Operando motosserras constroem cochos, bancos e tábuas de várias dimensões.

Um produtor produz fumo. Trabalha com capricho para confeccionar um produto de qualidade mais natural, sem aditivos químicos para consumo próprio e para ofertar aos amigos. Os excedentes são vendidos na feira, ou para uma clientela que vai até ao sítio comprar.

Geralmente não é feita uma contabilidade formal e precisa sobre o que essas atividades representam em termos de renda. São recursos econômicos estratégicos, no sentido de favorecer a sobrevivência dessas famílias, garantir a posse da terra e diminuir a dependência em relação ao mercado de alimentos e insumos.

3.4 Gestão, Trabalho e Organização das Atividades nos estabelecimentos

A combinação dos diversos tipos de força de trabalho familiar (mulheres, homens, crianças e idosos) e contratada, a informalidade nas relações de produção entre os membros da família, o sistema de compra e venda em conjunto são fatores importantes que caracterizam a pequena unidade de produção familiar. A troca de experiências e de serviços também são características favoráveis ao grupo de produtores entrevistados. A divisão de trabalho, conforme vários casos pesquisados, não aumenta a eficiência da produção familiar, mesmo entre aqueles produtores que possuem um nível elevado de diversificação agrícola. Neste sentido, é mais importante e eficaz a versatilidade individual e a possibilidade de remanejamento da força de trabalho.

Muitos são os tipos de sociedades constituídas entre as famílias desses produtores. Há contratos formais e informais. Fazem-se sociedades na criação de gado, cartas de anuência para exploração de uma gleba parcial do terreno familiar, concessão ao filho de área para produção de café, sociedades para partir lucro e serviços. Há também esquemas de pagamento com produtos e serviços.

Há vários retiros leiteiros individuais dentro de um mesmo estabelecimento, para os quais a venda e a compra de produtos podem ser individuais ou em conjunto. Há também alugueis de terras, remunerados ou não. Mas, no geral, todos os arranjos sociais para a exploração são informais. Raramente há transações em dinheiro. Num mesmo estabelecimento um filho possui gado separado. Há casos em que cada um vende seu leite separadamente; há casos em que o leite é vendido em nome de um dos membros da família, em geral o pai.

Considerando as atividades para autoconsumo e com fins comerciais, o sítio propicia trabalho diário para muitas pessoas. Além de moradia, o estabelecimento cria ocupação para a quase totalidade dos membros das famílias pesquisadas. Há sempre a possibilidade de desenvolvimento de algum negócio agrícola para aquele membro da família que queira trabalhar e investir. Entre as opções, pode-se formar um pequeno cafezal, recriar alguma rês, produzir leite, plantar uma horta para negócio, ou mesmo constituir uma pequena agroindústria.

Respeitando-se os limites de idade para as crianças, idosos e o trabalho doméstico para as mulheres, todos os membros da família fazem de tudo. Em geral o homem cuida do curral, às vezes ajudado por um dos filhos, também do sexo masculino. Quando este é muito pequeno, limita-se a carregar um balde, tocar bezerras e colocar ração nos cochos; à medida que vai crescendo, vai assumindo outros trabalhos².

O que se desenvolve plenamente sob especialização é a atividade doméstica. Definitivamente é uma atividade feminina, desenvolvida pela esposa e filhas dos produtores. A contrapartida praticamente não existe, ou seja, não há um trabalho no estabelecimento que seja exclusivamente masculino. A esposa,

² Na administração rural camponesa, segundo Chayanov (1974), cada família, segundo sua idade, constitui em suas diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto, de acordo com sua força de trabalho e a possibilidade de aplicar os princípios à cooperação completa.

quando jovem, é força de trabalho para ordenha, capina, colheita, alimentação de pequenos animais e horta.

O fato de uma atividade tornar-se, a qualquer momento, prioritária ou emergencial, não permite uma especialização permanente de membros da família. A colheita de um feijão sob iminência de chuva reduz a importância de outros trabalhos simultâneos. A disponibilidade restrita de trabalhadores também não permite especialização. Um exemplo dessa ordem seria o caso em que trabalham o produtor e sua esposa somente: a organização do trabalho é grupal, os dois devem fazer de tudo, não é possível que um deles somente saiba, por exemplo, ordenhar, pois o outro, sozinho, talvez não consiga cuidar dos outros trabalhos. Um trabalhador familiar deve estar em condições de substituir outro também em casos de doenças. O trabalho em grupo na colheita, na capina, é que dá rendimento às atividades.

O estabelecimento com atividades diversificadas, como é o caso da grande maioria daqueles pesquisadas em Lavras, requer um remanejamento constante do trabalho do grupo familiar. Não há uma rotina, muitas tarefas novas podem surgir no desenrolar das atividades rotineiras: um esterco para esparramar, um milho para guardar. Através de um passeio pela propriedade, usando-se de uma observação treinada, poderão ser detectadas várias tarefas para o dia: uma cerca rompida, uma porteira quebrada, uma infestação de formiga, um animal machucado ou com sintomas de doenças. Tais imprevistos poderão impor uma alteração importante na rotina do sítio. Trabalhos adicionais dificilmente seriam notados por um trabalhador contratado. Nisso, também, reside o aproveitamento diferencial entre o trabalhador contratado e o familiar. O empenho dos produtores proprietários é evidente, proporcionando um resultado final qualitativamente mais importante no estabelecimento rural.

A rotina de trabalho geralmente não é delimitada por horários definidos. Um dia de trabalho dura tanto quanto as tarefas do dia. Isso pode variar no

tempo da seca, em que se acrescenta o trabalho de dar alimentação complementar às reses. Nesse período, uma jornada diária pode terminar por volta das oito horas da noite. O tempo das águas, em que a abundância de pastagens torna o trato desnecessário, propicia uma certa folga.

Ao solicitar aos entrevistados a descrição de sua rotina diária, eles responderam que ela pode variar em função da época do ano. Há várias rotinas de trabalho: além da ordenha, que é uma atividade diária e permanente, há também o tempo de plantar, tempo de capinar, tempo de adubar, tempo de colher, que são atividades sazonais, cada uma com rotinas específicas.

De qualquer forma a rotina de trabalho nos pequenos estabelecimentos leiteiros é bastante intensa. Faça sol, faça chuva, o gado tem que ser ordenhado, tratado e as instalações limpas. Não se descansa aos domingos ou feriados. Algumas atividades não podem de forma alguma ficar para o outro dia, corre-se o risco de haver acumulação, comprometendo todas as restantes. O capim ou a cana que o gado vai comer no dia seguinte devem ser cortados hoje; uma atividade depende da outra, tarefas são organizadas em série.

Em geral o produtor levanta bem cedo. Por volta das cinco horas da manhã o gado leiteiro é recolhido no curral, até às nove horas já se tirou o leite. Em seguida fornecem a ração à base de capim, silo ou cana. Após o almoço há capinas, roça de pastos, reparos de cercas, corte de cana ou capim, tratos culturais das plantas. Alguns produtores ordenham o gado à tarde, em seguida corta-se capim ou cana para triturar no dia seguinte, depois vêm a limpeza do curral e o recolhimento do esterco. Cuidados com máquinas e ferramentas são feitos nos intervalos de almoço e aos domingos. O planejamento do trabalho, negócios e distribuição das tarefas são feitos à noite ou no horário das refeições. As discussões sobre a gestão dos negócios também são feitas nessas horas.

3.4.1 Administração dos estabelecimentos

A produção visa a atender basicamente às necessidades da família, em termos de alimentação, além de gerar excedentes para comercialização. Mas um produto para autoconsumo pode, em determinado momento, ser comercializado. O produtor conhece bem os preços dos produtos e dos insumos necessários à produção, faz levantamento de preços antes de efetuar uma compra, pois normalmente dispõe de poucos recursos. Compara as atividades em termos de rendimento no estabelecimento, considera a possibilidade de integração e aproveitamento de uma atividade em relação a outra. A manutenção do curral em funcionamento, por exemplo, pode estar mais associada à produção de esterco para o café ou para venda a produtores de mudas do que à produção leiteira.

Ao contrário do que geralmente se acredita, há administração no estabelecimento rural familiar. As decisões não são aleatórias ou destituídas de planejamento. Considerando um diversificado conjunto de atividades, pode-se supor inclusive que não se trata de um processo simples; há um constante monitoramento de plantas e animais, exigindo uma atenção permanente. O cálculo da quantidade de insumos necessários para o mês e o planejamento da mão-de-obra própria e contratada são cuidados constantes do processo administrativo. Para a administração da pecuária leiteira, por exemplo, a qualidade e o custo da alimentação servida às vacas leiteiras depende do preço do leite pago pela empresa compradora.

O sistema de produção que leva em conta várias atividades em um só estabelecimento requer uma qualidade de planejamento bem mais sofisticado que os sistemas especializados. É, na verdade, a combinação de vários pequenos sistemas, de forma a aproveitar o tempo, o trabalho, os recursos naturais e materiais. Demanda um conhecimento bem diversificado sobre plantas, solos, animais, máquinas, ferramentas. O planejamento e a distribuição de trabalho

devem levar em conta a sazonalidade de cada cultura: época de plantio, capina, colheita; além disso, existe a necessidade de monitorar o mercado para cada atividade.

As necessidades de uma atividade nova não podem prejudicar aquelas em andamento. A produção leiteira, por exemplo, que proporciona renda regularmente, não seria desmontada em função da criação de uma nova atividade, cujos resultados não pudessem ser avaliados previamente. Geralmente não se inicia um empreendimento se não houver segurança quanto às possibilidades de acerto³.

Uma prática bastante comum no que se refere a investimentos é a de uma atividade financiar outra; o dinheiro adquirido com a venda do café pode ser utilizado para a compra de novas matrizes leiteiras, ou a venda de um gado pode ser destinada à compra de adubos para o cafezal.

Em geral, a disponibilidade de mão-de-obra da família é um fator importante na quantidade a ser produzida. Não se expande o rebanho sem considerar as perspectivas de retorno e a possibilidade de uso da força de trabalho⁴.

No período 1998/2001 houve uma redução na força de trabalho familiar, (Tabela 9). Esse fato se explica por divisão de terras entre herdeiros, ou pelo fato de os filhos mudarem para a cidade, em busca de outras alternativas de sobrevivência.

³ Segundo Chayanov (1974), a real vantagem ou desvantagem econômica particular na unidade econômica camponesa, não se decide por um cálculo aritmético de entradas e saídas e sim pela percepção intuitiva da aceitabilidade ou inaceitabilidade econômica da iniciativa.

⁴ Qualquer unidade doméstica de exploração agrária tem um limite natural para sua produção, o qual está determinado pelas quantidades de trabalho anual da família (Chayanov, 1974).

Tabela 9 - Disponibilidade e variação da força de trabalho, no caso de Lavras, no período de 1998 – 2001

Ano	Familiar	Temporários	Permanente
1998	42	109	04
2001	36	73	07
Variação (%)	- 14,2	- 33,0	42,8

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

A redução geral no número de trabalhadores temporários nos dois períodos se explica pela redução de atividades intensivas, como o cultivo de batata, embora tenha ocorrido aumento relativo desse tipo de trabalhador em diversos estabelecimentos. Em parte, a redução da força de trabalho familiar, por vários motivos como envelhecimento, migração, implicaria num aumento do emprego de trabalhadores contratados. O emprego de trabalhadores permanentes, por outro lado, aumentou no período 42,8%. Um motivo para aumento desse tipo de mão-de-obra se deveria principalmente à redução da participação do idoso nas atividades que requerem mais esforço físico, pois mais de 60% dos pesquisados possuem acima de 65 anos de idade e recebem aposentadoria. Os dados revelam uma queda mais intensa na força de trabalho familiar e nos contratados temporários. Esta não chega a ser compensada pelo pequeno aumento ocorrido entre os trabalhadores permanentes. Essa tendência corresponde ao que ocorre em toda Minas Gerais (Ribeiro & Daniel, 1998).

O homem participa em maior proporção do que as mulheres de trabalhos, como ordenha, trato do gado, capina, operação de máquinas agrícolas. Compra de insumos, venda dos produtos e negócios de forma geral, também são

realizados pelos homens. Há produtores que dividem seu tempo com atividades não agrícolas também⁵.

Quase a metade do grupo de produtores de Lavras possui de 65 a 74 anos de idade (Tabela 10)⁶. Para essa faixa de idade algumas atividades tendem a se tornar mais difíceis. A predominância de produtores idosos gera uma necessidade maior de participação da força de trabalho dos filhos ou contratada. Dos pesquisados, apenas um não pode contar com o trabalho dos filhos, pois estes moram na cidade. Ele utiliza mão-de-obra contratada paga com a renda do sítio.

Tabela 10 - Distribuição percentual por faixa etária dos produtores do grupo de Lavras no período de 2001

Idade (anos)	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Até 24	-	-
25 a 34	-	-
35 a 44	13,3	13,3
45 a 54	13,3	26,6
55 a 64	26,6	53,2
65 a 74	46,6	99,8
75 ou mais	-	-
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 2001.

⁵ Um deles, que possui casas de aluguel, contou em entrevista que na época de construção das casas trabalhou de servente de pedreiro. Levantava às três horas da manhã, ordenhava as vacas e ia a pé para a cidade, uma distância aproximada de 6 quilômetros. Trabalhava até às duas horas da tarde e voltava a pé com tempo suficiente para fazer a ordenha da tarde. Isso durante meses, enquanto durava a construção.

⁶ Berquó & Baeninger (2000) definem como idosos os indivíduos acima de 65 anos de idade.

3.5 O trabalho da mulher, do idoso e da criança

O estabelecimento rural é importante para o produtor idoso, na medida em que ele pode ocupar seu tempo no sítio realizando trabalhos diversos, conforme sua conveniência e disposição física; isso, naturalmente, quando dispõe da mão-de-obra dos filhos, ou pode pagar um empregado. Possuem de 65 a 74 anos de idade 46,6% dos entrevistados. Ao produtor idoso não interessa recorrer a financiamentos, ampliar de alguma forma um empreendimento, correr riscos. Por outro lado sua contribuição ao estabelecimento é mais importante no que diz respeito ao planejamento, à administração e à liderança no trabalho e nos negócios. Exerce também a função de conselheiro geral, nas atividades de produção, na comercialização e principalmente na tomada de decisão sobre investimentos. Sua contribuição para o desenvolvimento do estabelecimento é bastante utilizada. Sua experiência com o uso da terra, com o trabalho e também sua perícia, quando se trata de negociar, é bastante considerada pela família. Na terra, muitas vezes, deposita parte de sua aposentadoria.

Os produtores acima de 65 anos, que representam 46,6% dos entrevistados e que têm filhos residindo e trabalhando no estabelecimento (83% entre os idosos), têm um papel especial em termos de trabalho, produção e administração.

Em geral recebem uma remuneração como forma de pagamento da concessão de exploração. Não se perceberam casos de conflitos entre pais e filhos por questões de sociedade na exploração. A tendência é do pai repassar o comando do sítio para os filhos que também são produtores.

3.5.1 O trabalho feminino

Apenas 28% das pessoas residentes nos estabelecimentos pesquisadas são mulheres. A mulher, mais especificamente, a esposa do produtor, tem um conjunto de atividades maior que os demais membros da família. Sua jornada

diária começa antes de todos. Levanta, prepara o café, enquanto o homem faz o desjejum ela já está tratando das galinhas, porcos, aguando a horta. Depois vai para o curral, participa da ordenha, da alimentação do gado. Em seguida, prepara o almoço. Faz a limpeza da cozinha, prepara os filhos para a escola. Depois vai cuidar da casa, providenciar alguma costura. A tarde, novamente o trato das criações e cuidados com a horta. Ao final da tarde, prepara a janta.

Há épocas do ano em que são acrescentados os trabalhos duros de capina, colheita de milho, café e feijão, uma jornada diária pode durar, segundo uma mulher entrevistada, de 4 horas da manhã às 8 horas da noite. Mesmo assim, muitas ainda conseguem tempo para fazer um doce, tecer um tapete, fazer algumas costuras, ou fazer queijos para o marido vender na feira.

O conforto e o apoio propiciado pelo trabalho da mulher é fundamental para a vida na propriedade. A ausência dela pode inviabilizar um empreendimento rural familiar. No entanto, as atividades predominantemente desenvolvidas por elas, como atividades domésticas, alimentação de pequenos animais, cultivo de hortaliças não são remuneradas e apenas um produtor declarou pagar à esposa pelo trabalho realizado por ela (Paulilo, 1987; Medeiros, 2001).

São considerados trabalhos femininos: higiene da casa, cozinhar, arrumar a cozinha, lavar e passar roupas. Os cuidados com os filhos também ficam a cargo da mulher. Do lado de fora da casa ela trata de galinhas, porcos, cuida da horta e jardins. Nos estabelecimentos em que se cultiva café ela também revolve os grãos para a secagem, estando o terreiro próximo da casa.

Alguns produtores alegaram que as tarefas domésticas são prioridade em termos de ocupação da mulher. Ela não pode abandonar esse tipo de trabalho em função de outro, mas penas 25% das mulheres entrevistadas dedicam-se exclusivamente a atividades domésticas.

A maior parte das mulheres das famílias entrevistadas tem origem rural. Isso se revela fundamental para o desenvolvimento do empreendimento familiar rural. Assim como o homem, ela tem conhecimentos importantes, como criação de pequenos animais, cultivos de frutas, ervas medicinais e hortaliças. Algumas também montam a cavalo, conduzem charretes, sabem dirigir automóvel, lidar com o gado bovino, ordenhando, prestando cuidados sanitários. Elas têm um papel amplo na construção e manutenção do estabelecimento. Várias histórias foram relatadas: histórias de mulheres que trabalharam em pé de igualdade em serviços agrícolas com o marido no princípio da vida do casal, gerando economia necessária para aquisição do primeiro pedaço de terra; mulheres com tino comercial discutindo com o marido sobre negócios, estimulando e dando coragem para comprar mais um pedacinho de terra; mulheres professoras, costureiras, artesãs, gestoras de uma “economia invisível”, importante na formação do patrimônio familiar. Mulheres domésticas zelando pelo asseio e saúde dos filhos, propiciando limpeza, conforto e beleza na morada rural. Sua jornada às vezes é muito mais extensa e cansativa. Mais importante ainda é o companheirismo, quando ela tem gosto pela vida no campo. Mas quando isso não acontece o empreendimento rural fracassa, deixa de ser familiar para ser uma atividade individual, isolada e penosa para os produtores solitários.

Entre as pessoas residentes nos estabelecimentos, 10% são crianças, possuem de 0 a 15 anos de idade. As crianças, além de estudarem, sempre fazem algum serviço no estabelecimento; recolhem o gado nos currais, peiam vacas para a ordenha, ajudam a mãe juntando alguma lenha para o fogão, tratam de galinhas, ajudam na cozinha, ajudam na panha de café, levam comida para o pai que trabalha retirado da casa. No entanto, nenhum entrevistado que tenha crianças em casa admitiu que os filhos trabalhassem. No geral, as crianças, assim como os idosos, trabalham com o que podem e quando podem. Há um

cuidado no sentido de poupar o trabalho dos filhos menores, principalmente em função das atividades escolares.

3.5.2 A força de trabalho contratada

A força de trabalho de fora da família só se contrata quando não há pessoas da família disponíveis ou em condições de realização de trabalho (crianças, adultos, doentes). A força de trabalho contratada, em geral, não substitui a força de trabalho familiar, apenas a complementa.

Os trabalhadores dos estabelecimentos mais próximos da cidade residem nesta. São em torno de 20% os residentes na área urbana. No entanto, a maior concentração desses trabalhadores é nas roças e povoados rurais. Tanto aqueles que trabalham em regime permanente, quanto diaristas, são de origem rural, representando 80% do total.

Nesses povoados forma-se um mercado fornecedor de força de trabalho para a bovinocultura, cafeicultura e outras atividades agrícolas. Um mercado que é também consumidor de gêneros alimentícios. Em regiões como o Cervo, Cajuru, Santa Cruz empregam-se também em atividades não-agrícolas, como postos de gasolina, bares e restaurantes ao longo da BR 381, atravessando o município de Lavras.

Apenas um quinto dos entrevistados utiliza força de trabalho contratada permanente. O trabalhador contratado nesse regime tira leite, trata do gado, conserta cerca, colhe feijão, capina, planta e enche silo, é empregado amplamente. Normalmente no estabelecimento em que se contratam trabalhadores permanentes, dificilmente se empregam diaristas. São estabelecimentos onde a força de trabalho familiar é insuficiente para a lida do gado. Ocorre também com maior frequência naqueles sítios que adotaram um sistema de produção com maior grau de especialização e volume de produção, principalmente na atividade leiteira.

O diarista é contratado para completar a força de trabalho familiar em trabalhos sazonais que carecem de um tempo curto e definido para sua realização, como atividades de roçar pastos, reformar cercas, colheitas de milho e de café. Ou para fazer trabalhos esporádicos que exigem algum nível de especialização, tais como serviços hidráulicos, elétricos, construções (pedreiros, carpinteiros), veterinários e agrônômicos.

A perspectiva de contratação, como já se viu, é um fator limitante na expansão de uma atividade. Há casos de produtores que, definitivamente, não aumentam a produção para não ter que contratar. Dependendo do volume de leite produzido, o valor do pagamento a um retireiro pode superar o rendimento líquido do produtor. Também as dificuldades no controle da força de trabalho contratada leva o produtor familiar a evitar esse tipo de trabalho. É esse um problema típico da cafeicultura e da produção leiteira. Enfim, é um tipo de recurso que só se usa quando não pode ser evitado.

3.5.3 O associativismo no trabalho

Há também um regime de trabalho importante baseado em parcerias e iniciativas associativistas. O capital social⁷ tem uma expressão importante no trabalho entre essa categoria de produtores, no município de Lavras. Os mutirões são bastante empregados em colheitas, preparo de silagens, capinas. Ocorrem mais entre aqueles que não contratam mão-de-obra. O esquema é denominado entre eles de troca de serviços. Todos trabalham na colheita de cada um. O dia de trabalho é pago com outro dia de trabalho em qualquer atividade. Se ocorre alguma dificuldade para se pagar com trabalho, estabelecem um esquema alternativo de pagamento na forma de dinheiro. O indivíduo paga em dinheiro,

⁷ Putnam (1996) e Abramovay (1998a) descrevem capital social como uma rede de relações de confiança que facilita a cooperação e a coordenação entre os indivíduos, para benefício mútuo. Compõem o capital social as características culturais de uma comunidade que levam seus membros a cooperarem na solução de problemas comuns.

ao preço corrente do dia de serviço assalariado rural que vigora na região. Muitos foram trabalhadores rurais, possuem uma visão de um outro ponto de vista sobre trabalho rural, chegando facilmente a um consenso sobre o que seria um preço justo.

Na região do Cervo existe uma família de seis irmãos que, além de vizinhos, são sócios na venda do café e do leite. Cogitam adquirir um tanque de expansão para funcionar coletivamente entre eles. Periodicamente reúnem-se na capela da comunidade (construída na propriedade de um deles) para discutir problemas ligados à produção e comercialização do leite e café. Através de um sistema de troca de serviços produzem, sem mão-de-obra contratada, café, milho e leite.

Outro fator ponderador de investimento ou de ampliação da produção é a necessidade ou não de recorrer a crédito bancário. Metade dos entrevistados nunca usou crédito para investimentos ou para custeio de qualquer atividade no estabelecimento, o endividamento é evitado. A maior parte dos financiamentos foi feita nas décadas de 1970 e 1980. O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) também foi utilizado, no período de 1996 a 2001.

Os investimentos que não trazem retorno financeiro direto ao estabelecimento, como é o caso do tanque de expansão, são protelados ao máximo. Nenhum produtor entrevistado possuía o equipamento, apenas um mostrou-se interessado em adquiri-lo. Consideram-no desnecessário.

3.6 Relações entre os produtores e o agronegócio no município de Lavras

Existem várias opções de negócio para o leite, para o pequeno produtor de Lavras. Compondo um grupo de alternativas estão as agroindústrias: uma cooperativa, um laticínio de grande porte, vários laticínios médios ou pequenos, legais ou clandestinos, a venda do produto in natura na rua, a indústria

doméstica e o autoconsumo (Tabela 11). O que se observa neste estudo é que as políticas implementadas pelos laticínios levaram os pequenos produtores de Lavras a tomarem outras direções distintas da integração e sujeição. Apostam em outras atividades negócios não agrícolas ou a diversificação.

Numa economia agrícola relativamente diversificada, como a dos pequenos produtores de Lavras, políticas de preço e qualidade não apresentaram resultados em termos de estimular a modernização da atividade leiteira. A pressão para adoção de tecnologia e adequação da estrutura produtiva que se daria pela política de preços que valoriza a quantidade fornecida e, principalmente, pela assistência técnica, não tiveram efeito sobre esse segmento de produtores.

No que se refere às ações dos laticínios não foram identificados programas de estruturação e de desenvolvimento da atividade produtiva importantes ou parcerias relevantes. Não houve, definitivamente, entre esses produtores, no período estudado, nenhuma recorrência sistemática à assistência técnica com intuito de buscarem produtividade ou volume de produção e, conseqüentemente, de se adequarem às políticas tecnológicas propostas por um ou outro laticínio.

Conforme a opinião da maioria dos entrevistados, o relacionamento geral com as empresas a montante e jusante da atividade produtiva não ultrapassa o interesse comercial direto. As relações se orientam por políticas e ajustamentos estratégicos administrativos que mudam constantemente em ambas as partes. Prevaecem as regras de mercado para a compra e venda. Não há muita fidelidade na comercialização do produto, permitindo uma informalidade vantajosa para ambas as partes, dentro de um processo de oportunismo recíproco.

Tabela 11 – Distribuição percentual das opções de negócios para o leite entre os produtores do grupo de Lavras no período 1998 e 2001

Opção de negócio para o leite	1998		2001	
	Produtores (%)	Acum. (%)	Produtores (%)	Acum. (%)
Cooperativas	28,57	-	28,57	-
Laticínio de grande porte	14,28	42,85	21,42	49,99
Pequenos e médios laticínios	35,71	78,56	28,57	78,56
Indústria Doméstica	14,28	92,84	7,14	85,70
Venda do produto na rua	7,14	99,98	7,14	92,84
Autoconsumo	0	0	7,14	99,98
Total	100	0	0	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Lavras, 1998 e 2001.

Negociam com cooperativa 28,57% dos produtores do grupo, não ocorrendo alteração no período 1998/2001. A cooperativa compra uma quantidade diária que varia de 120.000 a 40.000 litros diários, na safra e na entressafra. O relacionamento comercial com os cooperados fornecedores, em alguns aspectos funciona da mesma forma que em outros laticínios, a começar pelo sistema de pagamento do leite, para o qual é considerado o critério de volume. Neste, o preço unitário (preço/litro) depende do volume diário total entregue; quanto maior o volume diário fornecido, maior o preço unitário recebido⁸. A maioria dos produtores entrevistados não entende esse critério

⁸ Tal sistema foi implantado em vários laticínios e cooperativas do Brasil a partir do início da década de 1990 com o propósito declarado pelas lideranças de incentivar o aumento da produção. Apresenta ainda uma justificativa técnica de que tal diferença seria para compensar a operacionalização burocrática que seria a mesma para grandes e pequenos volumes. Embora seja contraditório à própria legislação cooperativista brasileira, é adotado por um grande número de cooperativas.

como estimulante à produção e considera-o injusto, por privilegiar os grandes produtores.

A cota de fornecimento é definida na entressafra: todo volume acima da cota entregue no período da safra, recebe um preço menor. Também o sistema de cotas de fornecimento, praticado pela cooperativa, foi considerado um desestímulo pelos pequenos produtores que trabalham com um nível menor de especialização. Obriga a quem quiser receber um preço estável durante todo ano, a fazer investimentos em alimentação do rebanho leiteiro durante a entressafra, coisa que o pequeno produtor descapitalizado não pode fazer. Há, entre os produtores do grupo, quem deixa de negociar com a cooperativa devido à adoção desse sistema.

O sistema de convênios médicos, odontológicos, com lojas e outros serviços não são utilizados pela maioria desse grupo de produtores. Um entrevistado relatou que, quando precisa, consegue acesso a esses serviços por intermédio de um associado com quem tem amizade. De fato é muito comum esse recurso informal na utilização dos serviços de cooperativas.

Por outro lado, não há muito rigor no cumprimento das determinações estatutárias por parte da administração da cooperativa quanto à entrega da produção para empresas concorrentes. Os produtores entrevistados, que são sócios da cooperativa, o fazem com relativa facilidade. Nota-se que a garantia de negócio com a cooperativa permite aos produtores tentarem outros canais de comercialização, e no caso de não dar certo, é fácil voltar. Na verdade haveria um princípio de fidelidade por parte da cooperativa na medida em que ela continua negociando com aquele produtor que vende parte da produção para empresa concorrente. Esse aspecto talvez fosse outro diferencial da cooperativa, favorável ao produtor.

Mesmo assim a cooperativa é percebida pela maior parte desses produtores com indiferença em termos da sua natureza institucional. No geral, é vista como uma empresa qualquer, igual às outras que operam na região.

O laticínio de grande porte é aquele que recebe e processa acima de 200.000 litros diários; está representado em Lavras por apenas uma empresa. Houve um aumento do número de produtores que optaram pela comercialização com este tipo de empresa no período de 1998/2001; esta alteração se deveu ao fato de essa empresa ter assumido o lugar de um laticínio do município de Perdões, que faliu.

Esses laticínios adotam como política de preço, a média da safra e da entressafra. A ausência de contratos e a impessoalidade nas relações entre os grandes laticínios e os pequenos produtores permitem a estes uma facilidade de trânsito de entrada e saída como fornecedor a qualquer hora. Por outro lado, outros produtores consideram desvantajosas essas condições de negociação, na medida em que, no final, não ficam sabendo sequer quem pesa, recolhe e lhes paga o leite. Os produtores não conhecem os diretores, gerentes ou funcionários da empresa, recebem o pagamento do leite diretamente das mãos do carreteiro e através dele encaminham suas reclamações. Também há convênios com lojas de insumos agrícolas, médicos, dentistas, farmácias, o que é valorizado por uns e desprezado por outros. Para aqueles há benefício em se poder descontar compras e serviços na folha de acerto do leite com prazos que variam de 30 a 50 dias; para estes é uma porta para o endividamento.

O diretor da empresa entrevistado disse que existe uma “parceria” entre os grandes e médios laticínios no sentido de distribuir os produtores que ainda trabalham com latões, viabilizando as linhas. O produtor que não serve para uma empresa, em função da sua localização, serve para outra. Tal prática evidencia uma política de relacionamento bem diferente daquela descrita pela literatura, onde haveria pressão sobre os produtores.

Os pequenos e médios laticínios caracterizam-se, neste estudo, por uma capacidade média de coleta, recepção e processamento de até 50 mil litros de leite por dia. Legalizados ou informais, muitas vezes, por trabalharem com capacidade ociosa, normalmente não desprezam a pequena produção. No período estudado houve uma redução em torno de 20% no número de produtores que comercializavam com esse tipo de empresas.

O proprietário de um dos pequenos laticínios afirmou que não utiliza o sistema de pagamento em função do volume fornecido. Segundo ele, é equivocado adotar esse sistema em um contexto de escassez da matéria-prima e, ademais, a empresa não considera justa tal política, pois o pequeno produtor apresenta geralmente um comportamento fiel em relação à empresa. Haveria uma intensidade de contato social maior entre os empresários e os produtores, criando-se um compromisso tácito recíproco. A informalidade torna possível, por exemplo, que um produtor venha ao laticínio informar que no próximo mês não vai poder fornecer o leite e quais seriam os motivos para tal. Os problemas são resolvidos individualmente, há esquemas de empréstimos financeiros informais, observa-se algo próximo do que seria uma parceria.

Há um caso no qual um laticínio de médio porte resolvera abandonar uma linha de captação de leite; um de seus funcionários pediu as contas e montou naquela região um pequeno laticínio. Recebeu de imediato o apoio dos produtores que lhe forneceram toda a produção leiteira. Quanto à questão da ilegalidade que possa haver em um ou outro laticínio, ela não afeta o produtor. Neste caso não seria restrição como canal de comercialização.

No geral, independente do porte ou do tipo da empresa, os produtores entrevistados valorizam principalmente a assiduidade no pagamento. A renda obtida com a venda do leite muitas vezes é utilizada para pagamento de despesas da residência e do sítio como energia elétrica e mão-de-obra de trabalhadores em regime de contrato permanente. Neste sentido a adimplência é uma condição

fundamental para se manterem fiéis a uma empresa independente da política de preços. Mas há casos também de os produtores mudarem de empresa compradora em função da diferença no preço do leite. Em determinado momento um laticínio apresenta uma proposta melhor e o produtor passa então a entregar-lhe o produto. Não existe a menor preocupação pelo que possa ser chamado de fidelidade. Dos produtores entrevistados 64% mudaram de empresas compradoras de leite de 1998 para 2001. Vários motivos foram alegados: 21% foram vítimas de um laticínio que operava na região e faliu, deixando de pagar aos seus fornecedores. Outros motivos são mal funcionamento ou desestruturação da linha de leite e diferença de preço. A oferta de alguns centavos a mais por um laticínio concorrente pode significar uma variação importante na renda, principalmente para aqueles que produzem um volume maior. Um aumento de dois centavos representa no final do mês um acréscimo de R\$ 60,00 na renda de quem produz 100 litros diários.

Há também quem se habituou a trabalhar com uma determinada empresa, conhece os diretores, muitas vezes o pai ali também comercializava. O aspecto da convivência e confiança mútua tem um valor muitas vezes acima da política de preços.

Em síntese, não se pode pressupor uma racionalidade totalmente econômica nas relações entre esses produtores e os laticínios. Não há, ao contrário do que diz a literatura, uma pressão das indústrias sobre esse segmento de produtores no sentido de transformação de seus sistemas produtivos, ou de adoção de novas tecnologias e equipamentos, pelo menos no município de Lavras. A inexistência desse fenômeno pode ser apresentada também a partir da análise de informações sobre o que se passa com o novo processo de coleta de leite nos estabelecimentos rurais do município. Há casos de empresas que já fazem a coleta de aproximadamente 90% da produção através de caminhões isotérmicos, enquanto 10% apenas de seus fornecedores adquiriram tanques de

expansão; ou seja, os caminhões isotérmicos “modernos” coletam leite nos “antigos” latões. Vários produtores disseram que não receberam nenhuma exigência, sequer uma proposta por parte dos laticínios no sentido de aquisição do equipamento⁹.

Um executivo de um laticínio que trabalha com pequena quantidade de leite e produz queijo de alto padrão de qualidade (queijos finos) argumenta que o tanque de expansão é totalmente dispensável em termos de melhoria da qualidade da matéria-prima. Os antigos tanques de imersão têm atendido perfeitamente às necessidades do laticínio. Ele explica que, se há problemas de qualidade devido à higiene na propriedade, tanto faz colocar o leite impuro num tipo de tanque ou em outro. Relata que entre os seus fornecedores há aqueles que obtêm menor contagem de células somáticas operando tanques de imersão, ao passo que muitos produtores que possuem tanques de expansão fornecem um leite de menor qualidade. Acredita que o controle de qualidade deve ocorrer no produto final, pois os laticínios possuem meios de tratar o leite que vem da fazenda, inclusive através da pasteurização¹⁰.

Neste caso é o Estado, e não o complexo agroindustrial, quem está definindo o perfil tecnológico da produção. Na verdade, no município de Lavras, importante bacia leiteira de Minas Gerais, também coleta-se o leite através de caminhões isotérmicos, mas retirando diretamente dos antigos latões acondicionados em resfriadores ou tanques de imersão. Trata-se, portanto, de um processo de adaptação que está longe da modernização operada pelo tanque de expansão. Este fenômeno é um ajustamento operacional da tecnologia às

⁹ Duas das empresas pesquisadas possuem convênio com fabricante para viabilizar a venda de tanque, uma iniciativa que é mais do fabricante, para facilitar as vendas. De fato, esse convênio facilita bastante a aquisição definindo um número enorme de parcelas para pagamento de um equipamento que pode custar até R\$ 8.000, 00.

¹⁰ Este entrevistado considera a imposição legal de granelização equivocada. Para ele o governo deveria estabelecer padrões de qualidade e não determinar a tecnologia a ser utilizada para a obtenção da qualidade. Isto a seu ver é um problema das empresas.

condições práticas, reais e possíveis da realidade dos produtores e dos laticínios num mercado francamente competitivo e com uma série de opções abertas para produtores rurais. Um processo inverso ao que apontam os estudos sobre a questão¹¹.

Outro laticínio, de porte médio, demonstra certa cautela na forma como conduz o processo de implantação da coleta a granel. Tal inovação não se tem tornado uma exigência fundamental no relacionamento com seus fornecedores. Segundo declaração de um de seus diretores, o processo gera um aumento de custos para o laticínio, devido à incidência de valores adicionais nos preços pagos pela matéria-prima, na forma de bonificação, ou como pagamento ao produtor pelo resfriamento na fazenda¹².

A implantação do sistema de coleta a granel por força de lei e a idéia de uso de tanques de expansão por parte dos produtores, quando confrontadas com a argumentação dos produtores e empresários entrevistados, levam a pensar que se trata de uma medida para favorecimento da indústria à montante da agropecuária apoiada em um arranjo institucional, uma prática que sempre foi comum no agronegócio brasileiro em suas parcerias com um Estado favorável a uma política liberal globalizante.

Há uma parcela expressiva, um quinto dos produtores do grupo, que produz para autoconsumo, faz queijos ou negocia diretamente na cidade o leite in natura. São produtores que têm baixa produção, uma média de 20 litros diários, um volume que, segundo um entrevistado, não vale a pena ser negociado

¹¹ Na verdade, a portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (número 56 de 07 de dezembro de 1999) está ainda em processo de licitação pública para aperfeiçoamento e não descarta a possibilidade de retornar o uso de latões e tanques de expansão em algumas circunstâncias.

¹² As pequenas e médias empresas de laticínios não têm capital para fazer isso de uma vez, como sugerem alguns técnicos e autoridades do agronegócio do leite no Brasil, comenta o entrevistado. Por esse motivo ele considera que a granelização não deve ser conduzida sob pressão e sim lentamente, respeitando as condições econômicas das empresas e dos produtores menos capitalizados.

com empresas de laticínios. Recorre-se à uma lógica simétrica e semelhante a que adotam as empresas que alegam não ser interessante também negociar com pequenos volumes de leite. Um produtor, depois de fazer e vender queijos por três anos voltou a fornecer leite para a cooperativa. Ele utilizava o carro próprio para a entrega. Segundo ele a elevação do preço do combustível aumentou muito o custo da entrega do produto à clientela, inviabilizando o negócio.

Com a renda do queijo, outros produtores mantêm as vacas (compra de ração e sal mineral) e ainda aproveitam o soro para a criação de porcos. Na produção e comercialização de queijo o produtor tem total controle sobre o negócio, inclusive sobre o volume a ser produzido, utiliza força de trabalho própria e da família e o relacionamento com a clientela é pessoal e direto. Há restrições legais e fiscalização sanitária sobre os laticínios domésticos, mas nada que uma orientação técnica e um investimento mínimo não possam tornar o empreendimento familiar mais rentável e de maior qualidade. Dados da pesquisa “Estrutura de mercado de produtos lácteos no município de Lavras” sobre a qualidade do leite tipo B, C e sem inspeção, realizada em Lavras, demonstraram a ausência de microorganismos patogênicos nas amostras analisadas. A pequena produção não se inviabiliza pelo baixo volume, muito menos pela qualidade. A higiene referente a um pequeno volume de leite, manipulado pela mão-de-obra familiar, é mais fácil do que em relação a grandes volumes manipulados por trabalhadores contratados na grande produção (Borges Júnior, 2001).

3.7 Relações comerciais para outros produtos agrícolas

O pequeno produtor de leite de Lavras é, também, em proporção não menor, produtor de café, milho, feijão, hortaliças e carne bovina. Sua estrutura de produção é diversificada em função da pequena extensão de terra e da variedade necessária para o autoconsumo.

Quase 60% dos entrevistados cultivam café no período analisado. A área total de produção de café foi reduzida em 57,4%. Os principais motivos alegados pelos entrevistados são receio de implicações legais em relação à mão-de-obra contratada e à indisponibilidade de mão-de-obra de familiares que mudaram para a cidade. Os principais canais de comercialização do café são: cooperativa, corretores e torrefadoras.

O milho também teve queda na produção total do grupo de produtores entrevistados. Reduziu em 12,7% de 1998 para 2001 (Tabela 12). Essa redução explica-se pelos casos em que parte da lavoura foi ensilada. Os canais de comercialização do milho são: supermercado, cooperativa, fábrica de fubá. Mas, 71,4% dos produtores utilizam-no na alimentação de porcos, galinhas e gado bovino.

3.8 Importância estratégica de negócios não agrícolas

O primeiro ponto a ser abordado quando se trata da importância de atividades não agrícolas refere-se ao fato de elas serem desenvolvidas pelo produtor e por mais pessoas da família.

Tabela 12 - Percentual de área dos estabelecimentos do grupo de produtores de Lavras ocupadas por produto em 1998 e 2001

Produtos	1998	2001
Café (hectares)	47	20
Milho (hectares)	82,5	72
Totais	154,5	67

Fonte: Pesquisa de campo, Lavras, 2001

O meio rural de Lavras se apresenta favorável para atividades não agrícolas. A atividade leiteira com baixo grau de especialização permite

intervalos de folga que podem ser aproveitados para realização de trabalhos agrícolas ou não. Quase um terço dos produtores possui alguma atividade não agrícola para geração de renda. As atividades citadas foram construção civil, aluguel de imóveis urbanos¹³, comércio (bar e hortifrutigranjeiros), extração de pedras para construção civil (pedreira). Essas atividades foram declaradas secundárias em termos de fonte de renda, mas por outro lado representam importantes fontes de investimentos pessoais e patrimoniais. A renda obtida com essas atividades é investida no estabelecimento rural aumentando o patrimônio e, conseqüentemente, a capacidade de geração de renda agrícola. Os excedentes de renda agrícola, por sua vez, retornam na forma de investimentos em atividades não agrícolas, criando-se um ciclo de reconversão produtiva extremamente eficaz em termos de sobrevivência. A força de trabalho familiar, em esquema de revezamento, permite o desenvolvimento, com eficiência, de atividades distintas sem comprometer o desempenho de cada uma.

¹³ Considerando que esta atividade demanda um mínimo de envolvimento no sentido de administrar a alocação e providenciar manutenção ao imóvel.

4 DIVERSIFICAÇÃO NA PECUÁRIA: O CASO DE BOM DESPACHO

4.1 A pequena produção leiteira de Bom Despacho

Em Bom Despacho foram observados dois tipos de estrutura de estabelecimentos rurais entre os produtores do grupo de Bom Despacho. No primeiro caso, quando se trata da residência do produtor e de sua família, há uma tendência de se manter ali uma produção mínima para autoconsumo. Neste sentido, constrói-se uma estrutura de produção em torno da moradia: pés de frutas, horta, galinheiro e chiqueiro. Para delimitação do terreiro ou da área da horta usam-se cercas feitas com arames e taliscas de bambu; pequenos galpões abrigam ferramentas e insumos.

Alguns constroem uma casa mais simples na roça e uma de melhor qualidade na cidade. Geralmente as casas do estabelecimento rural são feitas em alvenaria, telhado de telhas francesas, engradamento de madeira de lei e sem forro interno. As portas e janelas geralmente são de madeiras. No entanto, algumas casas apresentam um padrão semelhante ao da cidade (laje, revestimento cerâmico, portas e janelas de metal e vidro). No interior há um fogão à lenha, um ou dois quartos para dormitório. Não faltam eletrodomésticos como televisão, aparelho de som e geladeira.

Há uma parcela de aproximadamente 10% morando na cidade. Estes, interessados em um maior nível de especialização, não produzem para autoconsumo; neste caso, a estrutura e o conjunto das instalações rurais obedecem unicamente ao propósito da produção leiteira. A estrutura é mais simples, existindo somente uma casa e um curral. Apenas uma construção serve de moradia e de galpão para guardar insumos, ferramentas e tralha para tração animal. Com exceção do galinheiro (todos os entrevistados criam galinhas) não se vêem nesses estabelecimentos, hortas, pomares ou chiqueiros. O produtor ali

pousa uns três dias por semana. O local é tratado como uma moradia provisória e precária.

As instalações destinadas à produção ficam próximas da moradia. O curral é simples, feito de engradamento com telha francesa e piso de terra batida, geralmente com tronco para embarque e manejo do gado. No galpão do curral faz-se uma divisão. Uma área pequena para os bezerros e outra área para a ordenha sempre manual. Há cochos instalados do lado de dentro do curral, que é para as vacas comerem enquanto são ordenhadas e do lado de fora para alimentar o rebanho solteiro. Os bebedouros e cochos de sal são localizados próximos ao curral e também nas áreas de pastagens. Para a produção de ração utiliza-se um triturador de capim, cana e milho tocado à energia elétrica ou através de motores a óleo diesel.

O capim ou cana é cortado e transportado até a máquina por charrete, as capineiras e canaviais são plantados próximos às instalações de trabalho. No caso daqueles produtores que utilizam silagem, esta fica também perto das instalações. A silagem é coberta com lona plástica e cercada com tela impedindo a entrada de animais domésticos. A divisão das pastagens obedece a alguns critérios. Alguns produtores não gostam de deixar o rebanho passar a noite nos piquetes, pois pisoteiam o capim. O gado, neste caso, é manejado de forma tal que pasta por algumas horas e depois é conduzido para uma área onde passa a noite e deixa esterco para ser posteriormente recolhido.

Nos casos em que o produtor possui mais de um estabelecimento, um comporta o gado leiteiro e o outro é destinado ao gado solteiro. Há também nesses casos produtores que poupam a pastagem de um dos estabelecimentos para a produção de leite na seca.

O tanque de expansão ainda é um equipamento pouco utilizado pelos produtores do grupo; apenas 23,6% o possuem. Vários motivos foram alegados para não adquiri-lo: alguns utilizam o tanque do vizinho pagando uma taxa,

muitos pararam de produzir leite ou passaram a produzi-lo somente para a despesa, outros alegam que a produção é pequena e não compensa investir na compra de um “equipamento caro”.

4.2 Perfil sócio-econômico dos produtores do grupo de Bom Despacho

Todos os produtores entrevistados têm origem rural, são filhos de agricultores e trabalham na atividade agropecuária desde a infância, são naturais de Bom Despacho ou de municípios vizinhos. Há apenas uma mulher entre eles. Quase a metade possui idade até 50 anos, conforme dados na Tabela 13. O nível de escolaridade predominante entre eles é o primeiro grau incompleto, que compreende 76,1% do grupo (Tabela 14).

Declararam como profissão produtor rural 71,4%, mas também se denominam sitiantes, fazendeiros e lavradores. Essa última terminologia é mais comumente empregada pelos que já foram ou ainda são diaristas rurais. Quase um terço declarou outras profissões como carpinteiro e taxista.

Os idosos, acima de 65 anos, representam mais de um terço do grupo, quase a metade recebe aposentadoria (Tabela 16). A grande maioria vive no estabelecimento (85% deles) e, com exceção de 01 (um) entrevistado, todos realizam algum trabalho no estabelecimento.

Tabela 13 - Idade dos produtores do grupo de Bom Despacho por faixa etária em 2001

Idade (anos)	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Até 40	14,3	14,3
41 a 50	33,3	47,6
51 a 60	19,0	66,6
61 a 70	23,8	90,4
Acima de 70	9,6	100
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 2001

Tabela 14 - Escolaridade percentual por faixa de idade dos produtores do grupo de Bom Despacho em 2001

Escolaridade	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Não frequentou escola	9,5	9,5
Primeiro Grau incompleto	76,1	85,6
Primeiro Grau completo	9,5	95,1
Segundo Grau completo	4,7	99,8
Superior	0	99,8
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho 2001

4.3 A Família

A família do pequeno produtor de leite de Bom Despacho tem poucas crianças. A população jovem, de 16 a 30 anos, representa 44,8%; 15,5% possuem até 15 anos de idade (Tabela 15). Os jovens até 20 anos representam

37,9%. Os filhos acima de 30 anos representam 40% do total e 23,5% não possuem filhos. Aproximadamente 50% são homens e 50% são mulheres. O número médio de filhos por família é de três.

Tabela 15 - Idade dos filhos dos produtores do grupo de Bom Despacho, por faixa etária em 2001

Faixa etária	Idade (anos)	Percentual (%)	Percentual acumulado (%)
Até 10	03	5,2	5,2
De 11 a 15	06	10,3	15,5
De 16 a 20	13	22,4	37,9
De 21 a 30	13	22,4	60,3
De 31 a 40	14	24,13	84,43
Acima de 40	09	15,5	99,93
Total	58	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 2001.

Os filhos moram no estabelecimento rural quando são crianças e precisam da companhia dos pais. Mas a tendência é de as crianças mudarem-se para a cidade para poderem estudar. Para isso quase todos (83,3% dos entrevistados) possuem uma residência urbana. Neste caso, a mulher fica na cidade durante a semana em companhia dos filhos e, aos finais de semana, vão todos para o sítio.

Para aquelas famílias que vivem no sítio, a residência urbana serve para hospedar membros da família quando tem que passar uns dias na cidade e atende aos filhos adultos solteiros que lá trabalham. Quando estes se casam, a casa é desocupada e alugada para terceiros, criando-se uma nova fonte de renda. Consome uma boa parte da renda da família na sua manutenção: despesas com água, energia, telefone. A residência urbana é um recurso importante para a

família do pequeno produtor, há casos em que se vendeu parcela de terra para adquiri-la.

O estabelecimento rural não é muito importante para ocupação dos membros da família. O percentual de pessoas da família que trabalha no estabelecimento alcança 36,8%, e em apenas 17,6% das famílias entrevistadas os filhos vivem e trabalham no estabelecimento. O emprego na cidade é visto como alternativa mais segura: a parca renda gerada pela produção leiteira, a área pequena (83,3% dos estabelecimentos possuem até 50 hectares), a falta de perspectivas para a diversificação produtiva fazem com que somente produtores mais velhos, mais experientes, adaptados à rotina da produção leiteira e com bastante habilidade para negociar possam ali se manter, ainda sim, com um padrão de vida simples.

Os filhos, ou porque conseguem renda maior em outras atividades, ou porque o estabelecimento rural não tem ocupação para eles, ou porque já se acostumaram a padrões culturais urbanos, não se dispõem a enfrentar a vida na roça no estilo dos pais, preferem estudar ou arranjar emprego na cidade. A especialização na pecuária também reduz a possibilidade de trabalho no estabelecimento; trabalha-se como retireiro ou então vai-se para a cidade.

Foram observados apenas três casos em que os filhos adultos permaneceram no estabelecimento. Dois jovens conseguiram, com a ajuda do pai, formar um rebanho produtivo em leite e bezerras, dispõem de muita pastagem e não empregam mão-de-obra contratada; o pai encaminha os negócios e ao final do ano fazem um acerto. Pelo que informaram, o gado de corte vai aumentando e a produção leiteira também. No outro caso trata-se de dois irmãos com deficiência mental; aprenderam a lidar com gado, gostam do que fazem, ocupam o tempo satisfatoriamente na lida do sítio da mãe e dali não querem jamais sair. São aposentados e não precisam da renda da atividade rural.

O terceiro caso é representado pela irmã desses dois indivíduos que é quem comanda o sítio.

No entanto, grande parte do patrimônio das famílias foi adquirida com a economia do estabelecimento rural, mais baseada nos gastos que se evitam do que na lucratividade. As terras foram adquiridas, muitas vezes, através de um longo e árduo trabalho braçal dos pais e de muitas gerações anteriores, na atividade agropecuária. Possuir terra, também, é uma condição valorizada por todos os membros da família. Mesmo aqueles indivíduos que foram para a cidade e hoje gozam de uma situação econômica boa, nutrem pela velha morada rural um grande apego. Ali se reúnem aos finais de semana. O estabelecimento tem uma importante função de integração social: atividades lúdicas e de lazer. A produção de alimentos de qualidade, como frangos, ovos, hortaliças, carne de suínos, naqueles sítios em que há produção para autoconsumo, é uma função valorizada pelos membros da família. As residências dos filhos solteiros e casados são abastecidas com alguns produtos vindos do sítio.

O estabelecimento rural possibilita, também, um acúmulo de patrimônio (reses) importante para acudir em situações de emergência. Em depoimento, alguns entrevistados falaram de venda de gado para custear tratamento médico, problemas de doenças na família. Gado troca-se facilmente por veículo, imóveis, terra e outros bens.

4.4 Sistemas de produção agropecuária

O sistema de produção agropecuária no município de Bom Despacho atende basicamente a dois mercados distintos: de reses de corte e de leite. A estrutura fundiária apresenta 83,3 % dos estabelecimentos com até 50 hectares (Tabela 16). A produção pecuária em pequenas áreas necessita do uso permanente de forrageiras, visto que há pouca área para pastagens. Neste caso, o custo de produção tende a aumentar, devido à necessidade de plantar, adubar e

dar tratos culturais às forrageiras. Além disso há a necessidade de manejar e alimentar o gado nos cochos o ano inteiro. Em se tratando de um gado mais especializado para a produção leiteira, esses custos tendem a ser maiores ainda, devido aos gastos com medicamentos e à depreciação no valor dos bezerras.

A grande maioria dos produtores desse grupo não se especializou na atividade leiteira, mas sim na atividade pecuária. Assim como a atividade leiteira, a produção de gado de corte e para negócios é bastante expressiva entre eles. Alguns se especializaram em produção leiteira por um tempo, mas logo voltaram ao sistema leite e animais de negócio.

Em relação à genética do rebanho todos tendem a implementar uma forma de diversificação racial, cruzando reprodutores mestiços ou azebuados com novilhas com maior grau holandês. Essa é uma estratégia ligada à lógica de quem comercializa leite, carne e animais para negócios, além da produção leiteira. O gado mestiço dá mais rendimento em peso e tem mais aceitação no mercado local.

No período analisado quem tinha touro holandês puro dispôs, por representar perigo para as pessoas, por causa do custo de manutenção e também porque seus filhotes têm restrições de preço no mercado local. Um bezerro holandês, ou com alta proporção de sangue holandês, pode valer até 30% menos que um mestiço ou zebu. Os touros de raça zebu e os mestiços são os predominantes (zebu: 41,2%, mestiço 41,2%).

Tabela 16 - Grupos de área total dos estabelecimentos rurais pesquisados no município de Bom Despacho em 2001

Área total (hectare)	Percentual (%)	Acumulado (%)
Ate 10	11,1	11,1
11 a 20	44,4	55,5
21 a 50	27,7	83,3
51 a 100	16,6	99,8
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 2001

Naqueles estabelecimentos muito pequenos o produtor utiliza o touro do vizinho emprestado, pois o touro, segundo informaram, ocuparia o lugar de uma vaca ou de bezerros. Neste caso a preferência é também pelo Mestiço ou Zebu.

Adquiriram mais terras de 1995 até 2001, 35% do grupo. Analisando-se também a Tabela 17, nota-se que maior parte adquiriu suas terras através de herança (38,8%). Outros 33,3% dos produtores adquiriram terras comprando-as.

A compra de terras nesse período foi possível devido à renda obtida com atividades como carvoeiras, negócio de gado e trabalho familiar. No geral, há entre aqueles produtores que possuem áreas menores o propósito de adquirir mais terras. A pecuária, menos custosa, depende de maior disponibilidade de pastagem, implicando em maiores áreas.

Alguns produtores, cerca de um quinto do grupo, possuem suas estruturas de produção utilizada no limite de suas áreas. Nestes casos toda extensão do estabelecimento está ocupada com capineiras e pastagens e o rebanho não pode ser aumentado. O processo teria que ser intensificado requerendo mais capital. Projetos de intensificação, como o que utilizam piquetes de capins elefantes rotacionados, não deram certo na região, devido à

correlação custo/benefício, comparando-se preços de adubos com preços de leite.

Tabela 17 - Percentual de formas de aquisição de terras pelos produtores do grupo de Bom Despacho em 2001

Classificação	Percentual (%)
Herança	38,8
Herança e compra	27,7
Compra	33,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 2001.

4.4.1 Produção leiteira

Trata-se de uma atividade que proporciona faturamento regular (pagamento mensal), uma espécie de “assalariamento”, importante como complemento de renda e também como suporte econômico para a manutenção do sítio. Apenas 23,5% dos produtores pesquisados declararam a renda da atividade leiteira como a mais importante. Em relação a outras fontes de rendimento, como o comércio de gado e aposentadoria, o leite apresenta menor importância entre a maioria dos entrevistados.

Produz-se leite, também, pelo gosto da lida diária com vacas e bezerros. Há produtores que confessam não conseguir viver sem a rotina diária de uma “tiração de leite”. Quase todos os membros da família aprenderam a ordenhar vacas: o homem, a mulher e a criança. Mesmo aqueles produtores que pararam de comercializar leite, não pararam totalmente com a produção, apenas a reduziram.

O leite é produzido, também, como alimento para si e para a família, consumido cru, fervido, ou na forma de queijos. É produzido também para se

criar reses sadias, de bom peso e aspecto. Neste sentido, em termos comerciais, há casos em que o leite é considerado subproduto dentro do conjunto de explorações agropecuárias.

Houve uma pequena alteração no volume produzido nos dois períodos estudados. A produção caiu 5,3% (Tabela 18). Vários foram os motivos que levaram os produtores à redução da produção leiteira; no entanto, como motivo principal destaca-se o preço pago pelas indústrias. O preço pago a essa categoria de produtor pelos principais laticínios da região, conforme diz a maioria dos entrevistados, é muito desestimulante. Um produtor de leite, com uma produção diária até 100 litros, recebe dos laticínios locais até 35% menos pelo litro de leite que um produtor que esteja numa faixa de produção diária acima de 500 litros.

Apenas 23,5% dos entrevistados adquiriram tanque de expansão. O sistema de granelização e a exigência de se adquirir o tanque de expansão também fizeram com que muitos produtores deixassem de vender leite, reduzindo a produção ao necessário para a despesa. Esses produtores passaram a investir em outros negócios, como imóveis urbanos, gado de corte, atividades agrícolas, indústria doméstica. Quando uma determinada atividade, agrícola ou não, proporciona maior renda, a produção leiteira tende a ser substituída ou reduzida. Isso ocorre por ser a produção leiteira uma atividade que demanda uma rotina diária, sem folga aos finais de semana, feriados, ou até sem férias para o produtor.

Com a inclusão no orçamento de uma nova fonte de renda o produtor passa a se ocupar de outras atividades dentro do estabelecimento. Se não contrata assalariados, reduz-se o rebanho leiteiro e aumenta-se o rebanho para negócio. Com a aposentadoria, dispõem de mais capital e mais tempo para sair do estabelecimento para realização de negócios.

A média de produção diária do grupo caiu de 72,5 litros/dia para 68,6 litros/dia no período de 1995 a 2001. Observando-se a Tabela 19, percebe-se que

o número de produtores que em 1995 estava na faixa de produção até 20 litros diários saltou de 5,8% para 35,3% em 2001. O percentual de produtores que em 1995 estava na faixa de 51 a 100 litros diários caiu de 58,8% para 17,6 %.

Um terço dos pesquisados aumentou a produção de leite e o rebanho leiteiro de 1995 a 2001. Estes casos se dividem da seguinte forma:

- a) produtores que aumentaram também a disponibilidade de mão-de-obra familiar. Filhos alcançam idade de trabalhar, aos poucos adquirem força e domínio do trabalho. Naturalmente tal incrementação da força de trabalho resulta em aumento de produção;
- b) a contratação de empregados pagos com ajuda da aposentadoria influencia a produção, conforme ocorre com a força familiar;
- c) produtores que aumentaram o investimento na produção leiteira, aplicando tecnologia, melhorando pastagens e também a produção;
- d) conseguindo melhor preço no leite graças ao esquema de “ajuntamento”.

“Ajuntamento” é uma prática que surgiu como forma do pequeno produtor de leite obter melhor preço ofertando em conjunto maior volume. Já funcionava antes da instituição da coleta a granel e, com o tanque de expansão, permanece, possivelmente com maior operacionalidade. Há vários esquemas: sociedades entre irmãos, vizinhos, e há também produtores que compraram o tanque e o alugam para outros produtores. Há casos de especulação neste tipo de negócio, em que o proprietário do tanque cobra um preço considerado muito alto pelos entrevistados. A contabilidade é feita de forma a considerar os custos de energia e manutenção do tanque, na cobrança do “aluguel”.

Por esse sistema o preço pago ao litro de leite leva em consideração o volume de um determinado grupo que opera num mesmo tanque e não o volume individual. Utilizam esse sistema 12% do grupo. Há uma fiscalização por parte da cooperativa central que opera na região, no sentido de identificar os grupos e cancelar a todos seus membros a “bonificação por volume”. O rastreamento

dessa operação tem se tornado difícil para as agroindústrias, pois os produtores vão constantemente aperfeiçoando-a.

Essa constatação chama a atenção para outro ponto fundamental associado ao efeito de políticas de preços junto ao setor de produção de leite. A tática do ajuntamento é uma resposta mais lógica do ponto de vista do pequeno produtor a tais políticas do que o investimento em tecnologia ou em produtividade.

Tabela - 18 Percentual de produtores do grupo de Bom Despacho por faixa de produção diária de leite em 1995 e 2001

Litros/dia	1995		2001	
	Percentual (%)	Acumulado (%)	Percentual (%)	Acumulado (%)
Até 20	5,8	5,8	35,3	35,3
21 a50	17,6	23,4	29,4	64,7
51 a 100	58,8	82,2	17,6	82,3
101 a 200	17,6	99,8	11,7	94,0
Acima de 200	0	0	5,8	99,8

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 1995 e 2001.

Em relação à produtividade, há de se considerar que a produtividade média nos estabelecimentos até 50 hectares na região Central de Minas Gerais era de 5,9 litros/dia/vaca, segundo relatório de pesquisa Sebrae/Faemg (1996). Houve uma aumento de 11,3% na produtividade média do grupo, ou seja, esta passou de 4,4 litros/dia/vaca para 4,9 litros/dia/vaca no período de 1995 a 2001. Notou-se que a produtividade média do grupo pesquisado continua abaixo da produtividade da região central de Minas Gerais. A maioria dos entrevistados não se empenha em aumentar produtividade leiteira e, em 2001, a qualidade do

bezerro tem se tornado mais importante que a qualidade da vaca. A produção de gado de corte ou negócio tem apresentado maior importância para a maioria.

Tabela 19 - Evolução do volume médio de produção diária do grupo de produtores de Bom Despacho, no período de 1995 - 2001

Período	1995	1995
Volume (litros)	72,5	68,6

Fonte: Pesquisas de Campo 1995 e 2001.

4.5 Outras produções agrícolas como estratégias de reconversão

Os produtores desse grupo são pecuaristas, por isso toda produção agrícola existe em função da manutenção do gado bovino. Planta-se muito milho ou cana, visando à alimentação do rebanho. Mas o milho é também empregado na alimentação de aves, suínos e da família. Não há entre os entrevistados produção de milho para comercialização. Planta-se feijão da seca e das águas, para despesa e comercialização do excedente. Produtores que reduziram ou encerraram a atividade leiteira investiram em diversas atividades e negócios agrícolas¹⁴. Com a venda de parte do rebanho leiteiro passaram a produzir rapaduras associadas à criação de porcos, venda de frutas, frangos, ovos, mandioca para consumo direto ou para a produção de farinha e polvilho. Os compradores são pessoas e pequenos armazéns da cidade.

O queijo é um produto importante para uma parte desses produtores; além do consumo pela família, é bastante utilizado como fonte de renda. Nos

¹⁴ Descrevendo uma nova realidade dentro do espaço rural brasileiro, Silva (1996) chama a atenção para novas formas de organização da atividade agrícola como alternativa ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Pequenos nichos de negócios se formam para produtos alimentícios, através de esquema de comercialização direta, os quais têm apresentado importante proporção.

casos em que a produção leiteira é muito pequena (abaixo de 30 litros/dia), faz-se queijos para comercializar. A indústria rural em Bom Despacho, atendendo a essa categoria de produtores, é um empreendimento possível. A disponibilidade de mão-de-obra familiar na produção e a existência de mercado consumidor na cidade poderiam viabilizar o negócio. Produtos oriundos da “roça”, como doce de leite e de frutas, rapaduras e queijos, têm boa aceitação entre uma clientela urbana constituída por famílias e armazéns que compram para revender.

As perspectivas de desenvolvimento dessas atividades são limitadas em função da pouca disponibilidade de área e falta de programas e políticas públicas de apoio à diversificação da produção rural. Em geral as políticas públicas, bem como os programas implementados pela empresas locais, principalmente a cooperativa, são exclusivamente para apoio à pecuária leiteira.

4.6 Produção para autoconsumo

A produção para autoconsumo é feita com o objetivo de manutenção das residências da cidade e da roça sem despesas em dinheiro. Conforme a opinião de entrevistados, é viável se produzir para comer muita coisa, ao invés de comprar. A questão da qualidade dos alimentos também é uma preocupação comum que tem levado muita gente a produzir para comer e todos entrevistados produzem algo para autoconsumo. Os produtores que produzem pouco para autoconsumo o fazem em função de terem uma estrutura de produção mais especializada para a atividade leiteira. É bastante comum, nesse caso, comprar ovos, verduras, frangos, carne bovina e suína na cidade para levar para a roça.

Para dispor de um suprimento de carne para a família, 24% dos entrevistados abatem regularmente reses bovinas. Quando não há um animal com porte ou idade para o abate adquire-se um, dispondo de uma rês do próprio rebanho, ou ainda há casos em que o produtor compra o animal e o abate. Faz-se

também sociedade entre famílias vizinhas para aquisição, abate e partilha da carne.

Com relação aos porcos, 47% os criam regularmente. Mas há quem compra ou adquira animais já criados através de troca por outro bem. Estes recebem um tratamento rápido para engorda e logo são abatidos, mas a engorda de porco é considerada cara por alguns, devido ao preço do milho.

A produção de queijos é bastante difundida. Produzem queijos 70,5% dos entrevistados. A disponibilidade do leite torna a produção de queijos bastante fácil. Faz-se queijo também para aproveitar um leite que se tornou ácido.

Hortaliças { A produção de hortaliças para despesa é bastante importante. Possuem horta 88% dos produtores do grupo. A disponibilidade de esterco, água e a presença constante de membros da família no estabelecimento facilitam a produção de hortaliças para consumo. Uma área de 16 metros quadrados permite o abastecimento de uma família de 08 pessoas com relativa facilidade, pois o trabalho da horta não exige mão-de-obra específica. Todos os tratos culturais podem ser feitos aproveitando-se os intervalos de outras atividades, após a ordenha ou no final da tarde. A horta geralmente é feita perto da casa, facilitando o emprego da mão-de-obra da mulher, criança ou do idoso. Muitas famílias possuem nos canteiros plantas medicinais da região como: tranchagem, erva cidreira, losna, marcela, boldo, hortelã, poejo, erva-santa-maria, funcho, bálsamo, carapiá etc. Há uma preocupação geral de se produzir sem a utilização de agrotóxico.

A produção de mandioca para autoconsumo é bastante comum, 50% dos entrevistados a cultivam. É uma cultura cujos tratos são bastantes simples e exige pouca área para plantio. A farinha de mandioca é um importante componente na dieta dos familiares dos entrevistados. Para o preparo de quitandas, biscoitos e pães se usa muito o polvilho.

4.7 Gestão, trabalho e organização das atividades nos estabelecimentos

Há sociedades produtivas entre pais e filhos. Em várias famílias há negócios conjuntos, atividades diversificadas como pecuária, transporte, carvoaria, taxi, transportadora, comércio. Pais e filhos em idade produtiva se associam em negócios múltiplos. No entanto, a participação dos filhos no trabalho rural é pequena. Das famílias entrevistadas, 17,6% desenvolvem suas atividades através de sociedades. Do total de empreendimentos, 82,4% são geridos apenas pelo produtor, o pai geralmente.

4.7.1 A administração nos estabelecimentos

A totalidade dos entrevistados são, eles mesmos, responsáveis pela administração do estabelecimento. Para a administração da produção agropecuária nos estabelecimentos pesquisados é fundamental o acompanhamento e a participação do dono, inclusive nas atividades de rotina. Favorece ainda o fato de as áreas dos estabelecimentos serem relativamente pequenos.

Mas a área é também um fator limitante ao aumento da produção. Sobre este aspecto há uma consciência geral em relação às implicações de um processo de intensificação da produção. Preocupados com a necessidade de investimentos em tecnologia, formação de pastagens, plantio de forrageiras, aumento da quantidade da força de trabalho contratada, preferem manter a produção a um nível que possa ser controlado sem muito investimento. Não acreditam na possibilidade de melhoria do padrão de vida

às custas da atividade leiteira, mesmo através de um sistema de produção mecanizado¹⁵.

Do processo de decisão participa quem tem capital e quem vai entrar com a mão-de-obra. Pais, filhos, esposa se entendem sobre como vão ser divididos os custos no novo empreendimento. Quem tem uma reserva de dinheiro, geralmente entra com menos mão-de-obra. Os pais têm peso no processo pelo fato de entrar com maior variedade de recursos: capital, conhecimento prático e na maioria das vezes mão-de-obra. O filho entra com mais mão-de-obra, esta, muitas vezes de menor qualidade, pois está aprendendo. A esposa exerce bastante influência, pois além da importante contribuição no trabalho é sócia direta (casamento em comunhão de bens), possuindo poder também em outra ordem de relações fora do plano administrativo. É bastante comum ser a mulher a proprietária das galinhas. Ela tem autonomia para vender algum desses animais e aplicar no atendimento de alguma necessidade pessoal.

4.7.2 O trabalho masculino

A pecuária leiteira impõe uma rotina de trabalho padronizada ao produtor. A jornada de trabalho diária começa por volta das cinco horas da manhã e se estende até às dezoito horas. Primeiramente faz-se a ordenha, providencia-se a entrega do leite, em seguida a alimentação do gado, triturando-se capim, cana, ou carreando silagem. O esquema da troca de serviços é uma prática pouco existente em Bom Despacho. O sistema mais comum é de pagamento em dinheiro.

¹⁵ Os produtores do grupo seguem uma lógica de planejamento semelhante à descrita por Chayanov (1974), Schultz (1965), Boserup (1987) e outros em que o emprego da força de trabalho por atividade depende do rendimento financeiro e da satisfação das necessidades que esta atividade proporciona à família.

2. No. assalariada

Entre os produtores do grupo, 35,3% se empregam de forma assalariada. Na maioria dos casos são pessoas que trabalharam durante muito tempo como empregados em estabelecimentos rurais. À custa de muito trabalho e economia conseguiram comprar um pedaço de terra e trabalham fora da propriedade para complementar a renda fazendo trabalhos agrícolas ou não para vizinhos. Às vezes, por força da limitação da área, do pequeno volume de produção e da impossibilidade de outra fonte de renda, se empregam durante todo o período da seca trabalhando em estabelecimentos vizinhos. Um entrevistado disse que se vê obrigado a se empregar na época em que suas vacas estão produzindo pouco leite. Neste caso a mulher fica em casa tomando conta das poucas criações. A tarde, após o serviço, ainda faz a ordenha e outros serviços no estabelecimento. O assalariamento substituiria a renda do leite e ocuparia parte do tempo livre propiciado pela minimização da atividade.

Entre aqueles que trabalham fora do estabelecimento (23,5% do grupo) há carpinteiros e pedreiros. Aproveitam o tempo quando não há vacas paridas, ou no período das águas, quando há maior disponibilidade de pastagem e menos trabalho com o trato. Os serviços são, geralmente: o conserto de um telhado, paiol, ou a construção de uma estrutura de alvenaria como cocheiras e galpões, são importantes em termos de complementação de renda, mas não constituem de forma alguma assalariamento. Há apenas um caso de assalariamento permanente no grupo e os demais casos de trabalho fora do estabelecimento são esporádicos, não prejudicam a autonomia do produtor. Embora trabalhem de acordo com as circunstâncias acima, esses produtores também propiciam emprego temporário no período de colheita de milho e de silagem, para a capina de cana ou limpeza de pastagens.

4.7.3 O trabalho feminino

O trabalho da mulher é requisitado na residência urbana durante a idade escolar dos filhos, ou até que se casem ou se mudem. Lá ela permanece durante a semana providenciando casa limpa, comida, roupa lavada. No final de semana vai para a roça, faz uma faxina na casa, olha plantas e animais domésticos, faz algumas quitandas para a família e no Domingo, à tarde, volta para a cidade.

As mulheres que moram no estabelecimento rural cuidam das criações de terreiro (porcos e galinhas) horta e da lida doméstica. Trabalham na produção e também na gestão direta da economia familiar. Mas há histórias de mulheres que trabalharam com serviços braçais de roça, junto ao marido, participando bastante da formação do patrimônio familiar¹⁶.

Foi observado, também, em duas famílias (11,7% do grupo), o artesanato de colchas, redes, tapetes feitos através de teares. A produção artesanal possibilita à mulher renda para comprar roupas e alguns móveis.

4.7.4 O trabalho do idoso

A aposentadoria pode representar uma alteração no esquema produtivo do pequeno estabelecimento leiteira. No caso de Bom Despacho, o que ocorre é a redução da própria produção leiteira. Quando a aposentadoria chega para o produtor, geralmente ele deixa de trabalhar nessa atividade. Esse trabalho fica para os filhos, ou empregado pago, às vezes com a ajuda da aposentadoria¹⁷.

¹⁶ A mulher é responsável pela reprodução social do grupo familiar – trabalho doméstico e reprodução da força de trabalho – o que implica na responsabilidade quanto à saúde e a educação dos filhos, à manutenção da casa e do seu entorno (Abramovay & Silva, 2000).

¹⁷ Um estudo sobre o reflexo da aposentadoria na composição de renda das famílias rurais no nordeste brasileiro conclui que a ocorrência de benefício provoca uma alteração na estrutura de produção e relações de trabalho. A ocupação em atividades agropecuárias tende a cair, surgindo outras atividades econômicas. Haveria também, conforme Ferreira Irmão (2001), uma tendência a se aumentar o emprego de força de trabalho contratada ou familiar com a saída, ou redução da ocupação do aposentado na atividade. O benefício significa também uma elevação no poder de manutenção do homem no campo, reduzindo os fluxos migratório campo-cidade.

O benefício da aposentadoria, cujo valor era de R\$ 180, 00, em 2001, equivale a 720 litros de leite, considerando R\$ 0,25 o preço de um litro de leite. Isto quer dizer que a aposentadoria equivale a um aumento diário de 24 litros de leite na produção diária.

O produtor aposentado, nos casos em que gerenciou bem suas economias, possui algum recurso financeiro, patrimonial, torna-se então criador de gado solteiro. Diminui as matrizes leiteiras, às vezes, ao necessário à despesa da casa. Vai usar de seu tempo com coisas que pouco pôde fazer durante a vigência da atividade leiteira: viajar, fazer mais negócios, visitar parentes mais distantes, receber visitas, pelo menos nos sábados e domingos.

A disponibilidade surgida permite ao produtor aposentado prestar atenção e cuidar mais de outros aspectos do sítio, como por exemplo a produção para autoconsumo. Reduzindo o gado leiteiro, sobra mais tempo para cuidar das galinhas, horta, lavoura, porcos, pomar. É um tempo importante de reforço da despesa familiar. Executam trabalhos mais leves do ponto de vista do esforço físico, mas que requerem alguns conhecimentos como marcenaria, carpintaria, alvenaria, instalações elétricas e hidráulicas. O idoso com saúde e certa qualificação profissional é extremamente importante para a propriedade; dentro de um ritmo definido por ele mesmo, conserta um galinheiro, instala ou troca uma lâmpada, dirige automóveis e charretes.

O produtor idoso tem um espaço importante junto à família, ao estabelecimento e nas relações com o mercado. Em geral tem bom conhecimento de negócio de gado, goza de credibilidade comercial. Utilizando-se do “bom nome comercial” do pai os filhos vão se estruturando na roça ou na cidade.

Mas há casos em que homens e mulheres com 80 anos de idade, doentes e sem o benefício da aposentadoria, trabalham duro ordenhando, cortando cana, capim e capinando. Nessa situação se vêem obrigados à manutenção da produção leiteira, para obtenção de renda.

4.7.5 A força de trabalho contratada

Na maioria dos casos contratam-se trabalhadores para complementar a mão-de-obra familiar disponível. Os estabelecimentos que empregam um ou outro tipo de mão-de-obra contratada são 64,7%. Os estabelecimentos que empregam, simultaneamente, mão de obra temporária e permanente são apenas 5,9%. Aquelas que empregam apenas mão-de-obra contratada permanentemente representam 17,6 %. Nestes dois últimos casos trata-se de produtores aposentados ou aqueles que utilizam rendimento de outros negócios, agrícolas ou não para o pagamento de empregados. Estabelecimentos que empregam apenas mão-de-obra temporária são 52,9%. Esses casos se explicam pela existência de atividades esporádicas de plantio, colheita, silagem e capinas. O tempo de emprego desse tipo de mão-de-obra varia de 10 dias anuais a 120 dias anuais. Há quem empregue durante todo o período do trato do gado na seca, que varia de 6 a 8 meses. Mas há quem emprega uma vez no ano por uma semana para encher silo, consertar cerca, ou limpar um rego d'água.

4.7.6 A utilização de trabalho técnico

O trabalho de profissionais como agrônomos e veterinários foi pouco utilizado no ano de 2001. Houve uma significativa redução na utilização de assistência técnica no estabelecimento entre os produtores do grupo de Bom Despacho, conforme dados da Tabela 20. Em 1995, 58,5 % dos produtores utilizavam assistência técnica, prestada pela cooperativa na maior parte, e pela Emater. Em 2001 esse percentual caiu para 29,4%. Em parte, o que ocasionou essa redução foi o encerramento de um programa de assistência técnica da cooperativa dirigido para pequenos produtores, que teria funcionado até 1998. Mas houve diminuição na utilização, mesmo entre aqueles que utilizavam outras fontes desses serviços.

Muitos deixaram de receber assistência técnica porque, em busca de melhor preço para o leite, passaram a comercializá-lo com uma empresa que não presta esse tipo de serviço. A mudança de laticínios para venda do produto se apresenta como uma saída mais fácil para resolução da questão do preço baixo e contraria a teoria de que a redução de preços e a valorização do pagamento por quantidade levariam os produtores a buscarem tecnologia para aumento da produtividade¹⁸. O investimento em tecnologia torna-se um investimento fundamental em maior proporção para aqueles que mais se especializam, não sendo este o caso do grupo pesquisado.

Tabela 20 - Percentual de produtores do grupo de Bom Despacho que utilizam ou utilizaram assistência técnica por tipo de assistência, no período de 1995 – 2001

Tipo	1995	2001
	% de produtores	% de produtores
Agronômica	20,7	4,8
Veterinária	37,8	24,6
Total	58,5	29,4

Fonte: Pesquisas de Campo em Bom Despacho em 1995, 2001.

Os produtores do grupo estudado consideraram uma série de critérios na decisão sobre a adoção de tecnologia e de conhecimentos técnicos formais, oriundos da formação escolar. Tais critérios, apresentados a seguir, são aparentemente estranhos à análise econômica.

Sobre a assistência veterinária, alguns disseram que a considera desnecessária, pois fazem eles mesmos os serviços básicos, como vacinação,

¹⁸ Esta teoria é apresentado por Gomes (2000).

descorna, partos, cura de umbigo etc. O veterinário é chamado apenas naqueles casos bem complicados. O custo dos serviços veterinários também é motivo para o uso reduzido entre eles. Outra explicação dada é a substituição de gado holandês por gado mestiço. Segundo os produtores, este último é um gado menos sujeito a enfermidades. Há quem admite uma redução nos custos sanitários devido à troca de raça do gado.

O trabalho do agrônomo também é muito pouco requisitado. Pouca é a aplicação de recomendações técnicas na pequena propriedade pecuária. A produção de forragens e pastagens segue um esquema empírico já há muitos anos dominado por eles. A análise do solo e uma ou outra recomendação sobre variedades de sementes são os limites das informações solicitadas. O agrônomo ou técnico agrícola é chamado somente no caso de infestação grave de pragas. Quanto às tecnologias de plantio, preparo da terra, regulagem de equipamentos, normalmente são de conhecimento e domínio das empresas e responsáveis pelo trabalho. Quase 100% desses serviços são terceirizados, apenas um produtor (5,8% do grupo) possui trator.

No geral, a modernização tecnológica é avaliada por esses produtores com pouca perspectiva de retorno no preço pago ao produto pelas indústrias. Não se investe em tecnologia, porque o preço do produto “não compensa”. A obtenção de melhor preço em função do aumento da produtividade e da redução de custos tende a não funcionar¹⁹.

¹⁹ Na medida em que, aumentando o número de produtores tecnificados, conseqüentemente aumenta-se o volume de oferta do produto, gerando a queda de preço, num processo vicioso, comparado ao treadmill, máquina de tração humana que não sai do lugar (Veiga, 1997).

4.8 Relações entre os produtores e o agronegócio no município de Bom Despacho

Em Bom Despacho predominam as relações comerciais mais ligadas à pecuária do que à agricultura. Há um grande mercado para produtos da pecuária, além de vários laticínios de pequeno e médio porte existentes no próprio município e nas regiões vizinhas; há frigoríficos e muitos açougues, comprando diariamente bovinos e suínos para abate.

Paralelamente a esses negócios existe também um expressivo mercado de gado entre os próprios produtores. Além de ser uma forma de aquisição e formação de rebanho, constitui também um tipo de moeda para aquisição de uma grande variedade de produtos: imóveis urbanos, terras, veículos de passeio, transporte, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos agrícolas, materiais de construção etc. A rotatividade no comércio de gado é alta. Todos os produtores pesquisados são potencialmente negociantes de gado. Neste sentido, nem sempre quando um indivíduo está comprando vacas significa que ele vai produzir leite. Da mesma forma quem está vendendo pode não estar, definitivamente, parando a produção leiteira. Um plantel de vacas em plena safra não deixa de ser, perante boa parte desses produtores, mercadoria de negócio; basta aparecer uma oferta interessante e lá se vai em troca de um pedaço de terra ou de uma casa na cidade.

O produtor, que também é negociante de gado, ou catireiro, como é chamado na região, em boa parte dos casos é um indivíduo versátil, entende de mecânica de automóveis, assim como entende de construção e produção agropecuária. Possui, ou aluga um pedaço de terra para manter o rebanho provisório. Se há um aumento razoável no preço ele pode até vir a produzir leite, mas vive na expectativa de realização de algum negócio.

No período pesquisado (1995 – 2001), houve uma retração nos negócios de gado. O plano de estabilização do governo para combate à inflação diminui a capacidade de monetarização do produto gado. Tal política econômica, no

entanto, não afetou as trocas de mercadorias sem compensação monetária. O mercado de gado continua funcionando, talvez com menor importância na composição da renda desses produtores.

4.8.1 Relações entre os produtores e o complexo agroindustrial (CAI) leiteiro leiteiro

Em Bom Despacho compram leite como matéria-prima várias empresas: Cooperbom, Cotochés, Embaré, Vigor, Cooperativa de Pitangui, pequenos laticínios e as chamadas queijeiras. O mercado comprador é heterogêneo do ponto de vista das exigências técnicas de produção e de qualidade da matéria prima. Na Tabela 21 há uma classificação dos produtores de acordo com a destinação que dão ao leite produzido.

A Cooperativa Agropecuária de Bom Despacho, COOPERBOM, filiada à Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, ITAMBÉ, tem seguido estritamente as normas definidas pela central, não dispendo de autonomia para definição de uma política própria quanto aos preços e ao relacionamento com os produtores. A cooperativa central, por sua parte, implementa uma política instável em relação ao preço do leite pago ao produtor, criando e extinguindo bonificações, sem avisar previamente aos produtores, os quais reclamam por não poderem participar das decisões. Particularmente ao segmento de pequeno produtor, a negociação com a COOPERBOM não tem sido interessante devido à prática do sistema de preço por volume.

Tabela 21 - Percentual de produtores por forma de destinação da produção leiteira em Bom Despacho, no período de 1995 e 2001

Destino da produção	1995	2001
	Produtores (%)	Produtores (%)
COOPERBOM	100	29,4
Laticínios e queijeiras	0	41,1
Venda direta ao consumidor	0	5,8
Autoconsumo	0	17,6
Indústria doméstica	0	5,8
Total	100	100

Fonte: Pesquisas de Campo, Bom Despacho, 1995, 2001.

Todos os entrevistados vendiam leite para a COOPERBOM em 1995; em 2001 apenas 29,4% desses produtores fornecem a produção para ela. Mesmo assim, entre estes, muitos orientam parte da produção para outras atividades, como venda na rua e indústria doméstica, como no caso daqueles que fazem queijos e outros produtos lácteos. Apenas 23,5% deles continuam fornecendo toda a produção à cooperativa. Alegam para isso vantagens como: “na cooperativa é legalmente o dono”, existência de convênio médico e transporte regular da produção. Deixaram de comercializar com a cooperativa para comercializar com outros laticínios, no período de 1995 até 2001, 41,1 % dos produtores do grupo pesquisado. Os motivos alegados são: exigência de instalação de tanque de expansão não atendida, o encerramento de linhas de leite, preço inferior para o leite acima da cota de fornecimento, sistema de pagamento em função do volume. Os motivos declarados pelos entrevistados para deixarem de comercializar com a COOPERBOM são muitos.

Houve produtores que deixaram de comercializar com a COOPERBOM porque ela, sob a determinação da ITAMBÉ, não permitia o ajuntamento. A possibilidade de receber a bonificação por escala de outros laticínios, foi um importante motivo para deixar de negociar com a COOPERBOM. Esses produtores obtiveram um ganho real em torno de 35% em cada litro, mudando para outros laticínios e recorrendo ao ajuntamento.

Há frustração por parte do pequeno produtor no sentido de reivindicar junto à COOPERBOM melhorias nas condições de comercialização do leite. É a ITAMBÉ quem estabelece o preço; neste sentido as reivindicações encaminhadas à COOPERBOM se tornam sem efeito. Nas queijeiras, ao contrário, o pequeno produtor consegue melhor acesso, discutindo diretamente com o dono da empresa o preço do produto.

Os pequenos laticínios estão protelando o início da coleta a granel e isso faz com que os pequenos produtores possam permanecer na atividade por mais tempo, sem adquirir o tanque de expansão. A cooperativa desativou várias linhas de leite em que predominava o uso de latões e esses produtores passaram a fornecer o leite para outros laticínios.

Finalmente, o preço baixo do produto pago aos pequenos produtores representa motivo para não fornecer à COOPERBOM cerca de 17,6% do grupo.

Quanto à integração ao complexo agroindustrial leiteiro, o que ocorre com os produtores desse grupo é que as vantagens da regularidade da renda do leite propiciada no comércio com as indústrias perdem valor quando comparadas com a exigência tecnológica representada pela necessidade de adoção do tanque de expansão. Perde valor também com a chegada do benefício da aposentadoria.

O processo de integração para esses produtores, nos poucos casos em que ele ocorre, é parcial. Não há submissão, ou perda de autonomia, quanto a aspectos tecnológicos nem administrativos dentro dos estabelecimentos estudados. A especialização na atividade leiteira, tão propalada pelas

agroindústrias, principalmente pela ITAMBÉ, não foi implementada por esses produtores.

A especialização e a integração não podem ser impostas pelas grandes indústrias devido à existência de pequenas empresas que compram informalmente e também devido à capacidade desses produtores de encontrarem outra forma de obter renda com o produto. Mesmo que essa renda se apresente parca nestes casos, ela nunca é significativamente menor do que aquela propiciada pela comercialização com os grandes laticínios. Nos casos estudados, muitos produtores tiveram que decidir sobre a instalação de tanque de expansão na ocasião da chegada da aposentadoria. Do ponto de vista deles, o benefício livra-os de fazer mais investimentos na atividade leiteira²⁰.

Em Bom Despacho houve uma campanha intensa de motivação e incentivo à especialização e aumento de escala na produção leiteira, a qual teve um grande impacto entre os produtores. Foi promovido principalmente pela ITAMBÉ e determinou profundamente o perfil produtivo na região.

4.9 Importância estratégica de atividades agrícolas e não agrícolas

Em Bom Despacho 35,2% dos produtores possuem rendas advindas de atividades não agrícolas, excluindo aposentadoria. As atividades são comércio, negócio de gado, transportes, carvoaria, beneficiamento de produtos. A importância dessas atividades para geração de renda, comparativamente ao leite, dificilmente pode ser avaliada, pois ambas variam conforme a época do ano. O comércio ajuda a viabilizar a produção leiteira, visto que sua margem é bem maior que a comercialização do leite.

²⁰ O produto 'leite' dentro de uma unidade de produção relativamente pequena e diversificada carrega a "marca da alternatividade", ou seja, pode ser autoconsumido ou vendido através de vários canais de comercialização, permitindo adquirir com a renda outros produtos também de consumo doméstico (Garcia Junior, 1989).

O desempenho econômico dessas famílias não depende exclusivamente da atividade leiteira. Esses produtores mantêm a si mesmos e à própria produção leiteira, independentemente das circunstâncias do mercado lácteo. A produção leiteira desses indivíduos tendem a ser inelástica; não há aumento nem redução conforme o mercado, pois há outros fatores mais importantes na definição da atividade do que o preço e as exigências tecnológicas das indústrias. No entanto, quando se pode obter um aumento expressivo no preço do leite através do “ajuntamento”, a atividade torna-se prioritária, fazem-se investimentos em gado leiteiro, o preço torna-se então, critério decisivo.

O negócio de gado, ou catira, é uma atividade que vem em segundo lugar na composição de renda do pequeno produtor de Bom Despacho; entre os entrevistados, 21,4% consideram-na como principal fonte de renda, conforme dados da Tabela 22. A catira apresenta em 2001 menor capacidade de geração de renda, devido ao plano de estabilização econômica implantado em 1994, segundo dizem alguns produtores, mas no lugar dos que deixam a atividade, sempre surgem novos negociantes.

Em relação a outras atividades agrícolas desenvolvidas no estabelecimento observa-se que 29,4% trabalham com atividades de produção rural diversificada. No entanto a diversificação agrícola ainda não se apresenta como alternativa importante de reconversão aos produtores de Bom Despacho como é para os produtores de Lavras. Naquele município falta uma logística de distribuição, de estrutura de organização destes produtores e, principalmente, faltam políticas públicas de apoio. As atividades além da pecuária ainda são incipientes do ponto de vista da economia e mercado. Por exemplo: a estrutura material, técnica e administrativa da COOPERBOM atende exclusivamente à atividade leiteira. Não há por parte desta e de outras empresas no município, serviços técnicos e fornecimento de insumos que atendam às demandas de atividades como produção de hortaliças, criação de galinhas, ou suínos. Além de

alguma assistência técnica proporcionada à região pela Emater, os produtores que buscam a diversificação se vêem obrigados a alavancar individual e desorganizadamente canais de comercialização, além de resolver por eles mesmos problemas de produção e aquisição de insumos. O Diagnóstico do PRODER – Programa de Desenvolvimento de Emprego e Renda, para o município de Bom Despacho, desenvolvido através de parceria entre a prefeitura, Emater, Cooperbom, Ima e Sebrae/MG, aponta viabilidade para a produção de hortifrutigranjeiros no município de Bom Despacho, devido à existência de aspectos relativamente favoráveis de mercado consumidor, características físicas, ambientais e climatológicas²¹. A questão se prende mais a aspectos de políticas e de organização institucional do que produtiva.

Tabela 22 - Atividades e respectiva importância na composição da renda total dos produtores do grupo de Bom Despacho em 2001.

Atividades	Frequência de escolha como mais importante (%)
Leite	28,5
Gado para negócio	21,4
Gado e leite	14,2
Emprego	7,1
Diversificação agrícola	21,4
Atividade não agrícola	7,1
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, Bom Despacho, 2001

²¹ Diagnóstico Municipal / Bom Despacho (1998).

4.10 Exclusão, subjetividade implícita

Há motivos não necessariamente de ordem econômica para provocar a saída de produtores da atividade leiteira. A possibilidade de retorno à atividade também pode não ser tão difícil para alguns. Neste sentido a exclusão pode ser temporária, propositada ou até mesmo estratégica. Nem todos os casos de exclusão pesquisados se deram por motivos relacionados à dificuldade de adaptação tecnológica ou por ineficiência administrativa na atividade leiteira, como é colocado por alguns estudos mais recentes. Os casos encontrados estão mais relacionados a motivos de ordem pessoal, cultural. Há jovens solteiros que não se adaptaram bem ao trabalho intenso e às condições de vida na fazenda, ou produtores que se cansaram da solidão do campo.

A decisão de mudar para a cidade e abandonar a atividade agropecuária pode ser influenciada por políticas tecnológicas desfavoráveis, mas muitas vezes está associada a uma causa subjetiva. Além da reação ao impacto provocado pelas transformações institucional e tecnológica, há também quem deixou a atividade devido à ausência da família. Produtores solitários deixam o estabelecimento rural para estar mais perto dos familiares morando na cidade.

A falta de estrutura e as condições materiais de exploração também influenciaram a saída de alguns. Estabelecimentos com pouca pastagem, sendo necessário tratar de um gado de baixa produtividade o ano inteiro com rações caras, sem poder contar com a ajuda dos filhos, sendo estes crianças, enfrentam uma situação bem difícil e não conseguem se manter na atividade.

No entanto, o retorno à atividade para uns é fácil; contam com o apoio material de parentes para se reestruturarem, recebendo gratuitamente serviços de trator, mudas de cana, capim e vacas de sociedade para recomeçar o retiro. O capital social tem uma importância enorme no sentido de assegurar uma intermitência estratégica, evitar a exclusão definitiva ou, ainda, reintegrar pequenos produtores na atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, nos dois casos estudados, vários fatores que evitariam a extinção do pequeno produtor de leite na forma como costuma ser apresentada na literatura. O primeiro grupo de fatores refere-se ao aspecto microeconômico: aos ganhos e economias possibilitados pela forma de organização da pequena produção familiar. O segundo grupo de fatores é devido às várias alternativas de reconversão existentes nas atividades agrícolas e não agrícolas, incluindo-se aí as atividades de autoconsumo às quais os produtores pesquisados recorrem sistematicamente. O terceiro grupo de fatores é proporcionado pelo próprio complexo agroindustrial leiteiro na medida em que este tem apresentado, entre os casos estudados, abertura e flexibilidade na negociação e captação de matéria-prima, no relacionamento com o produtor e na implementação de tecnologia. Finalmente, deve-se considerar a economia local e regional dos municípios onde foi realizada a pesquisa, que apresentariam fatores influentes no processo de desenvolvimento da pecuária leiteira, tornando mais ou menos fácil a sobrevivência desse segmento, os quais seriam crédito, assistência técnica, apoio institucional, logístico, políticas públicas e, principalmente, estruturas de mercados.

5.1 A microeconomia da produção familiar

A microeconomia da forma de organização produtiva familiar possibilita eficácia e estabilidade econômica consideráveis à pequena propriedade. A unidade de produção familiar constitui uma estrutura integrada, articulada e flexível do ponto de vista do emprego da força de trabalho e da administração, embora mão-de-obra e administração constituam os aspectos mais problemáticos dentro da atividade leiteira. Na pequena unidade de produção intensifica-se o trabalho dos membros familiares economizando despesas com força de trabalho

contratada. O empenho e a dedicação no trabalho dos membros da família constituem um diferencial qualitativo importante quando se comparam com a força de trabalho contratada.

Com uma produção para autoconsumo diversificada o pequeno produtor mantém uma relativa autonomia em relação ao mercado, evitando desembolsar somas de dinheiro na compra de muitos produtos que ele e sua família produzem, muitas vezes com bem mais qualidade do que é produzido e distribuído pelo mercado (hortaliças, frutas, carnes etc).

Aproveita-se estrategicamente o trabalho braçal e intelectual do idoso. Emprega-se o associativismo na forma de troca de serviços (fenômeno bastante comum entre os produtores de Lavras). Por fim, o fato de a família morar no local, principalmente a presença da mulher, permite um monitoramento constante das atividades, evita-se a perda de materiais, possibilita uma melhor manutenção das instalações e equipamentos, melhores cuidados com plantas e animais. São fatores que, sem dúvida, compensariam em alguma proporção a falta de tecnologia intensiva e de economia de escala na maioria das vezes inacessíveis à pequena produção.

O princípio da economia de escala aplicado à produção leiteira propicia à indústria oferta de matéria-prima abundante e, conseqüentemente, a um preço baixo. A aplicação da economia de escala na produção leiteira é um problema que merece mais estudos, mas em algumas experiências tem apresentado verdadeiros desastres. Primeiramente, em qualquer atividade a economia de escala não é sempre a melhor solução. Depende muito das circunstâncias e do estágio do empreendimento. O conceito de economia de escala, segundo Singer (1983) implica em maximizar a produção, mas mantendo-se a mesma estrutura de produção. Mudar da faixa de 100 litros/dia para 300/litros dia implica em transformações estruturais na produção, como o aumento significativo de trabalhadores contratados e numa relação nova para lidar com eles. A mudança

sob o aspecto qualitativo na estrutura produtiva gera descontrole administrativo, levando o pequeno produtor a ter sérios problemas na atividade.

Para a indústria leiteira a economia de escala serve também de indução e de argumento para justificar o aumento da produção. Vários produtores investiram suas economias no cumprimento desses objetivos e se deram mal. Não é o caso de nenhum dos entrevistados da pesquisa, o que, infelizmente, não permite fazer neste estudo uma análise aprofundada desse fenômeno.

Entre os entrevistados, a idéia de aumentar a produção vai de encontro à realidade da escassez da mão-de-obra familiar e das péssimas condições de preço. A decisão sobre o aumento ou não do volume de leite a ser produzido é influenciado menos pelos programas de incentivo e mais pela disponibilidade de força de trabalho familiar e pela lógica administrativa interna.

Os programas de desenvolvimento da produção e qualidade implantados pelas indústrias privilegiam a grande produção, sob o argumento de que os custos operacionais para o transporte, processamento e contabilização de 10 litros de leite são iguais quando se trata de uma produção de 300 litros, tornando assim desinteressante negociar com pequenos produtores. Seriam desvantagens naturais da pequena produção. Neste sentido, o adicional de preço por volume é divulgado como uma forma de incentivo para se aumentar a produção.

Tais estratégias são vistas, no entanto, pelo produtor pesquisado como uma aventura perigosa, e muitos disseram ter visto colegas embarcarem e se darem mal. A indiferença em relação à assistência técnica e à especialização do gado é um prova disso. As recomendações dos extensionistas que trabalham para as indústrias são devidamente filtradas por esse segmento de produtores.

5.2 As alternativas de reconversão

Fatores de grande importância referem-se às alternativas de reconversão agrícolas e não agrícolas. Nos dois casos estudados vê-se que os pequenos

produtores recorrem com freqüência à implementação de outras atividades, agrícolas ou não, como fonte de rendas alternativas ao leite. Tais atividades possibilitam, de alguma forma, prescindir relativamente da modernização tecnológica e da incorporação de políticas mercadológicas propostas pelo CAI leiteiro. A lógica norteadora do processo de produção desse segmento, então, não depende de um único negócio, mas de várias atividades. Pelo perfil produtivo variado do sítio lavrense, vê-lo exclusivamente como produtor de leite é desconsiderar a amplitude de seu sistema produtivo, diversificado, por exemplo, com café e hortaliças. Desenvolvem várias atividades agrícolas e não agrícolas, dando a cada uma função específica na economia familiar. O que se perde pela inexistência de economia de escala na produção leiteira, ganha-se também na diversidade de produção e de negócios. O somatório de pequenas rendas vindas de fontes múltiplas, distribuídas ao longo do ano, dá suporte à economia do pequeno produtor de leite.

No entanto é importante esclarecer que os pequenos produtores de Lavras apresentam uma maior capacidade de diversificação das atividades de produção agrícola que os pequenos produtores de Bom Despacho. Necessariamente aqueles possuem maior opção de negócios. Os pequenos produtores de Bom Despacho apresentam um nível maior de especialização no que se refere à atividade desenvolvida na propriedade. Tenderiam mais para uma especialização, nem tanto na produção leiteira, mas na atividade pecuária. Como atividades de diversificação exploram a produção de reses para corte e negócio em maior intensidade que os produtores de Lavras. De qualquer forma estão mais propensos ao processo de integração a um laticínio. Tanto os produtores de Lavras, quanto os de Bom Despacho, desenvolvem atividades não agrícolas para complementação de renda. Isto permite dizer que no caso da ineficiência da diversificação agrícola, eles ainda têm uma terceira alternativa. Transporte,

comércio, indústria caseira são opções que podem vir antes da integração ao CAI.

Em síntese, a integração dos produtores de Lavras ao CAI leiteiro tem menor perspectiva do que entre os bom-despachenses. Por consequência, o fenômeno da exclusão ameaçaria mais os produtores de Bom Despacho que os produtores de Lavras. Este ponto pode ser melhor entendido quando se analisa a infra-estrutura local e regional, o conjunto de oportunidades no mercado agrícola, distintos nos dois municípios, como veremos em outro item deste capítulo.

5.3 Aberturas do CAI leiteiro

O terceiro grupo de fatores favoráveis aos produtores e dificultadores do processo de exclusão se encontra dentro mesmo das relações comerciais entre os produtores e os laticínios pesquisados, os quais não revelam muitas exigências, nem tanta assimetria.

Antes de saber se os produtores estudados nos dois casos se submetem às propostas de modernização do complexo agroindustrial leiteiro, é necessário saber se estas propostas realmente existem, qual a intensidade e o grau de formalização delas.

A análise do processo de granelização representa a melhor forma de compreender a reação dos produtores diante do processo de modernização tecnológica promovido pelo complexo agroindustrial. A forma como os produtores do grupo e também alguns laticínios têm se portado diante desse processo, permite conclusões importantes sobre o tema deste estudo.

Algumas das empresas compradoras de leite na região de Bom Despacho ainda não implantaram o processo de captação a granel. Desta forma, aqueles produtores que não têm tanque de expansão optaram entre fornecer para uma empresa que não granelizou a coleta ou então alugam o tanque de expansão

de um vizinho, ou parente, pagando para isso uma taxa de resfriamento por litro de leite (em torno de R\$ 0,02 centavos por litro). Esse tipo de negócio já se configura como uma atividade nova de geração de renda. Produtores com maior poder aquisitivo adquiriram o tanque e operam como atravessadores junto aos grandes laticínios, captando leite de quem não quis, ou não pode comprar o equipamento.

Já o CAI leiteiro que opera no município de Lavras não apresentou muitas propostas efetivas de modernização ou de integração ao pequeno produtor. E, no caso em que houve propostas, não houve pressão sobre o produtor para adotá-las, principalmente no município de Lavras. A implantação da coleta a granel, como se observou, segue um ritmo gradativo considerando, principalmente, a capacidade do próprio laticínio de efetivá-la. Há necessidade de capital para aquisição de tanques isotérmicos e para pagamento das bonificações aos produtores que adquirirem tanques de expansão. Há empresas com dificuldades para investir em tecnologia de processamento de leite e para implantar a coleta a granel. A realidade das regiões estudadas mostra caminhões transportando leite em latões e caminhões acoplados de tanques isotérmicos coletando leite dentro de resfriadores de imersão, uma adaptação do processo à realidade dos laticínios e dos produtores.

Conforme informações de executivos entrevistados, os laticínios chegam a fazer uma distribuição das linhas no sentido de “transferirem” os fornecedores que utilizam latões para aquelas empresas que operam também sem a coleta a granel. Em Bom Despacho grupos de produtores de leite foram “absorvidos” por laticínios que não exigem tanques de expansão, após a cooperativa tê-los excluído.

O complexo agroindustrial leiteiro (incluindo aí pequenos e médios laticínios e empresas informais) não apresenta uma política uniforme ao que diz respeito às relações com os produtores, muito menos um padrão no ritmo de

implantação de tecnologia. O CAI leiteiro não se encontra tão estruturado e capitalizado para promover a própria modernização, quanto mais para exigirem-na dos produtores. O que há, na verdade, é um processo de adaptação e negociação permanente, atendendo a várias situações e interesses de ambas as partes: indústria e produtores. Lembrando que a legislação e o cumprimento da mesma ainda se encontram em discussão, há uma indefinição também no âmbito institucional.

Em Bom Despacho, alguns laticínios, principalmente a ITAMBÉ, interferiram mais na definição de políticas de preços e tecnologia. O processo de granelização adotado por aquela empresa se baseou em um trabalho de marketing, convênio, crédito, assistência técnica, monitoramento e fiscalização. Também por este motivo a integração se apresentaria mais efetiva em Bom Despacho do que em Lavras, naturalmente nos casos daqueles produtores que mais se especializam.

Outro fator importante é a informalidade vigente nas relações. A falta de contrato que caracteriza em parte a não integração, permite que os produtores mudem de laticínio de um dia para o outro sem sequer avisar. Ao invés de uma assimetria nas relações haveria, na verdade, uma espécie de oportunismo bilateral. Por bem ou por mal, há ainda um vasto mercado para a pequena produção leiteira não tecnificada, não especializada, sazonal; seja através de pequenos laticínios ou da indústria caseira. Isso ocorre porque ainda há muitas empresas pouco tecnificadas, pouco estruturadas, informais, operando com pequenos volumes. Ou seja: há dentro do complexo agroindustrial leiteiro no Brasil um segmento de indústrias operando com baixa tecnologia e capital, uma situação semelhante e correspondente ao segmento de produtores analisado neste estudo.

Dizer que os pequenos produtores de leite vão se extinguir é afirmar que os pequenos laticínios também vão se acabar no Brasil. Assim como ocorre com

os produtores, fecha-se uma empresa, outras surgem. Há um número expressivo de laticínios pequenos, médios e informais, tanto em Lavras como em Bom Despacho. Entre eles há uma variação imensa do nível de tecnologia e tipos de equipamentos adotados, bem como variam as políticas de relacionamento com os produtores. Muitos trabalham com uma tecnologia mais simples; não podem exigir nenhuma inovação ou investimento tecnológico, por parte dos produtores. E quando uma empresa de maior nível tecnológico, de maior estrutura empresarial, faz tal tipo de exigência, o produtor simplesmente muda para aquelas.

Para a extinção dos pequenos produtores, para efetivação final da obsolescência da pequena produção leiteira, seria necessária a modernização absoluta do parque industrial lácteo brasileiro, coisa que está muito longe de acontecer.

Outro fator, ainda relativo ao CAI, de muita importância no sentido de evitar a exclusão dos pequenos produtores de leite diz respeito à concorrência existente entre os laticínios. Em um contexto de escassez de matéria-prima, os pequenos e médios laticínios não podem abrir mão da pequena produção, não podem se dar ao luxo de querer negociar apenas com grandes produtores. Neste período há concessões, incentivos, bonificações por qualidade, etc. O mercado comprador de leite in natura é oligopsônico, mas apresenta “furos” e não está tão bem organizado, pelo menos não consegue submeter esse segmento de produtores pesquisado devido à heterogeneidade, informalidade e flexibilidade que prevalecem nas relações.

Além disso, existe uma série de ardis como o “ajuntamento” e o “desvio” da produção, que são respostas possíveis dentro de uma informalidade predominante na relação produtor-agroindústria, implementada habilmente por pequenos produtores, como ocorre bastante em Bom Despacho. O

“ajuntamento” é uma alternativa direta, eficaz e mais barata que o investimento em tecnologia e escala de produção.

Diante disso, os pequenos produtores de leite não ingressariam de forma tão desvantajosa nas relações com o CAI leiteiro, porque tais relações não podem ser totalmente manipuladas pelas indústrias.

5.4 As economias locais

O último grupo de fatores que dificultaria um possível processo geral de extinção ou exclusão do segmento de pequenos produtores de leite diz respeito à estruturação da economia local nos municípios. Uma série de características ou ações em nível local ou regional pode facilitar ou dificultar a sobrevivência e o desenvolvimento de pequenos produtores de leite. A pesquisa aponta uma diferença nesse aspecto sobre o que ocorre em Bom Despacho e em Lavras. Características físicas, como clima, pluviosidade, fertilidade da terra e mercado consumidor, bem como estrutura institucional, políticas públicas locais, rede de assistência e proteção ao produtor, etc., podem reverter um quadro de dificuldades na pequena produção em oportunidades de autonomia e desenvolvimento.

No caso de Bom Despacho as perspectivas para a diversificação são bem menores que em Lavras. Os fatores físicos ligados à produção não são tão favoráveis, as opções de comercialização agrícola são reduzidas ou inexistentes, o apoio institucional de organizações, como sindicatos, cooperativas, agências de assistência técnica está voltado exclusivamente para a produção leiteira. O mesmo pode-se dizer das políticas de crédito, que também seguem a especialização pecuária. A diversificação como medida para evitar a extinção do pequeno produtor é, no município de Bom Despacho, bem menos promissora que em Lavras. Nesse município a economia local proporciona vários canais de comercialização para produtos diversificados, os aspectos físicos como clima e

fertilidade favorecem o desenvolvimento de atividades agrícolas, além do leite, café, milho e hortaliças, o mercado consumidor é mais amplo. Em alguma proporção os produtores dispõem de uma oferta razoável de insumos e assistência técnica.

Enfim, os fatores econômicos locais, bem como as estratégias de desenvolvimento que variam de uma região para outra também podem influir na economia do pequeno produtor de leite. Há necessidade, pois, de uma regionalização para compreender a sua situação.

5.5 Envelhecimento e exclusão

No entanto, há uma preocupação na medida em que os dados apontam para uma redução no emprego da força de trabalho familiar, devido ao envelhecimento dos produtores e à saída de seus filhos para outras atividades. Isto tem descaracterizado gradativamente a estrutura de produção familiar, tanto em Lavras, quanto em Bom Despacho. Os resultados apontam para um aumento no uso da força de trabalho contratada. Nestes casos a consequência é a redução da produção de café em Lavras e de leite em Bom Despacho, aumentando naturalmente a importância da aposentadoria e de atividades que demandam menos mão-de-obra, como comércio e recreio.

Está havendo renovação de pessoal na pequena produção? Parece que não. No lugar dos produtores que se aposentam, ou simplesmente param a atividade por velhice ou doença, não tem surgido ninguém. Os filhos vão para a cidade, muitas vezes incentivados pelos pais. As propriedades são alugadas para terceiros. Desta forma, a pequena produção não some em consequência das mudanças no CAI leiteiro, mas tem sua reprodução dificultada no futuro, na medida em que não há renovação de pessoal para dar continuidade às atividades. Obviamente as perspectivas de desenvolvimento rural se reduzem, porque a

pequena produção tem uma participação importante na geração de emprego e de renda e com pouco investimento.

Há necessidade de políticas para revitalizar e incentivar esse segmento. Tais políticas devem considerar as peculiaridades e importância da pequena produção familiar em termos de autoconsumo, diversificação agrícola e abastecimento local. Devem-se criar e incentivar opções de comercialização, considerando o mercado local e regional, como feiras e pequenas associações. As linhas de crédito devem contemplar diversas atividades agrícolas potenciais e não somente a atividade leiteira, como ocorre em Bom Despacho, tornando tais créditos, muitas vezes, mais úteis aos laticínios que aos produtores. Ao se definir tais políticas seria importante, também, considerar as necessidades de urbanização e infra-estrutura nas áreas rurais para favorecer o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como o comércio e o turismo, das quais muitos produtores podem se beneficiar. Finalmente, em função das características peculiares desse segmento, seria importante a sua organização política à parte, visto que seus interesses dificilmente se coadunam com os da categoria patronal rural, de produtores mais capitalizados e que detêm maior volume de produção. Cooperativas e sindicatos de pequenos produtores poderiam dar melhor encaminhamento às necessidades e interesses da categoria com menor intensidade de conflitos internos e com maior grau de participação do que as grandes cooperativas, centrais ou federações.

Dessa forma o número de pequenos produtores pode voltar a crescer e as novas gerações se interessariam em continuar na atividade com uma perspectiva mais promissora. O discurso que preconiza o fim da pequena produção leiteira, ao invés de sugerir fatalidade e inércia, deveria, sim, levar à mobilização do Estado e das organizações de classe de forma concreta para que a exclusão não se efetive. O fato de o fenômeno ter ocorrido em outros países não exime tais organizações dessa responsabilidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP-NEPO/UNICAMP-CEDEPLAR/UFMG, 2000. p.347-366.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Seminário sobre Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 1998a. 18p. (mimeografado).

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998b. 275p.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 125p.

ALVES, A. A. **Os transformações recentes na economia leiteira: impactos e perspectivas no plano das mesorregiões mineiras**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberlândia, Uberlândia.

BERQUÓ, E.; BAENINGER, R. **O idoso no Brasil: considerações demográficas**. Campinas: UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 2000. 69p. (Texto NEPO, 37).

BORGES JÚNIOR, A. **Estrutura de mercado de produtos lácteos no município de Lavras**. 2001. 73 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

BORTOLETO, E. E. **Cadeia agroindustrial do leite no estado de São Paulo, tendências e demandas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1996, Aracaju. Anais... Brasília: SOBER, 1996. 727 p.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1987. 141 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Traducion por Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 184 p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 -1985**. São Paulo: Ícone/ Edunicamp, 1985. 240 p.

DIAGNÓSTICO municipal. Bom Despacho: SEBRAE-MG/PRODER, 1998. 238 p.

FARINA, E. M. M. Q. Política pública e evolução recente da pecuária leiteira no Brasil. In: DELGADO, G. C. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 433-513.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS F. R.; IVANDRO M. de. A indústria rural no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 3., 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Lavras: UFLA, 2000. 1 CD-ROM.

FERREIRA IRMÃO, J. O impacto das transferências de renda da previdência social sobre as condições de vida das famílias rurais no Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 4., 2001, Goiânia. **Anais...** Lavras: UFLA, 2001. 1 CD-ROM.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília : MCT – CNPQ, 1989.

GODOY, A, S. A pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, S. T. **Economia da produção do leite**. Belo Horizonte: Apoio Itambé, 2000. 130 p.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM; S. E. de C. S (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000. 74p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2000.

- JANK, M. S.; FARINA, E. M. M. Q.; GALAN, V. B. **O agrobusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999. 107p.
- KAGEYAMA, A. (Coord.) **O Novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, G. C. (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. 1990. p.113-223.
- KAGEYAMA, A. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 325 p.
- LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, S.P. Editora da UNICAMP, 1993, 335p.
- LUNARDI, S. M. **Administração na unidade familiar: uma análise do programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na perspectiva dos agricultores**. 2000. 146 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- MA/SA/DATER. **Manual operacional do PRONAF**. Brasília, outubro de 1996. 46 p.
- MEDEIROS, R. M. **Mulher, terra e trabalho: trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990**. 2001. 112 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989. 149 p. (Estudos Rurais).
- NOVAES, J. R. P. **Cooperativismo: acumulação e mudança social**. In: LOUREIRO, M. R. G. (org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p. 41-74.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. São Paulo: Workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas, 1996.
- PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

PISA, E. C. C. **Potencial da agricultura orgânica em Pouso Alegre: trabalhando em conjunto com o Centro de Assessoria Sapucaí e Certificadora de Produtos orgânicos.** Lavras: UFLA. 2000. 38 p. Monografia de estágio supervisionado.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1993/1996.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro.** São Paulo: Círculo do Livro, 1995. 470 p.

RIBEIRO, E. M. **Produtor e produção de leite: estudo do perfil do associado da Cooperbom.** Lavras: UFLA/FAEPE. 1997. 79 p.

RIBEIRO, E. M.; DANIEL, L. O. **Agricultura familiar e mercado de trabalho.** In: **Desafios e potencialidades da agricultura no sul de Minas.** Lavras: UFLA/EPTV/FAEPE. 1998. p. 60-71.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Catiras de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais.** In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.

SANTOS, A. C.; CARVALHO, F. A. P.; LIMA, J. B. **Cadeia alimentar do leite.** In: **Desafios e potencialidades da agricultura no Sul de Minas.** Lavras: ULFA/EPTV/FAEPE, 1998. p. 18-36.

SANTOS, C. E. S. **Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?** 1999. 87 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

SHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207 p.

SILVA, G. da J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996. 217 p.

SILVA, G. da J. **O novo Rural Brasileiro.** Campinas, SP: UNICAMP, 1999. 153 p.

SIMÕES, R. Caracterização regional da agricultura e dos produtores rurais mineiros. Belo Horizonte: Perfil: SEBRAE, 1994. 43 p.

SINGER, P. Aprender economia. São Paulo: Brasiliense, 1983. 183 p.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. Camponeses e Agroindústria. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. In: RIBEIRO, E. M.; VEIGA, J. E.; LORENA, C. História rural e questão agrária. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. p. 41-78.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. Revista de Administração, Lavras, v. 1, n. 1, p. 70-89, jan./jun. 1999.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: HUCITEC; Salvador: CEPA-BA, 1986. 219 p.

ZOCAL, R. Leite em números. Embrapa – CNPGL, 1998.

ANEXOS

Anexo A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS: PESQUISA EM LAVRAS

1 - OBJETIVOS

- Conhecer a trajetória pessoal e familiar do entrevistado;
- Conhecer o histórico e ouvir a opinião do entrevistado sobre as condições de negociação, as vantagens e desvantagens de se negociar regularmente com uma empresa (cooperativa, queijeira, laticínios comuns).
- saber do entrevistado de que forma a incorporação de tecnologia especializada e economia de escala refletiram no desenvolvimento de sua propriedade (efeitos positivos e negativos, dificuldades, incompatibilidades, ganhos e perdas).
- Avaliar perspectivas encontradas para a diversificação da produção rural nas regiões estudadas;
- Identificar e analisar a importância de nichos de negócios e atividades, descobertos, potenciais e utilizados por indivíduos que não se integraram ou se integraram parcialmente ao complexo agroindustrial leiteiro.

Obs: tomar como base os fatos ocorridos de 1990 até 2001

Relações família e terra

- Destino e forma de ocupação daqueles que não trabalham na propriedade;
- Opinião dos familiares sobre a propriedade
- Importância da propriedade para a família (produtos para autoconsumo, lazer, negócios);
- Para os membros da família que trabalham na propriedade;
- Para os membros da família que não trabalham na propriedade;

Integração

- Tempo que produz leite;
- Com quem negocia atualmente, há quanto tempo;
- Vantagens e desvantagens da empresa (preço, forma de pagto, convênio, outros serviços, exigências técnicas e produtivas);
- Se deixou alguma vez de negociar com a empresa (quando, por quanto tempo, e por quê);
- Outras formas pelas quais já negociou e negocia o leite (vantagens desvantagens).

Efeitos das transformações da cadeia leiteira e da incorporação de tecnologia

- Tipos de modificações, investimentos, técnicas, equipamentos, instalações, adquiridos em função da produção leiteira e programas de crédito de assistência técnica dos quais participou de 1990 para cá. Adotou ou não e por que.
- Dificuldades de implantação, inconveniências, incompatibilidades operacionais;
- Resultados positivos;
- Resultados negativos;
- Avaliação – Bom negócio ou mau negócio.

Gestão e trabalho na propriedade

- descrever as atividades diárias de cada membro da família (cada um descreve a sua);
- Saber sobre o desempenho da mão-de-obra na propriedade diversificada e na propriedade especializada, se a adoção de tecnologia diminui ou intensifica o uso de mão-de-obra na propriedade (ordenha mecânica, ensiladeiras, inseminação, etc.).
- Onde e como obtém informações (preços, tecnologia, etc.) para tomar decisões sobre as atividades da fazenda;
- Objetivos e metas em relação à propriedade

Alternativas

- Se já interrompeu alguma vez a produção leiteira (quando, por quanto tempo, por quê);
- Outras atividades agrícolas desenvolvidas;
- vantagens e desvantagens em relação ao leite (crédito, mercado, insumos, assistência técnica, preços, mão-de-obra, comodidade);
- Atividades não agrícolas desenvolvidas por ele;
- Por membros da família;
- Dificuldades encontradas;

Anexo B

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA EM BOM DESPACHO – Julho de 2001

1- Identificação e caracterização do produtor

1.1 Nome

1.2 Data de nascimento

1.3 Estado civil

1.4 Município onde nasceu?

1.5 Já morou em outros municípios para trabalhar ?

1.6 Telefone

1.7 Anos de escola:

1.8 Profissão: _____

1.8 O(a) senhor(a) sempre foi produtor rural ?

1.9 Se não, qual atividade desenvolvia ?

1.10 Atualmente realiza outro trabalho fora da agropecuária ?

() Não Sim () Quais ?

1.11. Faz algum trabalho fora da propriedade ? () sim () não

1.12- Onde realiza este trabalho? () Rural () Urbano

1.13- Recebe aposentadoria ? () Não () Sim

Há quanto tempo?

1.14- Residência: () Rural () Urbana

2- Caracterização da Família: (Dados pessoais em tabela)

Parentesco

Idade

Estado civil

Escolaridade

Ocupação

Residência

Dependente

2.1- Qual a importância e de que forma a propriedade é útil para os familiares ?

3- Caracterização da(s) propriedade(s) Tabela

Própria Cedida Arrendada Área (hectares)

Propriedade 1
Propriedade 2
Propriedade 3
Propriedade 4

Total

3.1 Forma de aquisição da terra própria: () herança () compra ()
herança/compra () outras

3.2 Distância da fazenda (residência) a Bom Despacho (em km)

4- Forma de ocupação e exploração da terra:

4.1 Exploração agrícola: (Tabela)

Cultura (incluindo pastagens, capineira, cana.) Área (hectares) Produção
aprox.

4.2 Pecuária

4.2.1 Rebanho Bovino

4.2.1.1. Quantidade Total:-----reses

4.2.1.2 Número de vacas ordenhadas hoje: -----

4.2.1.3 Número de vacas leiteiras -----

4.2.1.4 Média diária da produção leiteira atual:----- litros

4.2.1.5 Número de touros: -----

4.2.1.6 Raça dos reprodutores: _____

4.2.1.7 Número de bezerros (machos) : -----

5- Produção para autoconsumo (Tabela)

5.1- Carnes: (tabela)

Tipo	Número	Produção
------	--------	----------

Aves

Suínos

Bovinos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

Outros

Derivados animais (queijos, ovos, etc)

5.2- Hortifrutigranjeiros (Pomar e horta)

5.3- Cereais (Tabela)

Tipo	Quantidade
-------------	-------------------

6- Gestão e Trabalho

6.1 Regime de exploração:

- a) --- Sociedade familiar
- b) --- Sociedade com terceiros
- c) --- Individual
- d) --- Outro

7- Quem administra a propriedade ?

8- Quantas pessoas da família trabalham na propriedade: _____

Tabela com os seguintes dados:

Grau de Parentesco

Idade

Ocupação principal

Forma de Remuneração

Período de trabalho

Residência

9- Quantos trabalhadores permanentes trabalham na propriedade?

10- Quais os serviços executados por eles ?

11- Quantos trabalhadores temporários são empregados na propriedade por ano ?

12- Quais os principais trabalhos executados por eles ?

13- Quais atividades mais ocupam mão-de-obra ?

14- Recebe assistência técnica ? () Não () Sim
Que tipo? De onde ?

15- Tecnologia Disponível

15.1- Usa trator ? () Não () Sim () Próprio
() Alugado
() Cedido

15.2- Quais implementos utilizados ?

15.3- Utiliza tração animal ?

15.4- Possui Ordenha Mecânica ?

15.5- Possui Tanque de Expansão ?

15.6- Utiliza inseminação Artificial ?

15.7- Utiliza, ou utilizou Sistema de Rotação de Piquetes ?

15.8- Faz uso de escrituração para controle zootécnico ?

15.9- Fez algum curso voltado para a agropecuária ?
() Não () Sim

15.10- Qual?

15.11- Quando ? _____

15.12- Promovido por quem ? _____

16- Comercialização

16.1- Quais produtos são comercializados ?

16.2- Para quem vende o leite ?

16.2.1- Há quanto tempo? Por quê?

16.3- Quantas reses vende por ano, aproximadamente?

16.4- Que tipo de investimento ou gastos é feito com a renda da venda do gado ?

17- Renda

17.1- Principal fonte de renda:

a- () Agropecuária : c- () Por conta própria- () como empregado

b- () Fora da agropecuária d- () Por conta própria f- () como empregado

17.2- Produtos por ordem de importância na geração de renda:

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____

18- Como consegue recursos para investir na produção agropecuária ?

19- Já usou crédito rural ? () Não () Sim

19.1- Para financiar que atividades ?

19.2- Quando?

20- De 05 anos para cá, aumentou a renda gerada pelas atividades agropecuárias, o patrimônio, o gado ?

21- O que os filhos pensam da propriedade, pretendem continuar a exploração e produção ou não ?

Anexo C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS LATICÍNIOS

- 1- Qual o volume de leite recebido pela empresa atualmente ?
- 2- Qual o destino da produção desta empresa ?
- 3- Qual a capacidade de recepção total de leite ?
- 4- Número de fornecedores e quais as opiniões deles sobre o sistema de coleta a granel ?
- 5- Possui caminhões isotérmicos, quantos ?
- 6- Qual a intensidade de granelização de 1990 para cá (percentual) ?
- 7- Esta empresa estimula o fornecedor a adquirir ou utilizar o tanque de expansão ?
Sim () Não () Por quê?
- 8- Há linhas de financiamento para a aquisição do equipamento (tanque isotérmico e de expansão) ?
- 9- Qual a opinião da empresa sobre o tanque de expansão comunitário ?

Qual o perfil de produtor ideal para esta empresa, com o qual mais trabalha ?

- 10- Quais as exigências da empresa em relação aos fornecedores ?
- 11- A empresa pratica preços diferenciados ao produtor ? Quais os critérios considerados ?
- 12- A empresa presta algum serviço ao fornecedor (assistência médica, técnica, fornecimento de insumos) ? Qual a porcentagem aproximada de utilização destes serviços ?
- 13- Quais as relações da empresa com o seu quadro de fornecedores no que diz respeito à fidelidade na entrega da produção?
- 14- Quais os investimentos em tecnologia e equipamentos feitos pela empresa de 1990 para cá ?

Anexo D

Mapas de localização da região da pesquisa

Bom Despacho



Lavras

